UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Linguagem e Representação da Realidade à luz das Investigações Filosóficas de Ludwig Wittgenstein

KARINA DA SILVA OLIVEIRA

MARÍLIA
2013

KARINA DA SILVA OLIVEIRA

Linguagem e Representação da Realidade à luz das Investigações Filosóficas de Ludwig Wittgenstein

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, como exigência para obtenção do título de Mestre, na área de concentração ñHistória da Filosofia, Ética e Filosofia Políticaò.

Orientador: Dr. Lúcio Lourenço Prado

Agência Financiadora: CAPES

MARÍLIA
2013

Oliveira, Karina da Silva.

O48L **Linguagem e representação da realidade à luz das Investigações filosóficas de Ludwig Wittgenstein / Karina da Silva Oliveira. ï Marília, 2013.**

112 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) ï Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

Bibliografia: f. 111-112

Orientador: Lúcio Lourenço Prado.

1. Linguagem - Filosofia. 2. Significação (Filosofia). 3. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. Investigações filosóficas. 4. Representação (Filosofia). 5. Realidade. I. Título.

CDD 193

KARINA DA SILVA OLIVEIRA

Linguagem e Representação da Realidade à luz das Investigações Filosóficas de Ludwig Wittgenstein

Banca Examinadora

Membros

_____

Dr. Lúcio Lourenço Prado
Universidade Estadual Paulista-UNESP
Orientador

_____

Dra. Clélia Aparecida Martins
Universidade Estadual Paulista-UNESP
Titular

_____

Dr. Orion Ferreira Lima
Faculdade João Paulo II-FAJOPA
Titular

Marília, 04 de outubro de 2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais *Ivani Oliveira* e *Jardilino Sobrinho* pelo apoio. Sem o sacrifício de vocês eu não conseguiria.

Ao *Tales Ferreira* que esteve ao meu lado em todos os momentos e vivenciou todo meu percurso.

Aos meus amigos que contribuíram para que eu conseguisse chegar ao final. Em especial à *Vanessa Almeida, Adriana Adão,* minhas eternamente queridas *Mônica Moreira* e *Cristiane Landim* que moram no meu coração. Pela amizade sem igual.

Ao *Dr. Kleber Cecon* por compor a banca de Qualificação.

Ao *Dr. Orion Ferreira Lima* por compor a banca de Defesa.

Á *Dra. Clélia Ap. Martins* pela composição nas bancas de Qualificação e Defesa. Por contribuir decisivamente para com o trabalho.

Ao *Dr. Lúcio Lourenço Prado* pela contribuição e compreensão do meu processo de formação.

Ao *William Sueiro, Paulo Sérgio Teles, Claudionor dos Santos Brito* e à *Edna Lúcia Bonini de Souza,* secretários da Graduação e Pós-graduação em Filosofia da UNESP, por toda ajuda.

À CAPES ï Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio e financiamento de minha pesquisa.

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem
(...)
Ou, pelo menos, retardar que perscrutemos qualquer verdade.

Nenhum, nenhuma.

(...)

(Guimarães Rosa, 1956)

Resumo

A segunda fase da filosofia de Ludwig Wittgenstein apresenta certa crítica à base ontológica, ao ideal de exatidão e à análise filosófica de sua fase anterior, a do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Esta pesquisa, a partir de uma breve contextualização, analisára o debate sobre as concepções de linguagem presentes no escrito característico da segunda fase de Wittgenstein as *Investigações Filosóficas* (1953), e seguindo com uma proposta de análise desde a significação, será analisada a possibilidade de apreender a funcionalidade da linguagem e verificar suas implicações numa possível relação entre representação da realidade e existência. Com efeito, serão focados pontos em que argumentos apresentados nas *Investigações Filosóficas* se destacam como relevantes para a sustentação da relação entre o argumento da linguagem e a representação da realidade. Trata-se, portanto, de uma reconstrução do pensamento do segundo Wittgenstein a respeito dessa temática delimitada, cujo propósito é avaliar a coerência interna do quadro argumentativo nas *Investigações Filosóficas*.

Palavras-chave: Linguagem. Representação da realidade. Significação. Investigações Filosóficas.

Abstract

The second phase of the philosophy of Ludwig Wittgenstein presents some criticism of the ontological basis, the optimum accuracy and philosophical analysis of his earlier stage of the *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). This research, from a brief background, examine the debate on the concepts of language present in writing characteristic of the second phase of Wittgenstein's *Philosophical Investigations* (1953), and following a proposal from the significance analysis, we will analyze the possibility of grasp the functionality of language and its implications check a possible relationship between representation of reality and there indeed. Will be focused on points that arguments presented in *Philosophical Investigations* stand out as relevant to support the relationship between the argument language and the representation of reality. It is therefore a reconstruction of Wittgenstein's thought about this theme bounded, whose purpose is to assess the internal consistency of the argumentative context in *Philosophical Investigations*.

Keywords: Language. Representation of reality. Significance. Philosophical Investigations.

SUMÁRIO

Introdução.....11

Capítulo 1 - O *Tractatus Logico-Philosophicus*: considerações acerca do conceito de Gramática e da Forma lógica.....16

1.1 Da forma geral da proposição (*Allgemeine Satzform*).....25
1.2 Das questões ontológicas expressas no *Tractatus Logico-Philosophicus*.....32

Capítulo 2 - As Investigações Filosóficas: abandono aos pressupostos do *Tractatus Logico-Philosophicus*.....43

2.1 Os conceitos de Uso (*Gebrauch*) e Significação (*Bedeutung*) nas *Investigações Filosóficas*.....47
2.2 Das questões da Linguagem e da Realidade.....65

Capítulo 3 - Ludwig Wittgenstein e o paradigma da Representação (*Vorstellung*) na Linguagem.....73

3.1 Da representação (*Vorstellung*): o aspecto público e normativo da linguagem.....87
3.2 Forma de vida (*Lebensform*): visão de mundo e linguagem.....98

Considerações Finais.....107

Referências.....111

Nomenclaturas e Citações dos livros no original alemão por ordem de composição

Cadernos 1914-1916 ï *Notebooks 1914-16* (Tagebucher 1914-1916)

Tractatus Logico-Philosophicus ï *Tractatus Logico-Philosophicus* (Logisch-Philosophische Abhandlung)

Observações Filosóficas ï *Philosophical Remarks* (Philosophische Bemerkungen)

Gramática Filosófica ï *Philosophical Grammar* (Philosophische Grammatik)

O Livro Azul e o Livro Marrom ï *The Blue and the Brown books, preliminary studies for the Philosophical Investigations*

Investigações Filosóficas ï *Philosophical Investigations* (Philosophische Untersuchungen)

Siglas dos livros por ordem de composição

NL Notes of Logic

NM Notes dictated to More 1914

NB Notebooks 1914-1916

TLP Tractatus Logico-Philosophicus

PR Philosophical Remarks [1929-1929]

PG Philosophical Grammar

BB The Blue and the Brown books [1933-1935]

PI Philosophical Investigations

CV Culture and Value

Introdução

A linguagem, de certa maneira, traz em seu âmbito todos os possíveis usos e aplicações dos signos e imagens. Assim, a vida de um signo ou de uma imagem que é o seu significado pertence à linguagem. No período intermediário da filosofia de Ludwig Wittgenstein, na qual discutimos a linguagem,[1] tal como uma descrição da linguagem deve conseguir o mesmo resultado que a própria linguagem, é possível realizar uma leitura acreditando que se está fazendo outra, e este é o limite tênue que corremos e no qual normalmente alguns se perdem e então ultrapassam a questão do fazer filosofia ou simplesmente repetir tortuosos conceitos que servem apenas para reafirmar mais do mesmo. Com efeito, nas passagens dos textos do filósofo mantêm-se originais, pois são apenas mais uma vez reapresentados. Tratamos nas páginas seguintes da temática *linguagem e representação da realidade*, no texto *Investigações Filosóficas* (1953), no entanto, achamos por bem recorrer a outros textos de Wittgenstein principalmente o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Do paralelo estabelecido diretamente entre as *Investigações* e o *Tractatus* faz-se necessário para que se possa estabelecer uma continuidade teórica na própria obra de Wittgenstein.

Há distinções fáticas entre linguagem e realidade (a do mundo, que cabe à linguagem descrever), do que não decorre que essas distinções também valem no plano conceitual, que elas ocorrem nele. Assim questionamos dois momentos: se a realidade antecede a linguagem ou vice-versa não é um problema apenas conceitual. E esse problema não exige considerarmos as ñgramáticasò de mundo e ñlinguagemò para apreendermos a realidade como devidamente se nos apresenta em cada momento.

Não haver um significado rígido para o uso das palavras ñsimplesò e ñcompostoò não implica que elas percam sua função ou que não tenham tido aplicações em proferimentos. Para as *Investigações Filosóficas* não pode haver ñreferência exteriorò sem uma determinação prévia na linguagem; logo, a fixidez da referência não é condição para a representação (representamos a realidade em nosso intelecto e re-apresentamos esta realidade mediante a linguagem); a imutabilidade da referência, diz Wittgenstein, é-nos uma exigência, não uma conclusão (§ 107); sua verdade ou falsidade é imanente às suas determinações (§ 136).

[1] Cf. WITTGENSTEIN, L. *Gramática Filosófica*, § 109. ñPois, nesse caso, realmente posso aprender a partir da proposição, a partir da descrição da realidade, como as coisas são na realidadeò.

Quando se diz que uma palavra *deve* ter um emprego fixo delimitado, vai-se contra aquilo que se vê: que os usos são dispersos e alternados. Julga-se que deve haver uma regularidade, uma simplicidade subjacente à pluralidade dos empregos e finalidade. Trata-se da exigência de um modelo sobre o funcionamento da linguagem, e sua própria necessidade mostra sua inadequação: se houver tal simplicidade indispensável à compreensão, uma vez que eu não a percebo claramente, eu não poderia compreender as palavras e, portanto, sequer saberia o que estou dizendo com este raciocínio; se entendo o que estou dizendo é por que tal simplicidade, mesmo que exista, não é indispensável para a compreensão da linguagem. Portanto, a fixação rígida de um conceito é sempre superficial. A simplicidade da realidade não é um estado estático, mas dinâmico, não linear. ñAquilo que chamamos de ñfraseò, ñlinguagemò, não é uma unidade formal, mais uma família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si (§ 108).ò

Ludwig Wittgenstein desenvolveu duas filosofias diversas, do que se segue podemos especular acerca de uma continuidade do segundo período em relação ao primeiro, tratando de uma Filosofia que obteve raízes externas da tradição filosófica. Durante intenso período Wittgenstein preocupou-se com a solução de problemas práticos, após a transição de seus estudos da Matemática pura para a Filosofia da Matemática; obras como as de Gotlob Frege em Foundations - ñ*The Foundations of Arithmetcs**ò***; Sense - ñ*Sense and Reference**ò*** e os escritos de Bertrand Russel em Principles ï ñ*The Principles of Mathematics**ò*** e Theory ï ñ*The Theory of Knowledge*ò influenciaram seu desenvolvimento filosófico. Os pensamentos transcritos no *Tractatus Logico-Philosophicus* são formulados antes de 1914; sua escrita se deu durante a Primeira Guerra Mundial ao servir as Forças Armadas Austríacas voluntariamente. Em um campo de prisioneiros de guerra na Itália em 1918, remete seus escritos a Bertrand Russel, este que se responsabilizou pela publicação do texto na Inglaterra. Na Alemanha, em 1921, o texto surge no último volume dos *Annalen der Naturphilosophie* de Oswald, depois de correções de Wittgenstein devido à sua rejeição a primeira introdução preparada por Bertrand Russel.[2]

O conteúdo expresso no *Tractatus Logico-Philosophicus* é complexo, pois, discute muitas ideias de frentes teóricas relevantes como as de G. Frege e B. Russel, o que requer uma leitura árdua principalmente para uma discussão de rigor conceitual das teorias lógicas destes autores. Wittgenstein enuncia suas proposições enumerando-as:

[2] Cf. GLOCK, H. 1998, p. 356.

sua obra contém sete teses principais, tais enumerações nos fornecem correlações essencialmente complexas. Suas teses principais fornecem o início da estrutura da filosofia de Wittgenstein; nas 1) e 2) teses dizem respeito ao fundamento ontológico de sua filosofia com o mundo, estado de coisas e fatos; na 3) tese desenvolve-se uma passagem da ontologia para uma teoria do conhecimento, o que podemos considerar como uma relação entre o mundo e os pensamentos sobre o mundo; na 4) tese temos o início das investigações acerca da linguagem nas quais são proposições significativas mediante a possibilidade de formulação dos pensamentos; das 5) e 6) teses dizem respeito a estrutura entre conceitos segundo sua natureza lógica, a distinção entre conceitos de categorias diversas e a 7) última proposição aponta para uma evidência ñSobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calarò.

Wittgenstein pretendia enunciar claramente a estrutura lógica do mundo, não se preocupando com seu conteúdo real. E este seria um dos pontos da filosofia do *Tractatus* a ser revisto por ele no futuro.[3]

Nas *Investigações Filosóficas (Philosophische Untersunchungen)* escrito de sua segunda fase publicado em 1953, o autor apresenta uma crítica ao modelo sobre a aquisição e o funcionamento da linguagem, modelo que desconsiderava as diferentes espécies de palavras e tomava os substantivos como elementos essenciais da comunicação.[4] A obra deveria ser lida contra o pano de fundo do *Tractatus*:

> Estes (pensamentos) apenas poderiam ser verdadeiramente compreendidos por sua oposição ao meu velho modo de pensar, tendo-o como pano de fundo.[5]

Wittgenstein mediante situações linguísticas hipotéticas e relevantes analisa a irredutibilidade dos comportamentos verbais a uma categoria em particular, assim, desprivilegiar a pluralidade dos sistemas linguísticos resulta em pensar nos enigmas que cercam a linguagem como dúvidas pertinentes a apenas uma classe de palavras. Este

---

[3]Cf. WITTEGENSTEIN, L. *Observações Filosóficas*. 2005. V-48. ñTenta-se com frequência usar a linguagem para circunscrever e ressaltar o mundo ‑ o que e impossível. A naturalidade do mundo expressa-se no próprio fato de que a linguagem pode referir-se, e de fato se refere, somente a ele. Porque como a linguagem só obtém sua forma de significar daquilo que significa, do mundo, portanto, não e concebível nenhuma linguagem que não represente este mundo.ò

[4]Cf. IF, Prefácio. ñEntrego-as à publicação com sentimentos duvidosos. Não é impossível, mas na verdade não é provável que este trabalho ï na sua pobreza e nas trevas desta época ï deva estar destinado a lançar luz num ou noutro cérebro. Não desejaria, com minha obra, poupar aos outros o trabalho de pensar, mas sim, se for possível, estimular alguém a pensar por si próprio.ò

[5] Ibid., Prefácio.

então é um modelo, segundo o qual, compreender a natureza da linguagem como é adquirida, e ainda seu funcionamento, equivale a compreender os substantivos. Tal modelo diz respeito a uma forma mais primitiva de linguagem,[6] e é esta concepção da atividade linguística que se tem em mente quando se diz que as palavras correspondem às coisas.

Com isso torna-se legítimo questionar o que estabelece o elo entre os nomes e o mundo, trata aqui da designação.[7] Analisa-se desse modo o *gesto ostensivo* como um pressuposto da associação entre palavra e coisa. Em termos metodológicos, nesse modelo que ora objetamos, os nomes são construções linguísticas elementares e são expressas mediante a associação em sentenças, desejos e demais volições, os nomes, constituiriam as partes simples do discurso, isto é, ao que não pode ser reduzido a algo mais básico, o que Wittgenstein questiona é, como acontece dos nomes designarem o simples.

Consideramos a análise nas ***ñ****Investigações***ò** da simplicidade e complexidade das coisas reais, pois a pergunta gramatical pela constituição elementar dos nomes consiste, nas *Investigações Filosóficas*, no seguinte questionamento: ñMas quais são os componentes simples de que se compõe a realidade?ò. [8] O ñsimplesò para Wittgenstein é o ñnão compostoò e perguntar por eles em si mesmos não tem sentido. Indagamos se é possível o questionamento sobre a simplicidade ou a complexidade de uma coisa (objeto) na linguagem. Com efeito, quando se diz que uma palavra *deve* ter um emprego fixo delimitado, vai-se contra aquilo que se vê: que os usos são dispersos e alternados, julga-se naturalmente que deve haver uma regularidade, uma simplicidade subjacente à pluralidade e finalidade na utilização dos termos da linguagem.

Trata-se da exigência de um modelo sobre o funcionamento da linguagem, e sua própria necessidade mostra sua inadequação, se houver tal simplicidade indispensável à compreensão, uma vez que não a percebo claramente, não poderia compreender as palavras e, portanto, sequer sabemos compreender o que dizemos ao outro com este raciocínio; se podemos entender o que dizemos é por que tal simplicidade, mesmo que exista, não é indispensável para a compreensão da linguagem.[9]

---

[6] Cf. IF. § 3.
[7] Ibid., § 15.
[8] Ibid., § 47.
[9] Cf. DALL' AGNOL, D. 2005, pp. 29-30.

Portanto, a fixação rígida de um conceito é sempre superficial, a simplicidade da realidade não é um estado estático, mas dinâmico e não linear: ñaquilo que chamamos de frase, linguagem, não é uma unidade formal, mais uma família de estruturas mais ou menos aparentadas entre siò. [10] Não haver um significado rígido para o uso das palavras ñsimplesò e ñcompostoò não implica que elas percam sua função ou que não tenham tido aplicações em proferimentos, apreender o uso das palavras então parece equivaler a *mostrar* sua significação.

Como pressuposto metodológico para a análise do *uso* e da *significação*, é utilizado o próprio argumento de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, segundo o qual não pode haver ñreferência exteriorò,[11] sem uma determinação prévia na linguagem; logo, a fixidez da referência não é condição para a representação, isto é, representamos a realidade em nosso intelecto e ñformulamosò esta realidade mediante a linguagem.

[10] Cf. IF § 108.
[11] Ibid., §§ 107, 136.

CAPÍTULO 1

O Tractatus Logico-Philosophicus: considerações acerca do conceito de Gramática e da forma lógica

No *Tractatus Logico-Philosophicus*, livro publicado em 1921,[12] Ludwig Wittgenstein salienta a ideia de que a filosofia é a doutrina da forma lógica, e em relação à teoria das descrições de Bertrand Russell, defende que o valor da forma lógica real das proposições é divergente de sua forma gramático normativa.[13] Russell, defendia no livro *The Theory of knowledge* 1913, uma identidade estrutural entre as proposições e os fatos que a representam, de maneira que os objetos lógicos variáveis ou as constantes lógicas mantêm uma relação de familiaridade através de uma possível experiência lógica.

Bertrand Russell, porém, percebe que, para uma possível proposição de tipo ñ*a*R*b*ò é necessário conhecer seus referentes ñ*a*ò, ñRò e ñ*b*ò, mas não é o suficiente, porque é preciso saber algo a mais desta forma lógica da proposição, para que possamos entender e diferenciar ñ*a*R*b*ò ou ñ*b*R*a*ò.[14] Da forma proposicional geral podemos dizer que, compartilha com todas as proposições, e os tipos de proposições são distinguidos pela sua forma lógica. Ao mesmo tempo, Wittgenstein afirma que a análise da gramática é requisito[15] para o exercício da filosofia, uma vez que a estrutura das proposições pode ser interpretada por seus componentes, e a substituição de elementos por variáveis cria um modelo que representa uma determinada forma lógica de todas as possíveis proposições descritivas da realidade.

---

[12]Cf. CONDÉ, M. L. L. 1998, p.41. Cf. GLOCK, 1998, p. 355-6. Publicado pela primeira vez na revista *Analen der Naturphilosophie*, em 1921, em Leipzig, o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein recebeu, inicialmente, o titulo de *Logisch-Philosophische Abhandlung*. No ano seguinte, em Londres, é apresentado numa versao bilingue (Alemao-Ingles), com o titulo definitivo sugerido por George Edward Moore. Livro que ele terminou de escrever no front de batalha, na I Guerra Mundial, na Italia, como relata Bertrand Russell em uma carta datada de 13 de marco de 1919.

[13] Cf. WITTGENSTEIN, L. *Excertos de Cartas de Wittgenstein a Russell, 1912-20.* (Cambridge, 22. 6. 12), (1. 7. 12), p.175. In. *Cadernos 1914-1916.* Lisboa: 70. 1998. (Cambridge, 22

[14] Cf. MILLER, A. 2010. p. 80-81.

[15] Cf. TLP. (4.0031). ñToda filosofia é ñcrítica da linguagemò. (Todavia, não no sentido de Mauthner.) O mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real.ò

Nesse sentido, Wittgenstein, já em *Notas Sobre a Lógica*[16] de 1913, analisa a ideia de que os signos lógicos são nomes que constituem o objeto de interesse da lógica, isto porque a forma da proposição não é estabelecida por um objeto isolado, mas pelos elementos constituintes. A proposição trata de uma figuração que interpreta a realidade, seja esta verdadeira ou falsa, mesmo porque a relação entre os elementos representa uma relação entre tais elementos.

Em *Notebooks 1914-1916*, a caracterização de uma figuração aponta aspectos importantes, um deles trata de um método de projeção ao qual estabelece uma conexão do que seria um modelo, e, consequentemente os elementos da circunstância a ser representada. Outro aspecto diz respeito à *representação estrutural*, o que esta estabelece com a realidade para a possível figuração, esta estrutura é referida como a forma de figuração[17] ou mesmo a sua própria forma lógica.

Nesse âmbito, Wittgenstein buscou distinguir noções como a estrutura da figuração, estabelecer como os elementos envolvidos na proposição estão dispostos ou mesmo como os elementos estão relacionados. Essa ideia está ligada a uma teoria pictórica, necessária para a afiguração de determinada situação individual, quando os elementos estão dispostos de maneira que represente uma relação entre objetos (TLP 2.15-2.172).

O *Tractatus Logico-Philosophicus*, propõe problemas acerca do significado linguístico, discute a natureza da lógica e também a natureza da filosofia, apresenta observações condensadas numa estrutura coesa, onde se efetiva, por meio da numeração das proposições. Wittgenstein explicita tal numeração; as proposições *n1*, *n2*, *n3* etc são análises que remetem à proposição de número n, e as proposições *n.m1*, *n.m2* etc, são análises que remetem a proposição de número *n.m* (TLP 1*).

Em 1912 Wittgenstein inicia o projeto *Tractatus Logico-Philosophicus* com uma terminologia diferente de obras clássicas, necessitando de explicações posteriores, muitas vezes explicações estas encontradas em seus *Notebooks*. Trata de um trabalho que menciona a natureza das ñproposições da lógicaò, a lógica é considerada com base na natureza da *representação*. Em sua elaboração Wittgenstein chega a uma ñteoria do

[16] Cf. WITTGENSTEIN, L. *Notas Sobre Lógica*. In. *Cadernos 1914-1916*. Lisboa: 70. 1998. p. 142. ñDisse Frege: <as proposições são nomes>; e Russell afirmou: <as proposições correspondem a complexos>. Ambos estão errados; e especialmente errado é o enunciado: <as proposições são nomes de complexos>.[Cf. 3.143].ò

[17] Cf. NB. 29. 10. 14.

simbolismoò, que infere acerca da natureza daquelas proposições dotadas de um significado geral.

Originalmente, a análise sobre a lógica é alcançada em suas ñ*Notes dictated to More*ò de 1914, nas quais encontramos as proposições lógicas como ñtautologiasò, parte da dificuldade, pois estas proposições não assumem o caráter de determinado significado sobre a realidade. Aquilo que Wittgenstein desenvolveu como teoria do simbolismo, mencionada anteriormente, diz respeito a uma teoria posterior, qual seja, a teoria pictórica (NB 29. 10. 14), teoria à qual agrega às proposições lógicas uma específica base estrutural. Com efeito, a teoria pictórica carrega uma ontologia atomista de objetos que podemos chamar de indestrutíveis, para poder explicar a ñessência da proposiçãoò, ou ainda, uma ñessência do serò (NB 22. 01. 15).

Os objetos estão presentes, apenas à partir de uma possível teoria de ñrepresentação linguísticaò. No entanto, a autonomia da própria linguagem, nos faz aceitar certa teoria da *representação* como uma premissa necessária para análise da natureza essencial da realidade, para uma posterior afiguração realizada pela e na linguagem.

Parte da dificuldade, de interpretação, reside também nas análises de Wittgenstein explicando os fundamentos da lógica, quando estes estariam projetados na natureza do mundo (NB 02. 08. 16). Em seu *Tractatus*, notamos quatro divisões fundamentais, de acordo com *Hans Johann Glock*, (Dicionário Wittgenstein, 1998), as quais representam estágios de desenvolvimento do próprio autor: a teoria da lógica (1912-1914), a teoria pictórica (1914), análises acerca da ciência e da matemática (1915-1917) e observações místicas (1916-1917). A construção do *Tractatus Logico-Philosophicus* apresenta sete proposições principais:

> 1* O mundo é tudo que é o caso.
> 2 O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.
> 3 A figuração lógica dos fatos é o pensamento.
> 4 O pensamento é a proposição com sentido.
> 5 A proposição e uma função de verdade das proposições elementares.
> (A proposição elementar e uma função de verdade de si mesma)
> 6 A forma geral da função de verdade é [*p*, ξ, *N*(ξ)].
> Isso é a forma geral da proposição.
> 7 Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.

Já no prefácio do *Tractatus*, escrito por Russell,[18] este menciona detidamente que:

> *p* representa todas as proposições atômicas.
> ξ representa um conjunto qualquer de proposições.
> *N*(ξ) representa a negação de todas as proposições que constituem ξ.

Quando observamos estas proposições, queremos analisar se tais proposições permitem uma noção geral acerca da temática e construção do *Tractatus*. A princípio podemos observar que existe uma correspondência:

> 2) - 1) O que é o caso (*Was der Fall ist*)
> 4) - 3) Pensamento (*Gedanke*)
> 6) - 5) Função de verdade (*Wahrheitsfunktion*) [19]

As duas principais proposições apontam para a construção lógica do mundo, isto é, o que a filosofia tradicional chama de ontologia (TLP 2.063). A mencionada ontologia é desenvolvida no *Tractatus*, mesmo o autor discutindo uma representação simbólica. Já no prefácio deste livro, a ontologia designa o aspecto da natureza da representação, e por sua vez, aquilo que é representado na forma de pensamento e linguagem. Assim, é analisada a natureza desta representação, ou melhor, a natureza da representação da realidade, na qual é estabelecida uma relação isomórfica. O *Tractatus* concebe o mundo como totalidade dos fatos (TLP 2.1 - 3.5), uma reflexão acerca das figurações e principalmente das proposições que representam os fatos.

Wittgenstein apresenta a noção de forma lógica, afirmando que a estrutura lógica do mundo e da linguagem são a mesma, e é por esta razão que a linguagem pode dizer o mundo: ñOs limites do mundo são os limites da linguagem, a linguagem e minha linguagem, os limites do mundo são os limites de minha linguagem. O mundo é o mundo de minha linguagemò.[20]

A introdução da discussão sobre o estatuto de Filosofia indica não se tratar de uma definição de ciência específica, isto nas seções (TLP 4 - 4.2); ou ainda não se tratar de uma simples composição de proposições, porque toda a forma lógica que é representada por Wittgenstein, ou melhor, a forma lógica que linguagem e realidade apresentam de maneira alguma é representada em tais proposições formais. Estamos,

[18] Cf. TLP. Introdução. p. 120.
[19] Cf. WALLNER, F. 1997, p. 18.
[20] Cf. SANTOS, 2010, p. 104-105.

pois, na instância das proposições empíricas. Toda a teoria da lógica que encontramos utiliza certas operações que constroem proposições elementares, que por sua vez, inferem na análise da forma proposicional geral das tautologias. Em decorrência disso, a própria matemática permeia tais análises, pois estas se encontram nas operações lógicas das proposições. Tanto quanto a ciência é mencionada como elemento em suas descrições sobre o mundo, as questões éticas sobre o mundo estão declaradas como inefáveis num âmbito místico.[21]

Em sua proposição 6.55 em diante, contém um posicionamento do próprio autor, no qual o *Tractatus* é limitado ao indizível. Temos a apresentação de uma teoria da representação, numa teoria posterior sendo esta a pictórica, a qual apresenta uma significação pela qual é expressa uma ontologia atomista, com efeito, a própria Filosofia é discutida na análise da teoria lógica. O eixo da discussão recai sobre a formalização da linguagem, e, detidamente sobre os conceitos tratados por Wittgenstein, inicialmente a ñproposição elementarò tanto quanto a ñfunção verdadeò, donde, ña proposição mais simples, a proposição elementar, assere a existência de um estado de coisasò (TLP 4.21). De acordo com o que Wittgenstein denominou como proposição elementar, o significado de uma expressão pela análise lógica, trata daquela proposição que não oferece uma decomposição, diz respeito àquilo que é denominado ñfatoò (*Tatsache*).

No *Tractatus* a proposição elementar é exemplificada seguidamente em, assim, ña proposição elementar consiste em nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomesò (TLP 4.22). Interpretamos que, as simultâneas análises lógicas de determinada proposição, incidem em esvaziar as possíveis associações lógicas, o que segundo Wittgenstein, seria um encadeamento de nomes, que nada mais atribuem a uma significação, mas que seguem um referencial comum, dentre eles a proposição elementar. No entanto, tal atribuição de significado é analisada pelas associações lógicas, ou seja, por um determinado tipo de função verdade que seguem as proposições elementares.

Para esta finalidade poder-se-ia deduzir ñpensamentoò e proposição como análogos, e dentre o que se quer dizer o ñpensarò (*Denken*), isso na interpretação subjetiva do pensar, o que numa primeira instância na interpretação subjetiva do pensar parece plenamente aceitável na filosofia, posto que já no prefácio do *Tractatus* temos esta inferência:

[21] Cf . TLP 6.373 - 6.522

> O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor ï não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para o pensar, deveríamos portanto, poder pensar o que não pode ser pensado).
> O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso.[22]

Existe aqui, uma diferença dentre o ñpensarò e o que se quer saber ñlinguagemò, todavia, pode haver algo que se faça denotar sentido, o que em contrapartida não acontece com o pensar no sentido subjetivo de Wittgenstein. Em todo caso consideramos análoga a interpretação de Wittgenstein frente aos ñpensamentosò e proposições de sentido, divergindo também daquelas proposições as quais apresentam caráter de sentido, ou ainda, naquelas em que não há mesmo sentido algum, em relação a isto, não estamos aqui promovendo uma identificação para o conceito de ñproposiçãoò, numa instância superior ou mesmo idealizada, na qual a própria fala e escrita fossem semelhantes, de acordo com a perspectiva de Frege. Com efeito, o conceito de ñsentidoò, enunciado em sua quarta proposição demonstra acerca do ponto de vista lógico, uma diferença específica e não simplesmente redundante na exposição de Wittgenstein.

Por isso, a interpretação acerca de como pensamos este ñde sentidoò, é relacionada àquela proposição, à quanto ela tem sentido, o que seria correto mencionar, é o que ao longo de suas proposições, existem considerações acerca do que é ñ*de sentido*ò (*Sinnvoll*); estes termos inferem um critério que os mantêm distintos (TLP 3.11 ï 3.13). A compreensão de ñsentidoò deve apresentar senão uma análise sucessiva e continua, mencionemos aqui a reflexão da ñproposição de sentidoò como ñimagem lógicaò - ño que a figuração representa é seu sentidoò (TLP 2.221).

No *Tractatus* encontramos um procedimento esquemático, neste ponto é relevante notar como uma proposição qualquer de uma determinada língua não compreendida por nós possa soar sem sentido, mas de alguma maneira indique a forma de seu sentido. Em todo o caso, tal proposição pode apresentar sentido, o que cabe na possibilidade de projetar possível estado de coisas, quando os símbolos contidos são caracterizados sem sentido (TLP 6.53). Uma proposição qualquer ï por exemplo, ñO professor é possívelò, apresenta sentido, isto porque nos livramos de atribuir apenas um significado possível, tal significado empregue a estas mesmas palavras, é entendido

[22] Cf. TLP. Prefácio. p. 131.

como um adjetivo predicativo. [23] Vemos, por conseguinte, uma diferença importante do conceito de ñsentidoò (TLP 3.142), quando esta diferenciação ressoa sobre o que é reconhecido no *Tractatus* como ñnomeò e aquilo que denomina a ñproposiçãoò, isto é, o reconhecimento do que é o ñdenominarò (*Benenmen*) (TLP 3.144, 3.22). Dentre estas diferenciações conceituais, nota-se ainda, a relevância do que tratamos quanto a ñobjetoò (*Gegenstard*) ou ñcoisaò (*Ding*), pois a terminologia empregue a termos semelhantes sustenta o que se refere ao fato que é simples e também a uma situação que se apresenta complexa.

Ora, dizemos de ñestados de coisasò, nos quais representam a instância possível da linguagem, são conceitos pressupostos já na possibilidade da fala. A analogia aqui mencionada do que é ñsentidoò na proposição, deixa explícito o que o ñnomeò carrega quanto à ñsignificaçãoò (*Bedeutung*). Na filosofia de Wittgenstein, não há um elemento, em termos de linguagem, que descreva a relação entre o nome e o objeto nomeado, a ser a própria relação que a evidencia de que isto efetivamente ocorre. Ou seja, a relação se mostra:

> Falando de modo aproximado, podemos dizer qual e a cor de um objeto, mas não podemos dizer qual e o seu nome. Podemos, isto sim, usar o nome que ele tem para descrever coisas como a sua cor, a sua proposição em relação a outros, e assim por diante. Ao usar o nome nestes contextos, a nomeação se mostra. Na terminologia do Tractatus, o que esta sendo mostrado e exatamente aquela relação afigurante que projeta um elemento da linguagem num objeto constituinte da substância do mundo. Relações afigurantes, portanto, devem ter essa assimetria essencial que faz com que elas se dirijam da linguagem para o mundo, e devem também ser inefáveis, isto e, estar fora do mundo.[24]

É notável, quanto às divergências dos conceitos, um alicerce maior frente aos escritos de G. Frege, isto porque o termo ñsentidoò reivindica uma significação quanto o dar sentido na proposição. Com efeito, a proposição não apresenta um ñsentidoò determinado, a proposição esta isenta de apresentar certo caráter do estado de coisas em questão, pois deste uso específico da linguagem, segue-se do que não tratamos como ñpensamentoò, isto é, de uma possível proposição que não corresponde a um caráter lógico possível, este caráter específico não pode apresentar *o que é o caso* (*Was der Fall*

[23] Cf. SCHMITZ, F. 2004, p. 105-106.
[24] Cf. CUTTER, 2006, p. 176.

ist), logo, proposições deste tipo não apresentam seu valor de verdade, e não podemos inferir acerca de sua verdade ou falsidade. De acordo com Wittgenstein, neste ponto encontramos as proposições ñsem sentidoò (TLP 3.323, 4.003).

Disso pode, em princípio, dizer se esta proposição refere-se a qualquer estado de coisas (*Sachverhalt*), segundo Wittgenstein nestas proposições podemos definir proposições aparentes ou ainda proposições desprovidas de sentido. As próprias proposições matemáticas são identificadas neste âmbito, bem como o caráter das proposições da lógica (TLP 6.2). Desta maneira não queremos aqui apontar uma exclusão, efetuada pelo autor, apenas indicamos que os tipos de proposições mencionadas tanto as da matemática quanto as da lógica obtém um aspecto singular em relação às proposições que foram mencionadas anteriormente (TLP 6.1222).

Cabe inferir sobre qual seria a fundamentação deste caráter singular das proposições lógicas, e ainda qual o caráter da análise lógica para a própria proposição da lógica. Encontramos a posição de Wittgenstein frente à lógica matemática e a filosofia da lógica, isto porque é presente o questionamento acerca de uma possível filosofia da lógica, é perceptível a tentativa de apresentar uma prova na lógica permeada pela própria análise da lógica. Mencionamos o que de fato, é compreendido como exigência da lógica em relação ao proceder de sua análise, não é aqui um único formato de caracterização da lógica.[25] A filosofia da lógica desenvolvida por Wittgenstein não é enveredada por verdades eternas na fundamentação de sua normatividade lógica, trata-se de uma insuficiência da formalização quanto aos aspectos da linguagem (TLP 4.002). Com base nisto em TLP 5.5563 temos:

> De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem. O que há de mais simples, que nos cumpre aqui especificar, não é um símile da verdade, mas a própria verdade plena.
> (Nossos problemas não são abstratos, mas talvez os mais concretos que existam).

Apontamos aqui a rejeição de Wittgenstein quanto às concepções psicológicas ou mesmo antropológicas acerca de uma possível justificação da lógica à partir de determinada estrutura da vivência humana (TLP 5.4731, 6.1271). Das proposições do *Tractatus*, especificamente 6.1222, existe com relevância um mesmo argumento pelo

[25] Cf. SCHMITZ, F. 2004, p. 120.

qual sua utilização menciona verbos modais tais como ñ*mussen*ò (ter de/precisar) ou ñdürfenò (poder/dever), que caracterizam seu conteúdo formal numa diferenciação de sentido intencional. Pode-se querer dizer coisas diversas com a proposição, tais formas tornam sutil algo que ao menos não pode ser comprovado através da experiência, isto porque, não nos é suficiente por ser transcendente e ter de ser pressuposto a toda experiência.

Desse modo, pode-se querer dizer de forma singular que as palavras ñ*precisar*ò e ñ*dever*ò inferem como verbos auxiliares quanto a uma proposição possível de intenções, mas em contrapartida uma proposição lógica não pode apresentar lacunas, para uma futura refutação, seja esta mesma de uma possível experiência, e, também não deve ser comprovada pela experiência. Estamos discutindo aqui o que caracteriza, ou melhor, autoriza a oposição entre uma proposição de sentido e uma proposição lógica, assim de um lado temos proposições que representam estados de coisas, ou seja, descrevem o mundo e de outro lado um critério que infere acerca da falsidade e da verdade, sendo que esta última se deixa refutar pela experiência e é comprovada pela experiência.

Nas proposições lógicas entendidas como tautologias, como que ñnada dizemò, Wittgenstein deleta o platonismo presente tanto em Frege como em Russell em suas análises lógicas (TLP 6.1, 6.11). Nesta perspectiva, analisar a lógica à partir da linguagem sugere a própria fora lógica na qual as possíveis relações da linguagem tornam-se revogáveis umas perante as outras (TLP 6.12-6.121). Assim, a lógica identifica um abandono quanto à questão da normatividade, e assume proposições que nada dizem. As proposições mencionadas não tratam de proposições de experiência ou apenas descrevem definições caricatas, ou melhor, proposições aparentes, mas tratamos aqui das proposições de conteúdo acerca do mundo, e ainda aquelas que refletem aquilo do que se deixa dizer, isto porque tais proposições inferem sobre o mundo num todo, e destas proposições encontramos condições para analisar a própria linguagem.

1.1 Da forma geral da proposição (*Allgemeine Satzform*)

Em sua primeira fase, Wittgenstein infere acerca da determinação da natureza à partir do que é representado, neste momento existe a referência ao mundo, tal determinação faz-se ao estabelecer a essência da proposição. Com isto, nos variados aspectos das proposições encontramos suas divergências através da análise das formas lógicas, mas destas possíveis formas lógicas existe algo em comum dentre elas que é determinado a priori, isto porque existem tais combinações da gramática (do caráter das próprias palavras), que formam uma proposição que não diz respeito à experiência, [26] antes sim, ao que podemos encontrar nas regras da sintaxe lógica.

Da forma proposicional geral dizemos que é a essência da proposição, e a temos como necessária em qualquer objeto (coisa) veiculada numa proposição de qualquer tipo específico de *notação* (*zeichensprache*). Tomar a linguagem como totalidade das proposições, [27] nos faz admitir que a forma proposicional geral promove aspectos que identificam e ligam as línguas, e demonstram diferenças superficiais.[28] É possível apontar acerca da forma proposicional geral como única constante lógica, ou mesmo único signo primitivo geral da lógica, a despeito da possibilidade de todas as operações lógicas. Poder-se-á dizer:

> É claro que tudo que se possa em geral dizer de *antemão* sobre a forma de todas as proposições deve-se poder dizer *de uma vez por todas*.
> Com efeito, na proposição elementar já estão contidas todas as operações lógicas. Pois ñ*fa*ò diz o mesmo que
> ñ(Åx).*fx*.*x* = aò.
> Onde há composição, há argumento e função, e onde eles estão, já estão todas as constantes lógicas.
> Poder-se-ia dizer: a única constante lógica é o que *todas* as proposições, por sua natureza, têm em comum.
> Mas isso é a forma proposicional geral. [29]

A fórmula citada anteriormente, não é restrita às proposições verdadeiras, pois, da forma proposicional geral pode-se estender ao que vale ao modo coloquial de uma

[26] Cf. NB. (9.7.16 - 11.7.16).
[27] Cf. TLP. 4.001.
[28] Cf. NL. p. 155-156.
[29] Cf. TLP. 5.47.

variável proposicional, tratamos da variável proposicional mais geral, que diz respeito ao conceito formal daquela proposição do *dizer* ou do *mostrar*. Aqui, também não quer dizer um tipo específico de valor particular de proposições ñ*fa*ò, ñ*fb*ò e etc. têm presente à identificação da totalidade das proposições, as proposições necessitam da composição função e argumento, para que possam ser logicamente integradas, e ainda, tem a necessidade de afigurar um estado de coisa possível para que sejam descritivas.[30]

Estamos recorrendo às proposições elementares. A despeito disto, no *Tractatus*, todas as proposições apresentam o caráter *representacional* por meio das proposições elementares, a rigor, a totalidade das proposições é determinada pela totalidade das proposições elementares.[31] Parte importante da doutrina da forma proposicional geral é a tese da ñextencionalidadeò, quando uma proposição é uma função de verdade de proposições elementares, ña proposição elementar é uma função de verdade de si mesmaò. [32]

A rigor, numa notação em termos de *tabela verdade*, a proposição elementar é descrita como uma função de verdade que liga ela mesma a uma *tautologia* que abrange todas as outras proposições elementares, com isso, poderíamos citar, ñp. (q˜ ~q)ò, aqui a exemplificação propõe que a verdade de qualquer proposição depende exclusivamente da verdade das proposições elementares em termos pelos quais é refletida. A despeito, o *Tractatus* é incumbido de esclarecer os contextos intencionais presentes nas línguas naturais, em relação à participação de uma proposição no objetivo qualquer do verbo intencional, no que se refere ao discurso indireto ou mesmo atribuições das manifestações proposicionais, das explicações de contexto causal e ainda leis científicas. A ideia de diversos graus proposicionais de caráter implausível, reduzindo o que ocorre a algo de ocorrência extensional, é o caso de explicações causais e das atribuições de crença, e ainda, a negação da constituição das proposições que podemos chamar de genuínas, como as das leis científicas e também das *proposições modais*.

Com efeito, a consequência do extensionalismo (TLP 6), coloca em evidência a existência de uma equação dentre a forma proposicional geral com a forma geral de uma função de verdade [p, ξ, *N*(ξ)]. Esta fórmula citada mostra uma série de proposições,

---

[30] Cf. CUTTER, 2006, p. 176,178. ñÉ da relação afigurante que o mundo extrai seu sentido. Relações afigurantes não são inerentes a nenhum fato ou objeto. Nada é, por sua própria natureza, nome de coisa alguma. A nomeação é uma relação interna que deve ser instituída. E quem institui esta relação interna entre signo e significado? Ora, este e o papel do sujeito transcendentalò.

[31] Cf. TLP. 4.51 ï 4.52.

[32] Ibid., 5.

são os valores da variável proposicional mais abrangente, não apenas pelo fato da enunciação tipo ñp, q, rò, ou mesmo por uma função proposicional que mostre o caráter dos quantificadores, mas série formal que os membros estão ordenados numa lei formal, pela qual veicula relações internas.[33] Diz-se:

> Aplicando-se *O* a *a*, obtém-se *Oôa*; repetindo-se a operação, obtém-se *OôOôa*, e assim por diante ï como em 2,4 (2+2), 6 (2+2+2), etc. Tal série é determinada por seu primeiro membro e pela operação que produz o termo subsequente a partir do precedente (TLP 4.1273). A série é expressa como [*a, x, Oôa*] ï *a* é o primeiro termo, *x* é um termo arbitrário, *Oôa* é a forma do sucessor imediato de x.[34]

Das operações vero-funcionais podemos observar que são reiteráveis, ao passo que produzem uma série formal desenvolvida por uma tripla ordenada semelhante, onde *pپé* o primeiro membro, não trata de uma função de verdade de proposições elementares, (ñp.q.rò), mas identifica todas as proposições elementares (p, q, r, etc.). Tal expressão óپ ô não é uma seleção qualquer de proposições, bem como *Bertrand Russell* identifica já na introdução[35] do *Tractatus logico-philosophicus*, mas é, a rigor, um conjunto de proposições construídas com bases do conjunto inicial, pelo qual inclui proposições elementares e proposições moleculares, já o símbolo ñ پ ╣╠ não quer indicar generalidade, mas qual questão ε representa, ou seja, ele enumera ou organiza os valores presentes.

Aqui, *N*(پ), é resultante de aplicações da operação de negação concomitantes a پesta operação *N* trata do contexto generalizado do operador de verdade binário (nem p nem q), assim a *barra de Sheffer*,[36] desta forma, ñp Ź qò, difere porque aplica-se a um número arbitrário de proposições. Esta questão é essencial, pois no *Tractatus* temos um posicionamento agnóstico frente ao número de proposições elementares, o que gera uma única proposição que simultaneamente promove a negação de todas.

---

[33] Cf. TLP. 4.12 - 5.501.
[34] Cf. GLOCK, H. 1998, p. 183.
[35] Cf. TLP., op. cit. p. 120-121.
[36] Conectivo lógico cujo símbolo é a barra (|). A expressão *p | q* lê-se "p e q são incompatíveis", equivalente a ¬ *(p ^ q)* , a fórmula é falsa somente quando p e q são verdadeiras em todos os outros casos, a fórmula é sempre verdadeira. Wittgenstein poderia ter substituído todas as constantes lógicas pela barra de *Sheffer*, partindo do princípio de que toda proposição molecular era analisável e esta análise era única, que toda proposição molecular poderia ser gerada a partir de proposições elementares, utilizando uma única operação lógica.

Observamos em relação à notação de tabelas verdade, mencionada anteriormente, que na barra de Sheffer descrita como ñ(F F F V) (p,q)ò; e *N* como ñ(ج ج V) (...)ò, os parênteses à direita mostram a seleção arbitrária de *n* proposições, já os parênteses à esquerda mostram a tabela verdade, onde 2Ŵ ج ج 1 F' são subtraídos (TLP 5.5). Com isso, resultante da inferência de *N* a پ só temos o verdadeiro quando todos os membros de پ são falsos, assim, ñ*N*(p,q,r)ò, tem mesmo valor que, ñ~p.~q.~rò, aqui é presente a *tese construtiva*[37] segundo Wittgenstein, quando toda a proposição é resultante de aplicações sucessivas da operação *N*(پ) nas proposições elementares (TLP 6.001). Dos conectivos vero-funcionais empregados por Gotlob Frege e Russell, (ñ~ò, ñ.ò e ñ˜ ò)[38] são de caráter interdefinível e podem ser reduzidos à barra de Sheffer.[39]

Em decorrência, o desenvolvimento realizado por Wittgenstein não acaba por redundante numa série formal, mas possibilita as funções de verdade de ñpò e ñqò se, uma ordem definida. Na operação *N* encontramos a construção de todas as proposições gerais, bem como a lógica proposicional, mesmo a teoria da quantificação advém da aplicação daquela operação vero-funcional citada, divergente apenas por base *N*, pois a quantificação realiza-se via função proposicional. Agora, quando پ apresenta ñfa, fb, fcò, logo temos ñ*N*(پ)ò, trata de uma negação concomitante das proposições ñ*N*(fx)ò, isto é, ñ~(Åx) fxò. Por outro lado, a inserção de *N* neste resultante possibilita, ñ(Åx) fxò, ao especificar پ com membros de todos os valores de *N* temos ñ*N*(*N*(fx))ò, quer dizer ñ(x) fxò, então ñ*N*(*N*(*N*(fx)))ò é ñ~(x) fxò. Desta maneira, mantemos preservada a unidade da lógica proposicional e dos predicados utilizados, para ir adiante, as fórmulas ñ~pò, ñ~(p˜ q)ò e ñ~(Åx)fxò, estão expressas na mesma operação seguinte, ñ*N(p)*ò, ñ*N*(p,q)ò e ñ*N*(fx)ò.[40]

Inserindo *N* neste domínio de valores temos a negação dessas proposições ñ*N*(fx)ò, que trata igualmente a ñ~(Åx)(Åy)fxyò, assim *N* nesta proposição como ñ*N*(*N*(fxy))ò, quer dizer que ñ(Åx)(Åy)fxyò, outra maneira de explorar a *N* apenas demonstra a troca simultânea entre duas fórmulas. No *Tractatus* temos uma ressalva, trata da notação citada anteriormente, onde resulta de uma operação que pressupõe a inserção de números para a variável proposicional:

---

[37] Cf. NL. p. 141, 144, 145.
[38] Cf. TLP. 5.42.
[39] Cf. GLOCK. H. 1998, p. 184. ñSheffer mostrara que o sinal ó|ô é óadequado [com relação ao cálculo proposicional] do ponto de vista expressivoô, sendo capaz de expressar todas as funções de verdade de um número arbitrário de argumentos de verdade. O mesmo se aplica, *a fortiori*, à versão generalizada *N*.ò
[40] Cf. MILLER, A. 2010, p. 75-79.

> Uma expressão entre parênteses cujos termos sejam proposições, indico-a ï se a seqüência dos termos entre os parênteses for irrelevante ï por meio de um sinal na forma ñ(ɛ)ò. ñ(ɛ)òé uma variável cujos valores são os termos da expressão entre parênteses; e o traço sobre a variável indica que ela substitui todos os seus valores entre os parênteses.
> (Portanto, se ɛ tem, digamos, os 3 valores *P, Q, R,* então
> (ɛ)=(*P, Q, R*).)
> Os valores da variável são fixados.
> A fixação é a descrição das proposições que a variável substitui.[41]

O caráter de generalidade presente aqui assegura a real necessidade de contraprova dos números infinitos, não estamos mencionando o aspecto de construção vero-funcional com a proposição elementar *fa*, quando aplicado *N* pra obter ñ*N(fa*)ò, o que resulta numa função proposicional ñ*Nx*(*N*(fx))ò, o construtivismo do *Tractatus* é vulnerável a questionamentos, a rigor, numa explicação unitária. Não tratamos aqui, em reduzir a lógica unicamente a uma operação, ou um domínio impróprio, mas considerar que as constantes lógicas não representam os objetos lógicos, assim é possível observar no *Tractatus* a tentativa do autor em não resignar ou mesmo isolar as constantes lógicas, para que estas mesmas não percam seu caráter de sentido (TLP 5.45).

Do construtivismo citado anteriormente, o aspecto lógico no segundo período do autor aponta falhas na ideia de forma proposicional. No aspecto sentencial podemos ressaltar algo que não é posto claramente, onde as regras de formação de sentenças podem determinar a proposição. Resume-se a ideia das proposições apontarem o que é verdadeiro ou falso, sem dúvida, no argumento do cálculo de funções de verdade. Considerando-se que na teoria da verdade por Wittgenstein existe uma falta de esclarecimento metafísico sobre a essência das proposições, o que, por sua vez, não dá garantia para considerar que estamos tratando de uma proposição, isso indica que o conceito admitido de verdade e falsidade é em si mesmo, parte integrante essencial do que compreendemos conceitualmente como proposição. [42]

Imprimir os critérios de proposição de sentido de Ludwig Wittgenstein em contraponto ao assim chamado critério de sentido empírico do *Círculo de Viena*, [43] faz-se necessário diretamente aos aspectos paradigmáticos da linguagem aos quais podemos

[41] Cf. TLP. 5.501.
[42] Cf. IF. § 136.
[43] Cf. MILLER, A. 2010, p. 98.

aplicar analogias. Dentre as versões discutidas acerca do *sentido empírico,* ressaltar o argumento de *Rudolf Carnap*, parece ser necessário neste ponto, tais como: i) inferências nas relações contra a sintaxe ii) consequência do uso de expressões sem significação. É possível discutir isto em razão da admissão de uma linguagem ideal, dogmática e referencial para as linguagens existentes, a importância destes dois pontos anteriores, é diversa nas ações da linguagem. Isto porque, reduzir estruturas sintáticas das linguagens particulares a uma lógica da ação inicialmente já apresenta uma arbitrariedade.[44]

As expressões de significado para qualquer proposição não apresentam sentido, senão tivermos por base as convenções vigentes de determinado contexto. Mas, quando temos a verificação como critério de proposições empiricamente de sentido, podemos visualizar outro caminho, assim, as convenções da linguagem concreta devem ser aceitas, ainda temos uma dependência em relação ao que é disposto sobre a ação da linguagem. É identificável afirmações de sentido, ou seja, a ação própria da linguagem, termos de convenções apresentadas como ações vazias, e também a ação de observação na possibilidade de apresentar-se pela e na ação da linguagem, de maneira que estariam pressupostas.

Para delimitar a verificabilidade de acordo com o conceito do *Círculo de Viena*,[45] encontramos na proposição 4.063 do *Tractatus*, que a questão da verificabilidade pode ser mencionada para o critério de ñsentidoò da proposição, assim devemos compreender que estamos aceitando uma referencia de base empírica, conscientes da existente relação entre linguagem e mundo, ou seja, a interpretação de ñação da linguagemò. Wittgenstein salienta na proposição anteriormente citada que,

> No entanto, para poder dizer que um ponto é preto ou branco, devo saber de antemão quando um ponto é chamado de branco; para poder dizer: ñpò é verdadeira (ou falsa), já devo ter determinado em que circunstâncias chamo ñpò de verdadeira, e com isso determino o sentido da proposição.

[44] Cf. HALLER, R. 1990, p. 42.

[45] Cf. GLOCK, H. *O que é Filosofia Analítica?* 2011. O *Círculo de Viena* também chamado de ñ*Sociedade Ernst Mach*ò (*Verein Ernst Mach*), um grupo de filósofos que se reuniam na Universidade de Viena de 1922 a 1936 sob motivações de *Moritz Schlick*. Tencionavam conceituar o *Empirismo* e demonstrar as falsidades da *Metafísica* a partir das descobertas científicas.

Assim, devemos compreender que estamos aceitando uma referência de base empírica, conscientes da existente relação entre linguagem e mundo, ou seja, uma interpretação de ñação da linguagemò. Acerca da comparação da determinação de proposições, Wittgenstein salienta que não podem existir quaisquer eventos para uma possível diferenciação entre as proposições de sentido e das desprovidas de sentido, isto porque a proposição por si mesma recorre ao ñter sentidoò, seria falha a análise das proposições por este viez, deste aspecto podemos dizer que ele ñmostra-seò, não é possível existir um critério empirístico de sentido.

A forma proposicional geral é a essência da proposição, as condições necessárias e suficientes para que algo seja uma proposição em qualquer notação. Na filosofia descrita no,

> O termo linguagem designa um conjunto de elementos ï nomes, proposições ï que, combinados entre si de uma determinada maneira, tem uma significação, possuem vida; (e todas essas vidas, ou seja) todos os elementos da linguagem representam algo.[46]

Outra questão oposta, à verificação como critério de sentido empírico empresta de Wittgenstein a questão da função designativa da linguagem, assim o verdadeiro e o falso seriam características dos ñobjetos designadosò, seria ainda mais compreensível ressaltar o carácter de ser uma proposição e não o sentido de uma proposição pela sua verdade ou falsidade. Existe aqui, outro lado do conceito de ação da linguagem para Wittgenstein, pois a linguagem não assume sua autonomia pelo fato de apresentar a realidade, mas a realidade faz-se, é caracterizada na e pela linguagem, é desta forma que podemos mencionar integralmente a realidade.

Apresentar o sentido de uma proposição não vem do campo das possibilidades, mas da apresentação e representação de fato do verdadeiro e do falso na ação da linguagem. O critério de sentido não é indicado, a ação da linguagem não é julgada por uma norma externa, e utiliza a expressão ñdeterminação arbitráriaò deve ser compreendida como aquilo do que não há nenhuma base, pela qual utilizamos qualquer significado para que o sentido de uma afirmação esteja garantido.

Desta maneira, *Karl Popper* não compreende o posicionamento de Wittgenstein quanto à visão do Círculo de Viena. De modo que, no *Tractatus* a ação da linguagem

[46] Cf. MORENO, A. 2000, p. 14.

permanece com a proposição, esta apenas delineia a realidade, apresentando apenas o caráter da forma lógica. [47] E esta composição da forma lógica não nega a própria autonomia da ação da linguagem no mundo, em contrapartida, o princípio de verificabilidade de *Schlick,* [48] baseia-se numa concepção da ação do conhecimento, pelo qual a linguagem passa a ser como que um instrumento conceitual do conhecimento, isto é, nesta concepção é possível relacionar linguagem e mundo, diferentemente de Wittgenstein.

1.2 Das questões ontológicas expressas no *Tractatus Logico-Philosophicus*

Wittgenstein não negaria a introdução do conceito de mundo como coisa, diria apenas que o conceito de mundo como *fato* é de uma importância filosófica fundamental. Todo um campo de percepção, por exemplo, recebe uma estrutura para possíveis análises de partes individuais, a estrutura do campo não é fixada pelos objetos e suas propriedades, mas é determinada pelos fatos e por meio do fato de que a *forma* (*Gestalt*) possui tais objetos, esses objetos possuem propriedades. [49]

O mundo como fato divide-se em fatos individuais, assim abrangem *coisas* e *atributos*, conceitos de uma coisa singular e de atributos são correlatos, pois uma coisa singular é concebível ao portar determinado atributo, em consequência os atributos são compreensíveis como passíveis de atribuírem algo as coisas singulares. Com efeito, o mundo como coisa é o que é mais complexo dentro da estrutura determinada pelo mundo como fato,[50] o que sabemos acerca do mundo não é um conhecimento das coisas, mas um conhecimento dos fatos. Wittgenstein torna bem clara esta ideia de que a linguagem humana esta limitada a descrever apenas fatos empíricos como podemos observar na *Conferência sobre ética*.[51]

---

[47] Cf. TARSKI, A. 2007, p. 14-15.
[48] Cf. MILLER, A. 2010, p. 102.
[49] Cf. MORENO, A. 2000, p. 19.
[50] Cf. TLP. 5.633. ñOnde no mundo se ha de notar um sujeito metafísico? Você diz que tudo se passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente não vê. E nada no campo visual permite concluir que e visto a partir de um olho.ò
[51] Cf. DALLôAGNOL, D. 2005. p. 215-224.

Segundo a concepção de Wittgenstein, o conceito de mundo como fato é de maior importância do que o conceito de mundo como coisa, ao pensar em outras concepções filosóficas e ao trabalhar com o conceito de mundo, como as filosofias de um ñser-aíò (*das Seiende*), numa categoria ontológica Wittgenstein diria que, nessas filosofias a distinção ontológica geral entre fatos e não-fatos é irrelevante, compreender este ser-aí como algo que faz parte da categoria dos não-fatos, e, ñ*fatos* (*Tatsachen*) devem ser diferenciados do que Wittgenstein designa por *estados de coisas* (*Sachverhalte*)ò.[52]

Na diferença de conteúdos entre proposições verdadeiras e falsas, por exemplo, ñSócatres viveu antes de Kantò e ñKant viveu antes de Sócratesò, existe uma afirmação de ocorrência, o que se afirma numa proposição válida qualquer e não apenas logicamente válida, trata sempre de um estado de coisas, sendo subsistente ou não-subsistente, se temos uma proposição e ela é verdadeira, subsiste o estado de coisas, denominado fato do contrário se a proposição é falsa o estado não subsiste e não temos um fato. A ontologia de Wittgenstein distingue entre *estado de coisas atômico* (*atomare Sachverhalte*) e *estado de coisas complexo* (*komplexe Sachverhalte*), a distinção ocorre entre fatos atômicos e complexos ao tratar de estados de coisas subsistentes, porque o estado de coisas atômico trata de algo ñlogicamente simplesò, não divisível e admissível em coisas e atributos. Donde, ao tratar do conceito de mundo real, entendê-lo como inserido numa totalidade, passível de determinada forma.

Com efeito, Wittgenstein explicita a relação entre mundo possível e mundo real, ao introduzir o conceito de espaço lógico. Tratar do mundo real insere uma descrição completa, na qual tal totalidade e seus componentes descritos independem uns dos outros, assim, do mundo descrito em um espaço lógico, entendemos que este espaço possui dimensões diversas na medida em que se apresentam os componentes descritivos independentes desse mundo.[53]

Diversos mundos possíveis são advindos do mundo ñfactualò, substituído por outros componentes descritivos e individuais, compreende-se que um mundo possível é determinado necessariamente por meio da seleção de cada um dos estados de coisas atômicas de cada dimensão do espaço lógico nessa descrição. Existe exatamente um componente que afirma a subsistência de um estado de coisa atômico de tal dimensão, e,

[52] Cf. STEGMÜLLER, 1976, p. 405.
[53] Cf. SCHMITZ, F. 2004, p. 97.

esse estado de coisa atômico é um fato atômico, a descrição indica tudo que ocorre e exclui tudo o que não ocorre. As proposições da linguagem, que denominamos ñsimplesò, e os estados de coisas ñsimplesò, descritos segundo Wittgenstein não são ñsimplesò ou ñatômicosò, senão, poderíamos supor um espaço lógico comumente como ñsimplesò, e, não seriam independentes uns dos outros, mas logicamente incompatíveis.

Na linguagem do *Tractatus*, os estados de coisas atômicos dizem respeito a situações diferentes e independentes, para cada momento existe a associação a um *espaço parcial* (*Teibraum*), de um espaço lógico. Os espaços parciais, ao serem infinitos entre si, indicam que o espaço lógico deve ser infinito, porque o número dos momentos é infinito, o espaço lógico não deve ser tido como o todo dos processos do mundo (espaço físico). O espaço lógico é a totalidade abstrata de todos os espaços lógicos parciais de diferentes momentos. Sobre o espaço lógico Wittgenstein indica que, cada proposição significativa determina classes de mundos possíveis das quais temos a proposição verdadeira e a proposição falsa. No *Tractatus* obtemos linguisticamente a distinção entre a categoria dos fatos e a categoria das coisas, os atributos (propriedades, relações) dizem de categorias de coisas, as coisas singulares formam outra categoria, coisa é somente aquilo que pode ocorrer como elemento num estado de coisas atômico, assim, o duplo atomismo lógico do *Tractatus* infere, do mundo como fato que dividi-se em fatos logicamente atômicos e outros complementares aos fatos logicamente atômicos.

O mundo como coisa é, assim identificado em coisas atômicas, constituído de elementos em estados de coisas atômicos. Wittgenstein toma o espaço lógico como o espaço lógico subjacente ao mundo, segue-se que representamos os estados de coisas atômicos e as coisas, ou seja, as coisas singulares e os atributos estão nos estados de coisas.[54] Os indivíduos atômicos devem ser pensados como ñobjetos momentâneosò, ao unir a forma lógica de todos os indivíduos atômicos e atributos chega-se à ñformaò da substância e conhecemos o número dos indivíduos e atributos de cada ponto do mundo. Na suposição de que, os estados de coisas atômicos estejam fixados ainda não se mostram restritos, assim um campo de percepção pode ser dividido em fatos singulares e elementos últimos de diversas formas.

Do problema da relação entre sentenças atômicas e fatos atômicos Wittgenstein

[54] Cf. MORENO, A. 2000, p. 20-21.

identifica essa relação de figuração (Bild), que é por si só responsável por graves interpretações errôneas do *Tractatus*.[55] Destarte, a melhor maneira de compreender essa teoria ‑ as vezes chamada de teoria figurativa do significado ‑ seja negar, para usar uma expressão ulterior de Wittgenstein, que podemos usar a linguagem para nos situarmos entre a linguagem e o mundo. A linguagem e um referencial do próprio mundo e não de um domínio que transcende o âmbito estritamente empírico.

> Tenta-se com frequência usar a linguagem para circunscrever e ressaltar o mundo ‑ o que é impossível. A naturalidade do mundo expressa-se no próprio fato de que a linguagem pode referir-se, e de fato se refere, somente a ele. Porque como a linguagem só obtêm sua forma de significar daquilo que significa, do mundo, portanto, não é concebível nenhuma linguagem que não represente esse mundo.[56]

Concepções deste gênero acarretam como consequência uma relativização dos conceitos fundamentais da ontologia de Wittgenstein, em consequência, estados de coisas atômicos, as coisas, o espaço lógico e a substância do mundo seriam relativizados por determinada análise do ñmundo como fatoò.

Tal forma lógica deveria ser a priori, pois se trata da possibilidade do próprio mundo, porem a posição de Wittgenstein a respeito de uma ordem a priori do mundo não esta suficientemente elucidada no *Tractatus*. Se as proposições da lógica são ou verdadeiras ou falsas a priori como no caso das tautologias e das contradições, respectivamente, isto, significa que não procedem de alguma experiência empírica. [57] Contudo, se não advém da experiência, questionamos de onde procedem. Deveríamos pressupor que ha uma ordem a priori no mundo, a qual foi introduzida nele por alguma vontade alheia a humana? Wittgenstein e categórico ao negar que exista alguma vontade humana criadora da ordem do mundo.

Nas *Investigações Filosóficas* conhecemos a rejeição de Wittgenstein a tendência predominante do *Tractatus* em atribuir sentido absoluto aos conceitos citados, essa rejeição perante a análise logicamente ñcorretaò das proposições e de uma lógica ideal, onde insere, ñfazemo-nos figurações dos fatosò.[58]

---

[55] Cf. STEGMÜLLER, W. 1976, p. 412.
[56] Cf. OB. V-47.
[57] Cf. TLP. 5.552. ñA œexperiênciaô de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim é assim, mas a de que algo é: mas isso não é experiência. A lógica é anterior a toda experiência ‑ de que algo é assim. Ela é anterior ao como, não é anterior ao queò.
[58] Ibid., 2.1.

Wittgenstein passa então as reflexões gnosiológicas, a expressão ñ*figuração*ò (*Bild*) origina interpretações errôneas do *Tractatus*, assim como as inclinações filosóficas abrem a discussão para chamados ñrealismo ingênuoò e ñcríticoò, no qual desenvolvem uma teoria afirmativa do conhecimento, em que nosso pensamento, mesmo verdadeiro, corresponde de alguma forma com a realidade.[59] Wittgenstein não propõe figurações (imagens) naturalistas, mas, uma relação abstrata complexa que corresponde ao que os matemáticos designam por ñafiguraçãoò (*Abbildung*).

Ao inferir do conceito de figuração, é importante considerar o sentido relativo de ñfatoò, de ñestado de coisas atômicoò, a figuração buscada deve possuir a mesma estrutura interna do fato a ser figurado. Dados dois fatos isomórficos um deles pode ser tomado como figuração isomorfa do outro, denomina-se regra de interpretação a correspondência de primeira espécie na qual se produz a coordenação entre os estados de coisas elementares, que provocam o isomorfismo. Wittgenstein denomina um fato complexo ñfiguraò (*Bild*) e a função epistemológica da figuração consiste em representar os objetos originais combinados entre si tal como o original na própria estrutura externa, isto não garante que a combinação exista originalmente, mas, a partir da igualdade da estrutura interna entre figuração e o original, de forma errada se infere a igualdade de sua estrutura externa. Desse modo, todo pensar visa uma afiguração isomórfica. Uma figuração pode ser denominada naturalista, se entre a natureza dos elementos (individuais e atributos), originais e correspondentes da figuração admitem igualdade ou semelhança de conteúdo. Wittgenstein, contrariamente, pressupõe que apenas uma correspondência biunívoca entre elementos categorialmente iguais, não necessitam ter mínima similaridade de conteúdo, nisto reside o sentido abstrato do que diz ñconceito de figuraçãoò.

Na ontologia da filosofia de Wittgenstein encontramos ñpossíveis estados de coisasò, indagamos se isto implica numa teoria acima da realidade (céu platônico), contudo a figuração indica resposta, pois uma figuração falsa não representa um fato, e sim um possível estado de coisas, do que poderia ser um fato, desta maneira, o modo de ser de um estado de coisas puramente possível, consta de sua representabilidade por uma configuração, é impróprio interpretar platonicamente as propriedades e relações do *Tractatus*, pois temos designações como ñcoisasò decorrentes de algo, compatíveis com

[59] Cf. SCHMITZ, F. 2004, p. 99.

uma interpretação nominalista.

Encontramos a importância do conceito de figuração na teoria do significado proposicional, pois a proposição diz de uma ñfiguração da realidadeò (*Bild der Wirklichkeit*), cada proposição que possua sentido é uma figuração daquilo que descreve. A expressão wittgensteiniana ñfiguraçãoò pressupunha um sentido naturalista, que concluía a ñproposição como figuração da realidadeò uma metáfora, para saber como uma proposição pode ser denominada ñfiguração da realidadeò, uma figuração de um estado de coisas real consideramos proposições complexas (expressões lógicas, ñnãoò, ñeò e etc) e proposições simples (que determinadas coisas que possuem uma propriedade ou mantém uma relação).

Na filosofia do segundo Wittgenstein vemos o ataque as teorias com as quais a principal função da linguagem consistiria na denominação de objetos, o que indicaria a defesa de uma teoria no *Tractatus*, mas, podemos desconsiderar uma propicia teoria, porque conhecendo os elementos, de uma figuração e as regras de interpretação destinadas a esses elementos, não sabemos se o ñcampo de figuraçãoò é passível de análise como fato, em seguida discute-se a estrutura externa da figuração e extraímos à partir disso a estrutura do estado de coisas afigurado. Desta maneira, não posso dizer da análise do signo proposicional como fato, somente com esta sistemática a proposição se torna uma figuração cuja estrutura mostra a estrutura de um estado de coisas. [60]

Ao tratar de uma proposição, esta não precisa ser uma figuração isomorfa de um fato, uma proposição significativa, contudo, esta diz da figuração isomorfa de um possível estados de coisas. Wittgenstein infere que, a verdade proposicional é um caso especial de um isomorfismo do fato descrito, mas, ainda sim é isomorfa a um estado de coisas possível. Tratar da relação entre ñproposiçãoò e ñrealidadeò pode significar uma diminuição delas, para compreensão da ñfiguraçãoò num sentido naturalista, porque então os nomes da proposição deveriam assemelhar-se aos objetos representados na proposição. Destarte, ao afirmarmos a teoria da afiguração do significado proposicional como independente das concepções ontológicas do *Tractatus*, encontramos dificuldades para compreensão correta do que é exposto por Wittgenstein. E isso devido ao fato de vincular uma à outra, a proposição elementar como correlato linguístico de um estado de coisas atômico, os nomes não são designações de quaisquer objetos da experiência, estes designam ñcoisasò atômicas, dos indivíduos e dos atributos nos estados de coisas.

[60] Cf. STEGMÜLLER, 1976, p. 419

Compreendemos à partir disso que as proposições simples da linguagem não nos descrevem estados de coisas atômicos, pois, tanto as proposições simples da linguagem como o que é denominado ñnomeò, não são segundo Wittgenstein proposições elementares, e, ao menos nomes.

A ideia de formular uma linguagem lógica ideal, seria o motivo de uma linguagem em que os nomes designassem os indivíduos e atributos atômicos pertencentes à ñsubstância do mundoò, das quais as proposições elementares descrevessem (afigurassem) os estados de coisas atômicos. A teoria da afiguração do significado proposicional é aplicável, apenas a proposições elementares, a teoria das funções verdadeiras torna aplicável a proposição logicamente complexa, Wittgenstein propõe o ñmétodo das tabelas de verdadeò [61] para formular uma teoria do significado de enunciados complexos. Segundo ele símbolos lógicos são distinguidos de nomes ou símbolos ñsubstitutosò, seria errôneo interpretar enunciados logicamente compostos (negações e conjunções) como figurações de estados de coisas complexos, que são combinações de estados de coisas simples.

Temos que o conceito de figuração é possível quando a coordenação unívoca entre elementos da figuração e os elementos do original estaria destruída, como exemplo no mundo real nada há que corresponda à negação, e, uma proposição complexa é compreendida no sentido indireto como figuração do estado de coisas descrito, o sentido indireto consiste no fato de que uma proposição complexa é transformável numa figuração no sentido estrito do termo, e existem regras exatas para essa transformação. As proposições de qualquer grau de complexidade não podem transformar-se em figurações singulares, cada proposição pode transformar-se em sistemas de figurações alternativas, cada figuração representa um possível estado de coisas que torna a proposição verdadeira, e que das figurações sejam alternativas não mostram em uma figuração.

Desse modo, a crença na linguagem como o meio universal, dispõe de numerosas concepções acerca das conexões linguagem-mundo, que são objetos da semântica. Sob essa perspectiva, tais relações são impossíveis de ser expressas ao aceitar a universalidade. Como Frege, esse atribui à teoria do sentido e da denotação, uma teoria do significado de expressões indiretas ou intencionais mesmo quando

[61] Cf. GLOCK, H. 1998, p.343. ñAs tabelas de verdade são representações tabulares do modo como os valores de verdade de proposições moleculares dependem dos valores dos elementos que as compõem (PROPOSIÇÕES ELEMENTARES, no *Tractatus*).ò

desenvolveu ideias sobre a semântica da linguagem intencional como o significado de quantificadores.

Em *Cadernos* 1914-1916,[62] Ludwig Wittgenstein propõe, indicando as consequências da ideia da linguagem como o meio universal, a impossibilidade de uma descrição exterior da linguagem. Haveria, nos escritos de Wittgenstein, divisões quanto a universalidade da linguagem, sendo versões da tese da inefabilidade da semântica. Sua argumentação insere as consequências da inefabilidade da semântica já no *Tractatus Logico-Philosophicus,* ao relacionar certo formalismo, também relaciona os limites da linguagem nas concepções de gramática e em última análise a universalidade da linguagem em fase posterior e, nas *Investigações Filosóficas*.

Tratamos das relações semânticas que envolvem as questões mundo-linguagem, do que se pode mostrar, de acordo com Wittgenstein. A análise aqui proposta tem como pano de fundo, a inexprimibilidade da semântica, ou seja, o significado dos ñnomesò segundo Wittgenstein. Aqui, será necessário, compreender algumas passagens importantes do *Tractatus*, utilizadas como pressupostos em nossa argumentação.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* busca, estabelecer de forma sistemática, que as formas lógicas ou de maneira global as formas de figuração, transmitem as relações semânticas linguagem-mundo (SCHIMTZ, 2004, p. 151). Uma vez que, Wittgenstein identifica as figurações lógicas com as proposições, a partir disso, a ideia da inefabilidade torna a linguagem um único caminho, assim, o que trata da forma lógica relaciona o que se pode mostrar. Nosso interesse, no entanto, restringe-se aos aspectos da forma lógica, como os da tautologia ou da contradição.[63]

A preocupação com a ontologia em Wittgenstein já está presente no *Tractatus*, e está contida essencialmente nos aforismos 1 e 2 e em suas sentenças subordinadas. Na sentença inicial do *Tractatus*, ñO mundo e tudo que e o casoò (TLP § 1), Wittgenstein estabelece as bases sobre as quais ira construir sua base ontológica. O entendimento acerca do mundo e um questionamento acerca do *ser*, pois tal questionamento é o assunto pertinente de todo e qualquer entendimento do mundo. Entender o que seria o caso neste primeiro aforismo é fundamental para a compreensão da ontologia do *Tractatus*.

[62] Cf. NB, p. 78, (29.5.15).
[63] Cf. GLOCK, H. J. 1998. p. 236-7.

Para Wittgenstein, o objeto da lógica[64] consiste na determinação de como, e com a ajuda de que critérios, se pode, no que se refere às operações lógicas, discutir acerca das relações por si mesmas no aspecto das formas, ao distinguir se estas operações estão manifestas numa variável. As relações, ainda segundo Wittgenstein integram características da forma lógica em aspectos de objetos de diferentes espécies, as formas lógicas são compostas das formas de objetos simples.[65] A linguagem é, pois, impossível de ser definida pela forma lógica, tanto quanto definir o que propriamente é a forma lógica de uma proposição. E o que Wittgenstein entende sobre as propriedades formais das proposições e dos objetos, trata de uma característica inexprimível indicada no *Tractatus.*[66]

Há uma doutrina do que se pode mostrar, o principal ponto a salientar no que diz respeito às questões nas quais a concepção de Wittgenstein permeia a inefabilidade semântica, de maneira geral nas relações semânticas é especificamente, a característica inexprimível dos objetos simples, bem como as suas formas (HINTIKKA, 1994, p. 27). Deve-se, considerar o ñmostrarò no *Tractatus*, uma redução da inefabilidade dos objetos simples e de suas formas lógicas. A análise e classificação da linguagem tem como resultado a conotação e denotação de nomes simples e, é justificado:

> A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que se exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela. A proposição *mostra* a forma lógica da realidade. Ela a exibe.
> Assim, uma proposição ñ*fa*ò mostra que o objeto *a* aparece em seu sentido; duas proposições ñ*fa*ò e ñ*ga*ò, que tratam do mesmo objeto. Se duas proposições se contradizem, sua estrutura mostra isso; do mesmo modo, se uma se segue da outra. E assim por diante.[67]

O fato de Wittgenstein apontar a discussão sobre a formalização da linguagem como o meio universal, tanto em sua fase inicial quanto posterior, propõe a formalização da lógica em âmbitos distintos, primeiro, a interpretação da linguagem como um cálculo, e, por conseguinte apresentar expressões puramente formais.

---

[64] Cf. GLOCK, H. J. 1998, p. 237. ñA lógica abarca, portanto, as precondições mais gerais para a possibilidade da representação simbólica, e, particularmente, a da representação lingüística ï ela é uma óñlógica da representaçãoòô (TLP 4.015). Isso significa que inexiste tal coisa como uma linguagem logicamente imperfeita. A lógica é uma condição de sentido, não havendo meio-termo entre o sentido e o absurdo.ò

[65] Cf. TLP. 3.331 ï 3.332.

[66] Ibid., 6.12.

[67] Ibid., 4.121- 4.1211.

Segundo, ao adotar o aspecto universal das relações semânticas, este mesmo fica impedindo de ser analisado na própria linguagem, uma vez que ao inserir o formalismo, não podemos aceitar as mesmas causas da concepção da linguagem como cálculo.

Há, no entanto, no papel da linguagem como o meio universal concordância com as ideias de Frege, mais especificamente, no fato de abandonar a atribuição do valor semântico nos axiomas lógicos e nas regras de verificação:

> Se a universalidade não se combina mais com as funções de verdade em um todo homogêneo, então uma negação não pode ocorrer *dentro* do âmbito de um quantificador.
> Uma dificuldade da teoria fregiana é o caráter geral das palavras ñconceitoò e ñobjetoò. Pois, mesmo que possamos contar mesas, tons, vibrações e pensamentos, é difícil encontrar um denominador comum a todos. Conceito e objeto: mas isso é sujeito e predicado! E acabamos de dizer que *a* forma sujeito-predicado não é a única forma lógica.[68]

Mesmo entendendo que a lógica diz respeito a um único sistema de relações semânticas, não é possível aceitar as relações significativas na formalização do sistema de lógica. Por isso, a sintaxe lógica da linguagem numa interpretação formal admite bases diferentes.

Wittgenstein adotou, entretanto, um relativismo conceitual, em que nenhuma forma de representação é intrinsecamente superior à outra. Esta será a essência do nivelamento linguístico presente nas *Investigações filosóficas*, representado pela ausência de hierarquia entre os jogos de linguagem. Wittgenstein, porém, jamais deixou de sustentar que, em virtude do seu caráter a priori, os problemas filosóficos devem ser elucidados com base em regras linguisticas. A linguagem não é um calculo de regras definidas escondidas sob a superfície gramático-normativa das línguas naturais.

Na qualidade de padrões normativos para as práticas linguisticas, as regras gramaticais devem ser acessíveis aos participantes. O resultado dessas transformações foi uma concepção fundamentalmente nova da linguagem e dos procedimentos próprios da filosofia.

O pensamento interessara na ñ*Gramática filosófica*ò na sua condição, isto e, como um cálculo: ele não deverá ser concebido como linguagem imagética, paralela a linguagem normal, com unidades semânticas inequivocamente interpretáveis, mas será concebido sim como uma atividade semelhante ao calculo: ñUm nome tem significado,

[68] Cf. OB. (91, 93).

a proposição tem sentido, no calculo ao qual pertenceò (GF, 27), ou ainda ñ[...] o papel que a proposição joga no calculo e seu sentidoò (GF, 84).[69]

As ideias formalistas de Wittgenstein no *Tractatus* formam uma complexa série de interpretações, cujas análises mudam em fase posterior, e, nesta fase posterior, as regras semânticas serão mencionadas como regras gramaticais[70] na descrição da relação entre linguagem e realidade. A primeira distinção dos termos ñgramáticaò e ñgramaticalò aplica diretamente diferentes interpretações sobre as regras da linguagem, para um possível estabelecimento das regras de uso da linguagem (SCHIMTZ, 2004, p. 155). A utilização de signos pode ser indicada na ideia do *jogo de linguagem*, pois, no uso sintático dos signos é possível compreender a semântica descrita. Já a utilização do termo ñgramáticaò carrega toda a argumentação descrita no *Tractatus*, sendo possível indicar a correspondência entre gramática e ontologia (HINTIKKA, 1994, p. 35).

Em poucas palavras, tratamos da ideia de que a linguagem como o meio universal, condição necessária para que a linguagem integre um mundo público.[71] Porém, a inexprimibilidade de diferentes formas semânticas possibilita o relativismo linguístico.

---

[69] Cf. GLOCK, H-J. 1998, p. 23, 370. No decorrer das investigações, com frequência selecionava e suprimia observações dos *Cadernos*, obtendo, com isso, manuscritos e textos datilografados mais apurados e estruturados. Nenhum desses textos foi publicado em vida; alguns deles marcam, no entanto, estágios importantes no desenvolvimento de seu pensamento. No entanto, Wittgenstein não publicou o *Big Typescript* e nem seus testamentários. Estes, em vez de publicar o *Big Typescript*, editaram o texto *Philosophical Grammar*, que consiste em uma compilação de partes do *Big Typescript* e de tentativas subsequentes que Wittgenstein fez de reformulá-lo. E no *Big Typescript* que pela primeira vez Wittgenstein recorre a uma passagem de *Confissões* (I/8) de Santo Agostinho, a qual constara também no início das Investigações. A partir do *Livro Castanho* Wittgenstein passa a utilizar tal passagem como o ponto de partida para o que viria a constituir as *Investigações*. Isso marca uma ruptura na maneira de apresentacao de sua segunda filosofiaò

[70] Cf. PG. (IV, 46). ñTem-se a tendência de distinguir entre regras gramaticais que introduzem óuma ligação entre linguagem e realidadeô, por um lado, e as que não o fazem, por outro. Uma primeira regra é a do tipo óesta cor é chamada óvermelhoô, - e uma segunda regra é a do tipo ó~ ~p = pô. Em relação a esta distinção existe um erro comum; porque a linguagem não é algo que primeiro contém uma estrutura e, em seguida, propõe uma realidade.ò (tradução nossa).

[71] Cf. IF. § 120.

CAPÍTULO 2

As *Investigações Filosóficas*: abandono aos pressupostos do *Tractatus* Logico-Philosophicus

Wittgenstein abandona a ontologia do atomismo lógico, desta forma o mundo não consiste de fatos em lugar de coisas, fatos são ligações de objetos, e não podem ser encontrados no espaço e no tempo. Os fatos não são elementos extralinguísticos, nos quais uma proposição possa corresponder, agora a noção do atomismo lógico de objetos indivisíveis nos traz confusão. Assim, uma distinção entre elementos simples e complexos não é absoluta, necessitando de padrões de complexidade separadamente para cada tipo de coisa, e são dependentes de diferentes propósitos. O pensamento de Wittgenstein sofre transformações que levam a dissolução do sistema geral do *Tractatus*. Ele abandona a exigência de que proposições elementares sejam logicamente independentes, passa a sustentar que elas formam sistemas proposicionais de exclusão e implicação mútua. Existem relações lógicas que não são determinadas pela composição funcionalmente, a tese da independência era, contudo, determinante para a filosofia da lógica do *Tractatus Logico-Philosophicus.*

No *Tractatus* as sentenças eram denominadas complexas e ou atômicas, e Wittgenstein defendia que as primeiras eram construídas a partir das segundas pelas regras de formação que podiam ser interpretadas detalhadamente em termos da lógica de Russell.[72] As sentenças atômicas são aquelas que empregam os termos primitivos da linguagem, ou seja, os nomes e predicados elementares que, sendo indefiníveis, descrevem o que Wittgenstein chamou de fatos atômicos, ou seja, a proposição terá sentido se os elementos constituintes forem correspondentes aos objetos simples na realidade. Analisar uma proposição seria o mesmo que analisar uma função de verdade destes constituintes simples. Ora, estas proposições mais simples, elementares, são a instância última passível de análise lógica. As proposições compostas, devem ser desdobradas em proposições ñatômicasò para que o sentido seja entendido. Logo, as proposições elementares constituem a base de toda a representação linguística e o modo

[72] Cf. GLOCK. H, 2011, p. 65-66.

mais básico do mundo correspondente à sentença atômica, esse constituinte básico é o fato atômico, sendo o mundo, portanto, a totalidade de tais fatos.

Com as *Investigações Filosóficas* abandona-se a condição de uma linguagem ideal como crítica direta às teses ontológicas; têm-se a rejeição de Wittgenstein ao absolutismo e ao atomismo. O absolutismo nos traz a tese de que o mundo, como fato é divisível em fatos mais simples de um e apenas um modo; o atomismo implica que esta divisão nos conduz a fatos mais simples, ao se tratar de um composto, coisa ou estado de coisas. Já nas *Investigações Filosóficas* não temos apenas um modo de dividir o que é composto no mais simples, pois, entende-se que expressões como ñsimplesò e ñcompostoò não são absolutas, ou seja, não têm significado estático e são dependentes de determinado contexto. Wittgenstein, nas *Investigações* propõe como uma ideia metafísica aceitar estados de coisas que existem independentes da linguagem. [73]

A contextualidade dos conceitos de simplicidade e complexidade não nos traz apenas uma substituição ao *absolutismo* por concepções *relativistas*, mas faz-nos perder a imagem que mantínhamos em relação ao atomismo. Não há mais sentido em falar ñpura e simplesmente simplesò, ños objetos simples possuem uma forma ao vincular-se a outros e em relação ao conteúdo ao trazer a tona seus vínculosò.[74] Temos a troca da independência, pelo uso, pela aplicabilidade; os conceitos não são mais corretos ou incorretos, apenas mais ou menos úteis; torna-se indispensável admitir na gramática as condições necessárias para uma comparação da proposição com a realidade, desde que o ñtodoò admitido como o contexto (real) não seja interpretado estaticamente, para tais condições que possibilitem interpretar as proposições.

A ideia de exatidão absoluta passa a ser concebida como um mito lógico. O que se considera correto pelas regras da razão passa a ser dependente de circunstâncias que estão ligadas às situações interpessoais relativas, assim:

> Quando digo a alguém: ñPare mais ou menos aqui!ò, - pode essa elucidação não funcionar perfeitamente? E qualquer outra não pode também falhar? ñMas a elucidação não é inexata?ò ï Sim; por que não se deve chamá-la de ñinexataò? Mas compreendamos apenas o que significa ñinexatoò! Ora, ñinexatoò não significa ñinútilò. E consideremos aquilo que, em oposição a esta elucidação, chamamos de elucidação ñexataò! Talvez a delimitação de um distrito por meio

[73] Cf. STEGMÜLLER, W. 1976, p. 433.
[74] Cf. GIANNOTTI, J. A. 1995, p. 52.

> de um traço de giz? Mas percebemos imediatamente que o traço tem uma largura.[75]

Afastamos mal-entendidos ou dúvidas por elucidações adicionais, mas nem tudo é totalmente esclarecido, até porque tomando como ponto de esclarecimento o ideal de exatidão, as situações seriam circulares em permanentes absurdos, pois não temos o conhecimento estrito (exato) das palavras usadas, ao que não chegaremos a dominar. Seria impossível eliminar qualquer *vaguidade* ou *ambiguidade* das expressões, para as quais não está determinado como devem ser empregues, isto porque:

> Deve-se dizer que eu uso uma palavra cuja significação não conheço, e que digo, pois, um absurdo? ï Diga o que quiser dizer, contanto que isto não o impeça de ver o que ocorre. (E quando você vir isto, deixará de dizer muitas coisas.) (A flutuação de definições científicas: o que vale hoje, por experiência como fenômeno concomitante do fenômeno A será utilizado amanhã na definição de ñAò.) [76]

O primeiro Wittgenstein, que dantes não admitia essas impossibilidades, não se permitia observar o funcionamento factual da linguagem e descrevê-lo, apenas interpretava as palavras e as proposições por meio de uma observação preconcebida. A necessidade de análises dos significados das palavras e de um sentido proposicional esconde suposições de que o significado e sentidos são fixos. Isso leva a uma lacuna, pois as reflexões da segunda fase da filosofia de Wittgenstein remontam uma crítica ao *essencialismo* filosófico, crítica a uma pretensa *essência* postulada pela Filosofia para tudo, embora seja admitido que determinados contextos ou confusões ao uso das palavras possam ser resolvidas por substituições. O sujeito tractariano é a própria possibilidade do transcendental. A possibilidade de que em Wittgenstein o transcendental conceba o mundo a partir do interlocutor, ou, inversamente, que o sujeito possa ele conceber o transcendental, insere o falante como sendo um portador primordial onde o mundo se constitui e se formaliza. Nestes dois sentidos que o indivíduo tractariano pode ser considerado transcendental, enquanto elemento

[75] Cf. IF. § 88.
[76] Ibid., § 79.

estruturante de uma realidade, na qual, ao mesmo tempo em que possibilita a existência factual, se coloca fora desta, ou seja, esta entre o sujeito e a realidade pelo aspecto de que não pode ser descrito ou localizado pontualmente em algum lugar no mundo empírico. E é justamente por estar fora dos limites do mundo empírico que não é passível de ser descrito enquanto fato no mundo. Sem a existência deste indivíduo que origina o sentido do mundo, seria impossível que os conceitos que o sujeito cria e associa a realidade empírica se referissem a tal realidade. O que esta em questão aqui e a intencionalidade, ou, a relação afigurada:

> Nas IF, §24 e IF, §25 a descrição ou representação é colocada como um entre inumeráveis jogos de linguagem, ou melhor, são vários jogos de linguagem do que podemos chamar de representação: *descrição da oposição de um corpo pelas suas coordenadas; descrição de uma expressão fisionômica; descrição de uma sensação tátil; de um estado de humor*. É a gramática superficial que fornece uma uniformidade da representação pelos aspectos exteriores das expressões linguísticas, e nivela as diferenças. Porém, para Wittgenstein, é preciso procurar as diferenças como um imperativo categórico. Mesmo porque a heterogeneidade das palavras não corresponde a diferenças dos aspectos externos.[77]

Outra concepção presente no *Tractatus* e que se mantêm inalterada ao longo de toda a filosofia wittgensteiniana é a noção de que a filosofia não é uma doutrina, como a ciência, mas sim uma atividade. ñCumpre a filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintosò.[78] Esta noção de que a filosofia é uma atividade permanecerá a mesma ao longo da filosofia ulterior de Wittgenstein, como poderá ser observado nas *Investigações Filosóficas,* nas seções seguintes deste texto. Será essa concepção de filosofia a base de onde surge a noção de *jogos de linguagem* das *Investigações Filosóficas.*

A importância desta concepção da filosofia da atividade e um tema de primeira ordem no pensamento filosófico de Wittgenstein, pois e esta concepção que define o estatuto da filosofia para ele. A filosofia não pode fazer nenhuma afirmação acerca do mundo empírico, pois isto é parte de uma tarefa essencialmente científica. Contudo, esta impossibilidade não torna a filosofia algo supérfluo ou desnecessário, mas, pelo

[77] Cf. SILVA, M. 2012. p. 47-8.
[78] Cf . TLP. 4.112.

contrário, lhe confere um caráter de imprescindibilidade.[79] A metáfora da escada é abandonada pelo filosofo, pois com o *Tractatus* ele tenciona a construção de um simbolismo capaz de evitar as lacunas linguísticas através de uma forma lógica que perpassa o mundo empírico, que não está sujeita a tensão inevitável das relações causais:

> Poderia dizer: se o lugar a que pretendo chegar só se pudesse alcançar por meio de uma escada, desistiria de tentar la chegar. Pois o lugar a que de fato tenho de chegar e um lugar em que já me devo encontrar. Tudo aquilo que se pode alcançar com uma escada não interessa.[80]

Posteriormente em sua filosofia, Wittgenstein percebe que a escada do *Tractatus*, que deveria ser escalada e depois abandonada, levaria a um lugar que não pode explicar o mundo, pois já não faz mais parte do mundo.

2.1 Os conceitos de Uso (*Gebrauch*) e Significação (*Bedeutung*) nas *Investigações Filosóficas*

Ao tratar de uma crítica direta ao atomismo lógico do *Tractatus*, encontramo-nos diante de aspectos contrários à primeira teoria dos significados, pontualmente acerca da teoria da afiguração. Wittgenstein reavalia concepções da filosofia da linguagem para uma melhor crítica à teoria do significado.

A teoria dos nomes do *Tractatus* propõe que o significado de cada nome é correlato ao objeto designado por tal nome, assim signos não definidos designariam as coisas simples da substância do mundo. As *Investigações* distinguem entre o ñportador de um nomeò (*Namensträger*) e o ñsignificado do nomeò (*Bedeutung des Namens*), esclarecendo que o correspondente ao nome é seu portador e não o significado. Sendo difícil aceitar uma substância no mundo, nos quais os elementos seriam as ñcoisas simplesò,

[79] Cf. DALLôAGNO,D. 2005. p. 214-220.
[80] Cf. CV. 1930-10.

ao utilizar uma palavra o objeto que ela designa necessariamente não seria subsistente e imutável.

Note-se que ao expressar a compreensão de algo na linguagem, essa concepção como o ñter em menteò (*meinem*) é encarada nas *Investigações Filosóficas* como natural, mas existe a diferença ao pronunciar uma palavra, frase (sem ter em mente algo) e atribuir significado a uma expressão. Para tais concepções, as palavras representam ñsignos arbitráriosò ligados ao ato mental por mera convenção falível, daí os atos de significação podem se associar as palavras e símbolos com total independência linguística. Seria errôneo caracterizar o ñter em menteò (*das Meinens*) como uma atividade somente mental. No *Tractatus* a proposição é identificada pelo caráter descritivo, o que é combatido pelas *Investigações* ao indicar que há uma falha na identificação de sentido e de conteúdos descritivos das proposições indicativas, pois uma afiguração em si nada assevera, ela pode ser aplicada para outras finalidades, destoar e causar enganos.

Podemos usar de diferentes formas um mesmo *quadro* (*Bild*) da proposição e um mesmo *radical de frase* (*Satzradikal*). Os conceitos *uso* (*Gebrauch*) e *significado* (*Bedeutung*) em Wittgenstein estão conectados, mas não nos permite igualá-los ou substituí-los quanto ao *significado* (*Bedeutung*) ou o *sentido* (*Sinn*).

O que Wittgenstein indica; ñO significado duma palavra pode ser identificado ao seu uso na linguagemò,[81] contempla todo o pensamento de sua segunda filosofia, ao que cabe, compreender a teoria tradicional a respeito do significado da palavra, bem como em relação aos radicais de frase em sua aplicabilidade, para discutir a essência das coisas e atos subjetivos concatenados no discurso.[82] Pois, a crítica à doutrina do significado considera que o significado do nome próprio não é seu *designatum*, e não é um conteúdo mental advindo por atos psíquicos, de uma essência prévia apreendida dos atos.

Somente o *uso* da palavra dá significado ñvidaò ao signo, não há uma relação transcendental entre o signo e o objeto. Para que o significado possa ser efetivo precisamos de uma espécie de treino (compreensão do contexto), no qual pode ter um significado oposto, pois está condiciona-se a forma como os indivíduos reagem em determinadas situações por mera convenção, o que ainda implica na significação o uso

[81] Cf. IF § 43
[82] Ibid., § 560.

efetivo. A respeito do *essencialismo* citado anteriormente, Wittgenstein trata como uma das fontes de equívocos filosóficos, que fazem uso de expressões abstratas contextualizadas para posteriormente isolá-los. Tal erro ocorre quando surgem questões aparentemente simples, numa busca pela essência, que mais parece buscar pelo nada. Seria o reconhecimento pelo falso discurso, de analogias vazias de significação, fora de um uso ou contextualização, superficialmente necessária para a compreensão de uma proposição, frase ou palavra.

Aqui, o significado de um signo está relacionado não somente ao objeto que nomeia, mas também ao uso que faz deste nome em determinadas situações, o que confere significado a uma palavra é o uso empregado para objetos em determinadas proposições.

> Wittgenstein se refere ao IF §1 onde diz que a significação é agregada a palavra que representa o objeto no âmbito da linguagem agostiniana. Para o filósofo, no entanto, a significação da palavra é o que explica a ó explicação da significaçãoô. Isto é, se você quer compreender o uso da palavra ósignificaçãoô, então verifique o que se chama de ó explicação da significaçãoô (IF §560). Isto é ensinar o emprego correto da palavra. Aqui já se introduz os conceitos de uso e significação como sendo idênticos (IF §1). [83]

Na *teoria tradicional da linguagem*, a significação das palavras provém de um ato subjetivo, o compreender é como o ñter-em-menteò (*des Meinens*) ou o entender (*des Verstehens*), um ato espiritual, já que tem a ver com o sentido (IF §13). O específico deste ato espiritual é a captação do sentido conferido a um som físico por outro ato espiritual ï o ter-em-mente, compreender é apropriar-se da essência de algo, ou seja, é o evento espiritual de posse de determinado sentido. Uma vez captado o sentido, o homem se põe em condições de provar se está empregando as palavras de modo justo, se elas se adaptam às diversas circunstâncias em questão (IF § 140). Admitir tais atos para Wittgenstein é admitir uma representação mitológica da linguagem, pois tratam de ficções linguísticas; resta-nos entender que o próprio *uso é que dá* ***ñ****vida****ò*** *ao signo*.

A linguagem é concebida apenas como instrumento secundário do conhecimento humano, o que conhecemos do mundo reflete-se pela utilização de frases da linguagem. Existe uma relação entre linguagem e mundo, realizada mediante o caráter designativo

[83] Cf. SILVA. 2012, p.57.

da linguagem, as palavras são significativas na medida mesma em que designam objetos (IF §§ 1, 27, 40); para saber a significação de uma palavra, temos de saber o que é por ela designado. Então perguntamos se as palavras têm sentido, porque existem objetos que elas designam como as coisas singulares ou essenciais. Com efeito, para a tradição a palavra trata da designação, o nome dos objetos, e isso, constitui a palavra enquanto palavra, e na tradição a significação das expressões linguísticas são os objetos designados ou propriamente sua essência.

A designação é o ato por meio do qual se faz a ligação entre um ato mental e um som físico, o efeito é que tal palavra designa um objeto do mundo, é um quase-batismo do objeto (IF § 38). Significação enquanto palavra é empregada de modo impróprio. De acordo com Wittgenstein, existe uma confusão entre a significação de um nome (*Beutung des Namens*) com seu portador, quando algum sujeito de nome determinado morre, o que morre é o portador do nome (*Namesträger)* e não o significado do nome. É possível formar frases em que os portadores dos nomes já tenham desaparecido. Entendemos que isso mostra a falta de fundamento da teoria tradicional, e a última forma dessa teoria no ocidente é *a teoria da afiguração* elaborada no *Tractatus*. Logo,

> Assim sendo, o pano de fundo para a análise do funcionamento da linguagem, no *Tractatus*, era o Mundo: seu ponto de referência, depositário de todos os conteúdos formais que podem dar forma à expressão linguística. Não temos mais, agora, depois do *Tractatus*, este ancoradouro firme e sólido; não mais poderemos apoiar-nos na estrutura fixa dos fatos para atingirmos a forma lógica fixa da linguagem, ou a forma geral da proposição. [84]

Com a passagem das *Confissões*, Santo Agostinho descreve o modo como aprendeu sua língua:

> Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreenderia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indica-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos

[84] Cf. MORENO, A. 1986, p. 68.

> seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos.[85]

Já no *Livro Castanho* Wittgenstein passa a utilizar tal passagem como o ponto de partida para o que viria a integrar as *Investigações Filosóficas*. O que marca uma maneira diferente de apresentação em sua segunda filosofia. [86] E uma das razões que levou Wittgenstein a utilizar esta passagem seria, para Hans-Johann Glock, a seguinte:

> A razão dada por Wittgenstein para usar essa citação e o fato de originar-se de um grande pensador, destacável pela clareza e capaz, portanto, de mostrar a importância daquilo a que ele se refere como ñconcepção agostiniana da linguagemò. Isso sugere que Wittgenstein considerava a visão agostiniana como um paradigma prototeórico ou ñvisãoò, que merece atenção critica pelo fato de estar tacitamente subjacente a teorias filosóficas sofisticadas.[87]

Destarte, com a *teoria a afiguração* no *Tractatus*, consiste em uma teoria da afiguração do mundo, ao fazermos figurações do mundo (*Bild*, como figuração), temos uma transformação do mundo em pensamento, e depois, nas expressões linguísticas, mas as transformações não são consecutivas, embora estejam intimamente associadas, pois a expressão é algo essencial para os pensamentos. A figuração explica a correspondência entre mundo e o pensamento (linguagem), ou seja, para Wittgenstein tal correspondência só é possível quando ambos têm algo em comum, que é a forma da *afiguração*. Tal forma, como identidade, permite a correspondência de que é a forma lógica que Wittgenstein determina como ñforma da realidadeò. O mundo real tem uma estrutura determinada porque é identificável nos diversos tipos de fatos. Podemos analisar cada fato para conseguir seus elementos, os objetos ou coisas, assim realizamos figurações isomórficas dos fatos. [88]

Para Wittgenstein tal correspondência é perfeita quando há uma identidade de estrutura interna e externa, isto é, o *isomorfismo* só se realiza quando existe uma identidade categorial e de estrutura externa. Então, a verdade nada mais seria do que a identidade das estruturas das coisas e do pensamento. O pensar é afigurar, e a forma da

[85] Cf. AGOSTINO, S. (I/8).
[86] Cf. GLOCK, H. 1998, p. 23.
[87] Ibid., p. 370.
[88] Cf. ZILHÃO, A. 1993, p. 174.

figuração é lógica, pois quando pensamos realizamos a estrutura lógica do mundo. A crítica à teoria tradicional aponta que a significação dos conceitos universais não é unitária, mas é possível surgir novos casos de sua aplicação, que manifestam novas diferenças, de maneira que a significação das palavras não está estabelecida de modo definitivo (IF §§ 79, 80).

Em suas *Investigações Filosóficas*, temos o abandonado do ideal de exatidão da linguagem. Para o segundo Wittgenstein, tal ideal não passa de um mito filosófico, um ideal de exatidão que carece de qualquer sentido (IF § 88). É impossível determinar a significação das palavras sem uma consideração ao contexto prático em que são usadas. O exame desses contextos mostra que usamos as palavras não de acordo com uma significação definitiva, estabelecida previamente, mas também de modo arbitrário embora com semelhanças e parentescos.[89] Assim, a linguagem apresenta certa ambiguidade, suas expressões não possuem uma significação definitiva, e pretender abandonar essa ambiguidade na busca de uma exatidão absoluta, do *Tractatus*, parece agora um abandono da liguagem real na busca de uma ilusão metafísica.[90]

É impossível o afastamento dos conceitos, pois isso pressupõe conceitos cujas significações estão estabelecidas de modo definitivo. E não podemos a *priori*, estabelecer regras para todos os casos, nossos conceitos são abertos por admitirem a possibilidade de aplicação a casos não previstos. Daí decorre sua significação ser sempre provisória, e por isso o essencialismo se enganar, pois todo uso concreto de palavras é marcado por muitas causalidades e arbitrariedades nem sempre redutíveis à razões explicativas. [91] A linguagem é parte da atividade humana, uma ñforma de vidaò (*Lebensform*) do homem (IF § 23), por isso, a significação das palavras só pode ser esclarecida por meio do exame das formas de vida, do contexto em que essas palavras ocorrem, porque é o *uso* que decide sobre a significação das expressões linguísticas. Assim:

> Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando talvez? ï Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de ósignoô, ópalavrasô, ófrasesô. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros

[89] Cf. KUUSELA, O. 2008, p. 150-153.
[90] Cf. MORENO, A. 2000, p. 62.
[91] Cf. COSTA, C. 1996, p. 45-46.

> envelhecem e são esquecidos. (Uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática.) [92]

Nas *Investigações Filosóficas*, não podemos igualar o que Wittgenstein propõe como ósusoô (*Gebrauch*) substituindo pelo ósignificadoô *(Bedeutung*) ou sentido (*Sinn*), isso seria contraditório as suas concepções filosóficas, pois a própria palavra ósignificadoô compreendida em nossa língua não admite uma única forma de uso com as demais palavras na linguagem: ñ*Mas para uma grande classe de ocorrências, o significado duma palavra pode ser identificado ao seu uso na linguagem***ò**.[93] A nova imagem (*Bild*) da linguagem, resulta das críticas à doutrina dos significados contida no *Tractatus*. A designação do nome próprio não é mais sua significação, ainda não é um conteúdo espiritual de atos psíquicos ou uma essência previamente dada apreendida por qualquer ato; há o abandono dessas teorias de significado, para analisar o uso efetivo das expressões. Assim, ñtodo signo *sozinho* parece morto. O que lhe dá vida? No uso, ele viveò (IF § 432). Wittgenstein aponta para as concepções que admitem que o signo é ñacordado para a vidaò pelos atos psíquicos do que se admite ter em mente (*des Meinens*) e ainda do entender (*des Verstehens*).

Notemos a identificação de significado e uso, e esta identificação sob a escolha de forma pessoal da palavra na linguagem em determinado uso linguístico absurdo, o significado da palavra não deve consistir em uma escolha, pois é contrário ao que se pode entender por significado. Facultando aplicar as expressões de maneira absurda seria impossível determinar ou identificar *significado* e *uso* ou a substituição dos termos. O que Wittgenstein aponta é o uso objetivo correto dessa palavra, não um uso comum, mais ou menos arbitrário, e um modo anormal de aplicação.[94]

Então vale questionar sobre qual seria o ñuso corretoò, isto pressupõe regras aos quais deveríamos seguir estritamente mediante o entendimento do que se quer ter na expressão. Certamente uma resposta positiva tem de levar em consideração que tais regras para Wittgenstein não admitem apenas uma reposta. Existem muitas classes de regras, nas quais não admitimos apenas uma resposta, estas implicam planos distintos

[92] Cf. IF § 23.
[93] Ibid., § 43.
[94] Cf. ZILHÃO, A. 1993, p. 173.

que permitem tornar claro até que ponto podemos chegar na investigação da linguagem, na qual é distinta de uma atividade linguística.[95]

Para cada uso correto de expressões poderíamos designar regras mínimas, seriam as regras gramaticais. Destarte, tais regras na análise de um linguista não interessam a Wittgenstein, pois seriamos seduzidos por elas, nas *Investigações Filosóficas*, ele distingue entre a gramática superficial (*Oberflächengrammatik*) e uma gramática profunda (*Tiefengrammatik*). A gramática superficial é o que normalmente entendemos como a construção frasal correta, existe o apontamento das confusões filosóficas que estas podem gerar com o esquema ña=bò para ñb=aò que é logicamente correto, contudo aponta falseamento, ñtodo mamífero é animalò, mas nem ñtodo animal é mamíferoò. Já na gramática profunda o emprego da expressão ñgramáticaò é desordenado. Estamos perante regras ñlinguisticasò. Um aspecto ñlinguísticoò é um conjunto de regras que constituem determinado jogo de linguagem, ainda a pluralidade dos modos da linguagem humana e os critérios para o emprego correto das palavras, assim, o ñusoò de uma palavra não significa nem um uso arbitrário nem o simples uso em conformidade com a ñgramática superficialò. Wittgenstein considera o uso num jogo de linguagem (*Sprachspiele*), as regras para o uso são as regras que governam o jogo de linguagem, para as atividades discursivas e os atos de fala, estas tais permeiam regras que os participantes de determinado jogo participam.[96] A expressão j*ogos de linguagem*, representa uma unidade entre o uso da língua, a práxis e a interpretação de uma situação, ou seja, tem a ver com a *forma de vida* (*Lebensform*). Com efeito:

> Ao introduzir os jogos de linguagem que buscam o significado das palavras no uso advindo da vida real, Wittgenstein diz que a linguagem está aquém de toda ordem e/ou desordem de qualquer tipo, natureza ou nível; A linguagem é a possibilidade, em sentido transitivo de possibilitar, i.é., dar o poder ou tirar o poder de toda discriminação. A linguagem é o princípio de continuidade e manutenção para toda diferenciação e/ou indiferenciação.[97]

[95] Cf. COSTA, C. 1996, p. 51. ñCaracterístico disso é que as regras se concatenam, se *combinam*; que o modo de uso costuma consistir, não em uma regra só, mas em *uma combinação de regras*, e que essa combinação, embora possa já vir preestabelecida, pode ser também, em princípio, ilimitadamente variável (pense-se, por exemplo, nos programas de computação)ò.
[96] KUUSELA, O. 2008, p. 163-165.
[97] Cf. SILVA. 2012, p.58.

Nas *Investigações* (§ 241), temos na *forma de vida*, na inserção nela, é que se fundamentam as competências linguísticas por meio das quais formulamos juízos, verdadeiros ou falsos, mediante a comparação com o mundo e não por acordo de opiniões ou consensos; e até mesmo a aceitação implícita de um sistema de convenções e também seu uso, que nos possibilita formular proposições a respeito do mundo.[98] É o ponto de vista operativo que aparece em Wittgenstein; a realização do jogo de linguagem consiste em operar com figuras do respectivo jogo. A linguagem se concretiza em operar com palavras e frases, o operar com figuras de jogo é direcionado por certas regras; assim, o operar com expressões linguisticas também se processa em consonância com determinadas regras.

A crítica das *Investigações Filosóficas* se aplica a toda tradição filosófica, e investiga a questão acerca da linguagem e sua capacidade de dar significado ao mundo, através da relação entre aquele que conhece e da sentido ao mundo, e aquilo que recebe significado justamente a partir desta atividade. Ao iniciar as *Investigações* com uma citação do escrito *Confissões,*[99] no qual, *Santo Agostinho* descreve o modo como aprendeu a falar, Wittgenstein considera tal ponto de vista, a expressão de uma visão sobre a essência, pois as palavras são nomes, seu significado são os objetos que substituem aos quais estão correlacionadas ostensivamente.[100]As frases são combinações de nomes, que descrevem como as coisas estão. As funções essenciais da linguagem são nomear e descrever, e a linguagem vincula-se a realidade por meio de conexões entre as palavras e o mundo em geral.

As *Investigações* rejeitam essa visão de Santo Agostinho, pois nem todas as palavras se referem a objetos, inexiste tal *ostensão* com a relação de nomeação, além disso, mesmo no caso de expressões referenciais, dizer que seu significado corresponde ao objeto que substitui significa fazer um mau uso do termo significado.

---

[98] Cf. SILVA. 2012, p. 59. ñ(1) o que a pessoa disse antes e dirá depois; (2) as ações extralinguísticas que ela executou antes, que executa concomitantemente ou que ainda virá a executar; (3) as manifestações linguísticas que o outro (o ouvinte, ou companheiro de diálogo) apresenta ou virá apresentar: a dependência do uso da palavra e da aplicação da frase com respeito à situação concreta do diálogo; (4) as ações extralinguísticas do outro; (5) as circunstâncias ñperceptíveisò da situação presente ou duma situação anterior.ò

[99] Cf. IF. § 1. ñ[...] uma determinada imagem da essência de linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos: frases são ligações de tais denominações. Nesta imagem de linguagem encontramos as raízes da idéia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada a palavra. E o objeto que a palavra substitui.ò

[100] Cf. DIAS. M. C. 2000, p. 44.

No *De Magistro* (Livro I), novamente Santo Agostinho aponta uma finalidade da linguagem, vejamos:

> **AGOSTINHO**
> ð Que te parece que pretendemos fazer quando falamos?
> **ADEODATO**
> ð Pelo que de momento me ocorre, ou ensinar ou aprender.
> **AGOSTINHO**
> ð Vejo uma dessas duas coisas e concordo; com efeito, é evidente que quando falamos queremos ensinar; porém, como aprender?
> **ADEODATO**
> ð Mas, então, de que maneira pensas que se possa aprender, senão perguntando?
> **AGOSTINHO**
> ð Ainda neste caso, creio que só uma coisa queremos: ensinar. Pois, dize-me, interrogas por outro motivo a não ser para ensinar o que queres àquele a quem perguntas?
> **ADEODATO**
> ð Dizes a verdade. AGOSTINHO
> ð Vês portanto que com o falar não nos propomos senão ensinar.
> **ADEODATO**
> ð Não vejo isto claramente; porque se falar nada mais é que emitir palavras, isto fazemos também quando cantamos; às vezes o fazemos sozinhos, sem que esteja presente alguém que possa aprender; não creio que pretendamos então ensinar algo.
> **AGOSTINHO**
> ð Há todavia, creio, certa maneira de ensinar pela recordação, maneira sem dúvida valiosa, como se demonstrará nesta nossa conversação. Mas, se tu pensas que não aprendemos quando recordamos ou que não ensina aquele que recorda, eu não me oponho; e desde já declaro que o fim da palavra é duplo: ou para ensinar ou para suscitar recordações nos outros ou em nós mesmos; o que fazemos também quando cantamos; ou, por acaso, não te parece?[101]

O significado de uma palavra não é um objeto de qualquer espécie, mas, antes seu uso em conformidade com as regras gramaticais, e também de acordo com o contexto de circunstâncias em que tal nomeação ocorre. De acordo com Hintikka (1994, p. 284-5), para Wittgenstein o conceito de *uso* diz respeito a uma expressão que está diretamente relacionada ao hábito, mas a palavra *uso* também pode apresentar sentidos distintos, primeiro como algo meramente comum ou ainda como algo utilizável que usamos.

[101] Cf. AGOSTINHO, S. *De Magistro*. Livro I. In. *Confissões*.1996.

As explicações ostensivas não fornecem uma conexão entre linguagem e realidade, então, objetos apontados constituem amostras, que fornecem padrões para o uso correto, sendo, sob esse aspecto, parte da gramática. As proposições não se ligam por uma essência comum, por uma forma proposicional geral, como se defendia no *Tractatus*, ao descreverem estados de coisas, e mesmo entre as que o fazem, devemos distinguir tipos diferentes. O significado das palavras e o sentido das frases podem ser elucidados ao atentarmos para seu uso no contexto.

O papel da palavra na linguagem passa a possuir um significado, este significado é uma substituição ao objeto que nomeia. Dessa elucidação entende-se o processo em que se ensina a alguém uma língua, seja a uma criança ou um estrangeiro, em que algum objeto é apresentado àquele que desconhece o idioma e simultaneamente o som correspondente ao objeto, e é pronunciado. A linguagem seria semelhante ao ato de colocar etiquetas em objetos. ñSer-nos-á frequentemente útil se dissermos quando filosofamos: denominar algo e semelhante a colocar uma etiqueta numa coisaò (IF § 15). A elucidação ostensiva é uma forma de empregar fonemas a imagens, é por meio deste processo que uma criança aprende a representar a realidade pela linguagem, ou seja, representar com sons as imagens contidas no intelecto. O som correspondente ao nome dos objetos passa a operar como um dispositivo que aciona as imagens no intelecto.

O ato de associar os sons aos objetos faz com que a linguagem seja significativa. O conceito de *significado* (*Bedeutung*) ocupa um lugar central na obra de Wittgenstein. O significado de uma expressão e o objeto a que se refere:

> Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra ósignificaçãoô ï se não para todos os casos de sua utilização ï, explicá-la assim: a significação de uma palavra e seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucida-se muitas vezes apontando para o seu portador.[102]

O significado que certo símbolo possui está associado diretamente ao uso que se faz desta determinação em certas proposições, e exatamente neste ponto que a elucidação ostensiva pode falhar. O mesmo som, ou a mesma imagem representativa do

[102] Cf. IF § 43.

objeto pode estar apontando para um sentido diverso daquele que a elucidação no processo de aprendizagem figurava.

Assim, o significado de um signo não está relacionado apenas ao objeto que este signo nomeia, mas também ao uso que se faz deste nome em determinadas situações, ñno contexto do uso de nossas expressões, só se torna problemático quando estamos à procura de um ideal, um modelo de significação inequívocaò.[103] O uso empregado para os objetos em determinadas proposições é que vai conferir significado a palavra. O significado de uma palavra somente pode ser compreendido a partir da noção de *uso* (*Gebrauch*), que na filosofia de Wittgenstein, emprega o significado aos termos da linguagem. Assim, o que dá vida aos signos não é uma entidade ou processo a eles associado, mas seu uso. Porém, nem tudo em nossa linguagem está associado à denominação ostensiva, existem muitos aspectos peculiares da linguagem que só podem ser compreendidos mediante treinamento.

A noção de numeral será aprendida apenas pelo treinamento e posterior compreensão dos mecanismos da linguagem, e assim encontramos na filosofia de Wittgenstein o conceito de *jogo de linguagem* (*Sprachspiele*):

> Podemos também imaginar que todo o processo do uso das palavras e um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de ójogos de linguagemô, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem.[104]

Wittgenstein passa a traçar uma analogia entre sistemas axiomáticos e um jogo de xadrez. A analogia tem origem nos formalistas, que tratavam à aritmética como um jogo praticado com símbolos matemáticos. Essa ideia foi criticada por Frege, que via apenas duas alternativas: a aritmética trata ou de signos ou daquilo que os signos substituem. Wittgenstein rejeita essa dicotomia, a noção de uso é muito importante para a compreensão dos jogos de linguagem, assim como no xadrez se joga de acordo com a associação entre as peças e seus possíveis movimentos, e não relacionando as pecas a objetos. O significado das palavras não vem diretamente do objeto que ela nomeia, mas do seu *uso* (*Gebrauch*). A analogia ainda se estende ao fato de que, assim como no

[103] Cf. DIAS, M. C. 2000, p. 52.
[104] Cf. IF § 7.

xadrez, na linguagem também são empregadas regras. As regras gramaticais do idioma vigorante, serão as regras do jogo de linguagem; a palavra tem os seus significados determinados pelo jogo de linguagem no qual se integra, fora destes jogos as palavras ficam desconexas e perdem o sentido, assim como as peças do xadrez fora do tabuleiro.[105]

Cada jogo de linguagem possui sua regra, estas regras são como todas as regras dos jogos comuns, não possuem limites que podem ser plenamente conhecidos. Na linguagem, as regras gramaticais delimitam certos aspectos proposicionais, mas não restringem o uso das palavras que extraem seu significado a partir de um contexto circunstancial, o jogo de linguagem articula como um grupo de palavras *deve* ser usado em certo contexto. Nenhum jogo de linguagem é hierarquicamente superior a outro, as possibilidades linguísticas partilham de um mesmo estatuto, que e o limite de descrever objetos e situações de uma realidade empírica, logo:

> [...] Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros Comandar, e agir segundo comandos ï Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas ï Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) ï Relatar um acontecimento ï Conjeturar sobre o acontecimento ï Expor uma hipótese e prová-la ï Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas ï Inventar uma historia; ler ï Representar teatro ï Cantar uma cantiga de roda ï Resolver enigmas ï Fazer uma anedota; contar ï Resolver um exemplo de calculo aplicado ï Traduzir de uma língua para outra ï Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar. ï E interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do Tractatus Logico-philosophicus.).[106]

Wittgenstein reduz o estatuto da filosofia ao nível das ciências naturais, enquanto parte de um jogo de linguagem especifico, contudo, a filosofia possui uma função terapêutica própria e uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem. Porém, se uma das noções do *Tractatus* era a de que, a filosofia não é uma das ciências naturais, com os jogos de linguagem Wittgenstein repensa a condição da filosofia, de que a linguagem humana é o próprio humano, não

[105] Cf. MORENO. A, 2000, p. 67.
[106] Cf. IF. § 23.

pode descrever nada que esteja além dos limites dos juízos empíricos.[107] A filosofia do *Tractatus* também não podia descrever nada que se encontra além de juízos empíricos, contudo, ela poderia tratar da possibilidade de tais juízos ocorrerem na realidade e numa figuração, como uma linguagem fenomenológica.

Nas *Investigações Filosóficas*, a possibilidade de um juízo P descrever um objeto P não pode mais ser prevista como era pressuposto no *Tractatus*, pois a subsistência de um dado objeto da realidade e seu sentido imediato na linguagem, apenas acontecerá a partir de uma necessidade. A necessidade vem do uso que se empregara para este objeto num determinado momento, o sentido de uso é o contexto em que cada frase é utilizada e determina o que esta frase significa.

Para Wittgenstein as frases, ligações entre as denominações, são instrumentos que fazem parte dos jogos de linguagem. As frases também variam de acordo com o uso e mesmo onde parece haver certa semelhança onde existem apenas familiaridades (*Familienähnlichkeit*). E mesmo os jogos mais familiares entre si, ainda possuem diferenças substanciais entre suas regras: jogar a bola com as mãos é permitido no basquetebol ou vôlei, já pegar a bola com as mãos não é permitido no futebol. Na linguagem as frases são instrumentos linguísticos que variam de acordo com o jogo que se esta a empregar, não há um paradigma definido e concreto, frases podem ser consideradas nos jogos de linguagem a nossa capacidade de entender as regras e jogar de acordo com elas um jogo qualquer, ñnão há paradigma ideal para nossas elucidações ou para o próprio uso de regras. A diversidade das regras se estende até onde pode ser estendida a nossa prática da linguagemò.[108] Na linguagem posso saber ostensivamente todas as palavras e a que objetos correspondem, porem a maneira como associarei estas palavras e as usarei num determinado jogo depende da minha habilidade linguística, habilidade como jogador de palavras. Regras gramaticais moldam as frases, mas não são um fator que impossibilita a capacidade de formular as mais variadas frases.

A linguagem, não em sua estrutura básica e funcionamento lógico, mas em seu conteúdo e significação, pode originar possibilidades em conformidade com a habilidade dos jogadores, mas o que propriamente estaria em jogo, seria a própria essência de significado do mundo, pois a natureza do mundo que habitamos é determinada pelas nossas práticas linguísticas, para Wittgenstein a racionalidade se

[107] Cf. HINTIKKA. 1994, p. 237.
[108] Cf. DIAS, M. C. 2000, p. 61.

expressa através da linguagem, e, analogamente, o interesse por determinado jogo de linguagem que divide o homem em grupos e comunidades.

A gramática expressa uma ligação entre a realidade circundante ao humano e aquilo que está no âmbito da imaginação, ou seja, como imaginamos o que é a realidade: a essência da realidade reside nos conceitos que possuímos acerca da mesma, e tais conceitos não são mera nominação, são perspectivas acerca dos fenômenos, de suas causas e seus efeitos. Não temos acesso imediato a esta essência enquanto fenômeno em si, subsistente na realidade empírica, mas ao conceito de tal fenômeno. Os nominalistas cometem o erro de interpretar todas as palavras como nome, portanto não descrevem realmente seu emprego, mas, por assim dizer, dão apenas uma indicação formal para tal descrição.

A segunda fase do pensamento wittgensteiniano, diz respeito à relação semântica que se torna complexa, pois o jogo de linguagem substitui, pode-se assim dizer, o nome, e com isso não será mais a relação de nomeação a ligar um nome a uma entidade real, e sim o jogo de linguagem. Se antes a realidade adequadamente figurada seria fruto de uma linguagem real, possibilitada pela crítica da linguagem, agora já não se postula mais sobre as estruturas da realidade em si espelhadas pela linguagem, mas tem-se a descrição da estrutura do mundo pela estrutura da linguagem comum, posto ser a própria estrutura desta linguagem que se nos revela mediante sentenças descritivas.

Os jogos de linguagem são o reflexo daquela afinidade morfológica, de uma linguagem mais fisicalista, que parte da realidade física dada, em que todas as coisas estão intimamente ligadas pela linguagem no campo da cultura, até a própria filosofia. São os conceitos que expressam e insere um sentido a realidade, até mesmo da realidade psicológica me foram ensinados pela linguagem, esta é a razão que permite a associação entre os conceitos de jogos de linguagem e de afinidade morfológica.

Segundo a visão agostiniana de linguagem, as palavras são apenas nomes de objetos, Wittgenstein deseja destituir esta noção por meio dos jogos de linguagem mostrando que não há uma essência por trás da linguagem, não há algo que a transcenda.[109] Transcendental no sentido daquilo que advêm de um âmbito externo, mas isto não significa que não se possa afirmar que a essência que se expressa através da gramática dos conceitos não possa ser transcendental, os conceitos não são mera descrição formal, mas denota o emprego da palavra, a perspectiva que aquele jogador de

[109] Cf. ZILHÃO, A. 1993, p. 39.

palavras possui da realidade. A realidade em si apenas passa a ter algum sentido a partir da interação do humano com a mesma.

A linguagem não emprega qualidades aos fenômenos, ela apenas os descrevem, mas a essência que emergira a partir do emprego é da associação de determinados conceitos a determinados fatos empíricos e tarefa do humano. A essência expressa pela gramática se torna transcendental, no sentido de que o olhar humano pode fazer com que fatos empíricos descritos através da linguagem possam carregar valores que transcendem a mera descrição, a linguagem é como uma máquina usada para fotografar a realidade, na qual o processo usado para transformar as impressões captadas em um filme em imagens é rigorosamente o mesmo.[110] A linguagem é o processo de revelação que não pode atribuir um significado melhor ou mais sublime a qualquer uma das fotos, tal processo apenas pode dizer sobre a qualidade da impressão em si, mas não acerca dos sentimentos que a imagem que se revela suscitara naqueles que as observarem depois de reveladas.

Uma ontologia nas *Investigações Filosóficas* nomeia um objeto e participa dos jogos de linguagem, as palavras possuem um significado que emana de tais objetos a que se referem, e que também transcendem a existência destes referenciais enquanto um conceito que denota perspectivas do humano acerca da realidade. As expressões metafísicas que, enquanto expressões de uma linguagem são um contra-senso por não possuir um referencial correspondente na realidade empírica, passam a ter um significado enquanto jogo de linguagem, que se remete a um conceito que denota uma expectativa do humano sobre a realidade. A linguagem é um meio para a interação do sujeito com uma comunidade que, ocorrendo, quase acaba por dissolve-lo se não fosse pela habilidade particular a cada um de interagir com a realidade utilizando a linguagem, dentro das limitações formais, mas a seu modo, que é único e que expressa o íntimo de um indivíduo em particular.

Da continuidade, [111] entre as filosofias do *Tractatus* e das *Investigações* é preciso indicar que existem diferenças metodológicas entre ambas as abordagens, contudo a questão do limite da expressão do dizível através da estrutura da linguagem e o que tal expressão pode dizer acerca do mundo, sobretudo, acerca da validade do que é expresso, se mantém inalterada. A mudança que diz respeito ao foco da significação

[110] Cf. HINTIKKA, 1994, p. 242.
[111] Cf. ZILHÃO, A. 1993, p. 43.

enquanto um elemento próprio do individuo no ñ*Tractatus*ò, ou seja, solipsista, que passa a ser uma noção cultural nas ñ*Investigações*ò. O significado do emprego das palavras que resulta na essência do mundo é a manifestação de uma habilidade única do indivíduo de lidar com os jogos de linguagem que em última instância acaba remetendo a certo solipsismo.

No *Tractatus* a substância do mundo se encerrava no âmbito de objetos atômicos, nas *Investigações* tal substância é um tanto mais complexa, pois os objetos não prescindem do humano para obterem um significado seja enquanto subsistente na realidade ou enquanto imagem mental. As palavras não se prestam apenas para descrever a realidade, elas podem também elucidar as imaginações do intelecto. O intelecto não é irrelevante por tratar de objetos pertencentes a um âmbito metafísico, mas pelo contrário, conferem e extraem a essência do mundo empírico. Na teoria da afiguração do *Tractatus*, temos uma descrição verdadeira sobre um estado de coisas não subsistente.

Podemos figurar uma representação que é apenas uma imagem mental. Não é necessário que haja um objeto correspondente na realidade, o conceito de quimera é uma composição de ideias simples, contudo o conceito de átomo, por exemplo, não pode ser considerada uma composição de ideias simples, pois é algo que nunca foi visto empiricamente, trata-se apenas de um conceito. Podemos figurar sobre algo não empiricamente dado, contudo isto não implica fazer um juízo de valor absoluto, pois o significado de tal figuração, mesmo não partindo do empiricamente dado, só obterá sentido e significado quando associado à realidade empírica.

Os nomes da linguagem não designam objetos indestrutíveis, o homem é destrutível, seu nome não é, pois o nome não possui morada no homem ou em qualquer objeto, antes, o ser possui sua morada no nome. Wittgenstein não tende ao *nominalismo cético*, pois se o referente desaparece, o nome ainda permanece. Mas os nomes extraem sentido apenas quando designam constituintes da realidade, partindo dela ou chegando até ela, não designam o metafísico, o estético ou o ético que estão para o místico e fazem parte do inefável, os nomes designam a substância de algo que possui uma existência que pode ser categorial ou formal na realidade empírica, então, deveria existir

ao menos uma mesma essência a todos os jogos, de acordo com Wittgenstein não, pois para o filósofo o que existe são semelhanças de família (*Familienähnlichkeit*). [112]

Os jogos de linguagem reforçam a hipótese de que a linguagem não existe apenas para dar nomes às coisas. A representação de um objeto por meio de sons é apenas uma das etapas necessárias ao aprendizado da linguagem. A linguagem é um mecanismo complexo que passa por diversas etapas de conhecimento, de maneira que:

> Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes.[113]

Compreender uma linguagem vai além da simples elucidação ostensiva, assim como conhecer cidades vai muito além de conhecer os nomes de suas ruas. Relacionar sons e nomes a objetos é apenas uma parte do processo. É preciso saber, por exemplo, quando alguém aponta um objeto não se deve olhar para o dedo que aponta, mas para o objeto que é apontado. Não há como precisar qual é o aspecto mais importante de uma linguagem. E muito menos qual fator foi primordial em seu desenvolvimento, há um mistério que envolve o surgimento da linguagem, que, justamente por ser um mistério, é indescritível pela própria linguagem. É impossível formular uma forma proposicional geral que descreva a linguagem como um todo, mesmo empiricamente, e ainda suas funções com uma exatidão matemática.

A aparente homogeneidade nos termos linguísticos não é real, existem nomes grafados da mesma forma que possuem significados contrários. O emprego de muitos destes termos pode gerar certa confusão, pois assim como uma máquina que possui muitas alavancas, aparentemente iguais, mas que desempenham funções diferentes, na linguagem muitas palavras aparentemente iguais possuem diferentes denotações e conotações.

---

[112] Cf. HINTIKKA. 1994, p. 261-262.
[113] Cf. IF. § 18.

2.2 Das questões da Linguagem e da Realidade

Um dos fatores do ñenfeitiçamento do nosso entendimentoò [114] reside no fato de que muitas vezes usamos as palavras de maneira desconexa e descontextualizada. Representamos a realidade em nosso intelecto e re-apresentamos esta realidade mediante a linguagem, aquele que possui um domínio superior da linguagem tem consequentemente, uma melhor compreensão da realidade, a filosofia não deve criar outro idioma. Consoante a isso Wittgenstein aponta que:

> A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está. [115]

A filosofia não é uma disciplina cognitiva[116], mas uma atividade que tem como ideal a noção de *clareza* (*Klarheit*), que já estava citada no *Tractatus*, e nas *Investigações* é reiterada: ño fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentosò, mas, se no *Tractatus* a noção de clareza está vinculada à elucidação lógica da linguagem humana, nas *Investigações* ñnão há nada a elucidarò (IF, § 126), o sentido da clareza se mantém como possível, apenas no interior da própria linguagem, a partir da análise da palavra (IF, § 133, 122), sem, contudo, ser alcançada pela explicação sistemática. Trata-se não de uma teorização, de conjecturas ou de explicações, mas da constatação e descrição de fatos linguísticos, aos quais se podem chegar mediante o olhar, que busca a perfeição que está lá, na gramática[117], à espera de nossa compreensão. Essa perfeição, que se deve buscar pela gramática, não está oculta sob a forma subjacente de uma essência da linguagem, mas se encontra já na ordem gramatical, pois todas as frases gramaticais aparentam possuir esta ordem:

> Por um lado, é claro que cada frase e nossa linguagem ôestá em ordem tal como estáõ.. Por outro lado, parece claro que onde há sentido, deve existir ordem perfeita. ï Portanto a ordem perfeita deve estar presente também na frase mais vaga. (IF § 98)

---

[114] Cf. IF. § 109. ñA filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagemò
[115] Ibid., § 124.
[116] Cf. ZILHÃO, A. 1993, p. 174.
[117] Ibid., p. 201.

Logo, nas *Investigações Filosóficas* a noção de *clareza* (*Klarheit),* não trata mais de buscar a estrutura última da linguagem ou a ordem *a priori* do mundo que a lógica poderia representar. Agora se busca apontar os limites da linguagem, distinguir seus diferentes usos, e considerar a variação significativa que cada palavra possui, posto que sempre dependentes de contexto (IF, § 132). Para o Wittgenstein do *Tractatus* a lógica é sublime, é o instrumento que aponta para o fato de que a realidade empírica não consiste na instância última do mundo.

Nas *Investigações Filosóficas* Wittgenstein rejeita as hipóteses subjacentes à exigência da determinabilidade, cuja origem remonta a Gotlob Frege - seus trabalhos em lógica resultaram de seu esforço para promover uma fundamentação da aritmética que trouxesse um completo rigor as suas definições e demonstrações. Ele começou construindo uma *linguagem formalizada* isenta das ambiguidades e imperfeições da linguagem ordinária, capaz de representar precisamente o conteúdo conceitual de enunciados, dotados de regras definitivas para a realização de inferências dedutivas.[118] Em sua fase inicial, Wittgenstein busca determinar *a natureza da representação* e *daquilo que é representado*, o mundo, e o faz estabelecendo a *essência da proposição*, que varia em função de suas formas lógicas, que podem ser descobertas pela aplicação lógica; com as *Investigações Filosóficas*, a lógica mantêm-se enquanto investigação fenomenológica: ñNossa investigação não se destina aos fenômenos em si, mas às *possibilidades* dos fenômenosò (IF § 90). O conteúdo da linguagem, porém, estará ligado à concepção dos *jogos de linguagem*, os quais não são autônomos, pois a noção de *uso* que emerge a partir de uma *forma de vida* e que é imprescindível para a concepção de *jogos de linguagem* (*Sprachspiel)* eleva a linguagem novamente ao âmbito da fenomenologia, pois não há nenhum sentido conceitual que possa ser fixado a objetos empíricos e que se mantenha inalterado perenemente. Os *jogos de linguagem* são contigentes e podem sofrer alterações a partir de fatores insondáveis que não podem ser classificados como pertencentes a um ou outro âmbito.

Os *jogos de linguagem* não podem determinar uma essência, apenas o uso (é impossível saber o que é a linguagem sem dizer nada, sem usá-la). Determinar uma essência da linguagem, como consta nas *Investigações Filosóficas*, exigirá buscar outros meios metalinguísticos, e assim não diríamos nada, mas não dizendo não podemos dizer

[118] Cf. MILLER. A, 2010, p. 23-25.

o que é a linguagem. Os *jogos* não possuem uma propriedade comum que permita uma definição acabada e definitiva, e sim elementos comuns que se interpenetram, mas só isso.

Abramovich (1999, p. 64-65) diz que:

> 1. As atividades de jogos de linguagem não apresentam propriedades comuns.
> 2. Os jogos não estão unidos por um único traço que os define, mas por uma complexa rede de similaridades que se entrelaçam e se cruzam, assim como os diferentes membros de uma família se parecem em diversos aspectos.
> 3. A explicação do que é um jogo de linguagem consiste fundamentalmente em dar exemplos, isto é, em descrever jogos. A tais exemplos pode estar ligada uma cláusula de similaridade: ñisso **e outras coisas semelhantes** chamamos de ójogosôò (IF = 69), ou talvez um.
> 4. A apresentação de similaridades relevantes justifica as aplicações de jogo, uma vez que é por causa da relação entre os jogos... que corretamente chamamos jogos de ñjogosò.
> 5. Os ñjogosò formam uma família (IF § 67), uma única família.
> 6. O conceito de jogo não tem limites precisos.
> 7. Para propósitos especiais, podem-se traçar limites em torno do conceito de um jogo.

Não existe uma essência subjacente à linguagem ï por isso, agora a *forma proposicional geral* perde seu estatuto, necessário a toda linguagem, e cede espaço para uma linguagem multifacetada e por isso mais complexa de ser descrita por alguma forma geral, que varia de acordo com o uso que lhe é empregado. Toda frase tem sentido, pode acontecer que a informação varie, mas mesmo assim a frase ainda possuirá sentido.

O ideal que buscamos e que será encontrado na *realidade*, é o mesmo ideal que nós mesmos propomos, pois somos nós que *representamos a realidade intelectivamente*,

> Quando § 372 é lido como implicando a visão de que a gramática cria essências, Wittgenstein é levado a estabelecer uma ordem de determinação, por assim dizer. Ao invés de ser determinada pelo mundo exterior como uma realidade independente, as necessidades e

> as essências das coisas são determinadas pela gramática. (Tradução nossa) [119]

A impressão que temos de que a realidade é algo objetivo e independente é a mesma sensação que temos de que os olhos não fazem parte da visão porque não os vemos no nosso campo visual: ñNão há nenhum lá fora; lá fora falta o arò (IF, § 103). Mas, se a linguagem, por um lado, é um empecilho ao nosso conhecimento, por outro ela é a própria condição do nosso conhecimento.

Após o ano de 1930, Wittgenstein passa a traçar uma analogia entre sistemas axiomáticos e um jogo de xadrez. A analogia tem origem nos formalistas, tal ideia foi criticada por Frege, que via apenas duas alternativas: a aritmética trata ou de signos ou daquilo que os signos substituem. Wittgenstein rejeita essa dicotomia pois a noção de uso é muito importante para a compreensão dos *jogos de linguagem*, assim como no xadrez se joga de acordo com a associação entre as peças e seus possíveis movimentos, e não relacionando as peças a objetos. Há diferentes possibilidades para o jogo de linguagem, isto significa que há diferentes maneiras de captar a ligação entre signo e objeto. Com o ensino ostensivo temos a presença de uma regra que liga o signo ao objeto.[120]

Segundo Maria Clara Dias (2000, p. 61), seguimos regras:

> 1. agir segundo regras é uma práxis;
> 2. a compreensão das regras é atribuída àquele cuja performance condiz com as mesmas;
> 3. o próprio agir é o critério pelo qual reconhecemos o uso correto das regras; e, finalmente,
> 4. quem compreende as regras de uso de uma expressão deve ser capaz de elucidá-las.

Wittgenstein denomina linguagem a essa unidade entre elementos linguísticos e modos de comportamento ligados à situação dos parceiros, aqui se trata de uma linguagem primitiva, cujo fim se esgota na compreensão entre os parceiros, e é por isso

---

[119] Cf. KUUSELA, O. 2008, p. 186. ñWhen §372 is read as entailing the view that grammar creates essences, Wittgenstein is taken to establish an order of determination, so to speak. Rather than being determined by the external world as an independent reality, necessities and the essences of things are determined by grammar.ò

[120] Cf. IF § 54. ñ1-a regra pode ser um auxílio no ensino do jogo; 2-a regra é uma ferramenta do próprio jogo, tanto assim, é que, ao se alterar a regra se altera o jogo de linguagem; 3-uma regra não encontra emprego nem no ensino nem no próprio jogo, nem está em um catálogo. Aprende-se o jogo observando como os outros jogam. Pelo comportamento dos jogadores pode-se concluir qual regra é a correta.

que, embora primitiva, essa linguagem permite uma aproximação da verdadeira dimensão em que a linguagem humana se situa. Assim, Wittgenstein supera a concepção tradicional da linguagem, mostrando sua parcialidade em nossa linguagem.[121] Não se trata apenas de designar objetos por meio de palavras, as palavras estão inseridas numa situação global, a qual a regra é seu uso, neste caso, por exemplo, pela relação de objetos que devem ser traduzidos, isto significa que a relação especifica a objetos resulta da situação da construção em questão, ou seja, a análise da significação das palavras não pode ser feita sem levar em consideração o contexto global da vida, no qual elas estão. ñUma causa principal das doenças filosóficas ï dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplosò (IF § 593).

Temos de saber como manejar, como usar designações para poder aplicá-las, nós operamos em diferentes tipos de linguagem com as palavras, mas de acordo com sistemas de regras diversos. A desconsideração desses sistemas diversos de regras faz surgir inúmeros problemas, donde, uma das fontes de erro da filosofia é isolar expressões do contexto em que elas surgem, o que significa não compreender toda a dimensão da gramática da linguagem e restringir-se apenas à designação. A linguagem deve ser considerada na dimensão última de sua realização, isto é, no processo de interação social.[122] Com efeito, poder usá-la significa ser capaz de inserir-se no processo de interação simbólica de acordo com os diferentes modos de sua realização, tal capacidade é adquirida historicamente.

É possível considerar que nas *Investigações Filosóficas* a linguagem é ação comunicativa entre sujeitos livres. Nessa acepção de linguagem, as *regras* surgem num processo de interação social, e se distinguem agora das regras gramaticais da linguagem ideal do *Tractatus,* pois estes exprimem simplesmente conexões simbólicas no nível do símbolo puro. Nesse sentido, as conexões simbólicas da linguagem comum não são puras, pois só são inteligíveis num contexto de interação no qual a linguagem simbólica pura é também um jogo de linguagem específico e, portanto, um processo de interação social.

---

[121] Cf. MORENO, A, 1993, p.22. ñas ligações entre linguagem e mundo não são jamais imediatas, nem definitivas e nem uniformes, elas serão, pelo contrário, sempre mediatizadas por práticas ligadas à linguagem; serão sempre fruto de convenções, isto é, não serão necessárias, não terão fundamentos últimos, serão sempre multiformes, isto é, serão relativas a jogos variados.ò

[122] Cf. HINTIKKA. 1994, p. 273.

No cálculo as *regras* já têm, de antemão, fronteiras definidas, enquanto no jogo de linguagem só o uso lhes dá o sentido verdadeiro e suas fronteiras, que nunca são definitivas. Tal falta de precisão permite certa flexibilidade no jogo (IF §§ 84-85), só na realização do jogo existem as *regras*, é sabendo operar com as figuras do jogo que aprendemos suas *regras*. Na linguagem ocorre o mesmo, só aprendemos a significação das palavras quando sabemos operar com elas, isto é, quando internalizamos as regras de seu uso nos diversos jogos de linguagem. É jogando o jogo que apreendemos, de fato, suas *regras*, que não significa repetir símbolos, mas *aprender a agir de um modo determinado,* ou seja, de acordo com as *regras* específicas do tipo de ação em questão. Os processos nos quais aprendemos uma linguagem implicam um aprender a agir assim ou assado e, portanto, a internalização das normas que regulam esse agir (IF § 198).

Linguagem é a categoria suprema pela qual nós representamos a realidade, e o argumento da linguagem privada, configura a especulação da relação entre a esfera mental e o comportamento. A linguagem por princípio, não pode ser compartilhada ou ensinada, dado que suas palavras referem-se ao que só pode ser conhecido pelo falante, a saber, suas experiências privadas imediatas. As sensações, as experiências e os pensamentos são inalienáveis e epistemicamente privados.[123] Então perguntamos como interpretar a negação de Wittgenstein da linguagem privada, de todas as sensações e impressões, porém se caso não possam ser elucidadas através da linguagem, simplesmente não existem, ou ainda não começaram a existir, fato que apenas ocorrerá quando passarem a fazer parte de uma descrição empírica ou gramatical no âmbito linguístico.

Contudo, trata-se apenas do humano inserido em sua condição cultural e social que é a condição e a relação prática e operativa entre o homem e a realidade. Todas as sensações e impressões, porém, se caso não possam ser elucidadas através da linguagem, simplesmente não existem, ou ainda não começaram a existir, fato que apenas ocorrerá quando passarem a fazer parte de uma descrição empírica ou gramatical no âmbito linguístico. Portanto, embora seja privada, não é possível, desde a perspectiva do segundo Wittgenstein, aceitar a linguagem privada. A linguagem não descreve os processos mentais apenas a *forma cultural* pela qual uma pessoa aprende a descrever um conjunto de sensações.

[123] Cf. MORENO. A, 2000, p. 73.

A noção de *jogos de linguagem* demanda uma perspectiva social e exclui a possibilidade da linguagem privada. Um significado específico é adquirido como *forma de vida*; por exemplo, a noção de mais alto ou mais baixo apenas adquire um significado de acordo com expectativas que são legadas a um indivíduo. O problema de como pensamento e linguagem podem se relacionar à *realidade*, diz respeito a algo que remonta pelo menos a Demócrito, mas foi Platão quem formulou o problema da intencionalidade: como se pode pensar aquilo que não é o caso? Pois, se algo não é o caso, então não existe, e o que não existe nada é. Pensar em nada é não pensar em coisa alguma. Destarte:

> Sócrates a Teeteto: óE quem imagina não deveria imaginar algo?ôï Teeteto: óNecessariamente.ôï Sócrates: óE quem imagina algo, não imagina nada real?ôï Teeteto: óAssim parece.ôE quem pinta não deveria pintar algo ï e quem pinta algo, não pinta nada real? ï sim, o que é o objeto do pintar: a figura do homem (por exemplo) ou o homem representado pela figura? [124]

O que sempre seduziu Wittgenstein está na noção de um mundo privado, em que as coisas aconteceriam supostamente de uma maneira na mente e de forma diversa na *realidade empírica*, ou que ainda o mundo de um indivíduo é estritamente único e não coincide em nada com a experiência pública, ou seja, o solipsismo.[125] Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein insere algumas objeções contra a ideia de um ñmundo da consciênciaò, ideia que está em Schopenhauer - este sustenta que o mundo é minha representação, que o conceito de representação coincide com o conceito de consciência. Consciência para Wittgenstein é o momento particular da experiência, e talvez seja o ponto de conexão entre a lógica da realidade e a intencionalidade do sujeito, pois é o momento em que o mundo empírico é reconhecido como tal para um indivíduo.[126]

As investigações linguísticas verificam se posições filosóficas levam a tais absurdos, ño que quero ensinar é: passar de um absurdo não evidente para um evidenteò (IF § 464). Tão somente o uso, isto é, o recurso a uma ação ou comportamento permite ajuizar se a compreensão do sentido de uma frase foi captado ou não (IF § 29). Donde superar os paradoxos, que apresentam o paradigma epistemológico clássico da

[124] Cf. IF § 518.
[125] Cf. DIAS, M. C. 2000, p. 65.
[126] Cf MORENO. A, 2000, p. 73. ñA questão da consciência remete a outros pontos desenvolvidos nas *Investigações*, como a noção de *estados mentais* e de *crença* que não podem ser consideradas mero psicologismo, mas é uma tentativa de evidenciar a forma de interação do humano com a realidade.ò

linguagem, passa necessariamente por uma prática constituída pelo olhar abrangente sobre o contexto em que se desenvolve a ação linguística, uma ação que é necessariamente pública, dada sua impossibilidade de ser privada. Pelas noções de uso e de treinamento se comprova a impossibilidade da linguagem privada, a maneira de nos reportarmos ao uso das palavras ï é o significado delas (porque não há um processo específico que possa ser designado por significado), daí o significado ser uso, estar associado a interação (não há uso solipsístico). A linguagem é um instrumento social, uma práxis, cuja origem e desenvolvimento ocorre para atender as atividades da comunidade, somente na interação entre indivíduos é que a linguagem adquire função, torna-se signo com função, signo com uso, signo capaz de ser empregado em contextos comunicativos.[127]

Ter uso é ter significado, a significação de uma palavra é seu uso na linguagem (IF § 43). É absurdo falar de uma linguagem fora do uso ou suspensa, porque toda compreensão se dá no uso da linguagem; devido a isso, todos os elementos que não pertencem a intersubjetividade são irrelevantes, não pertencem ao processo de compreensão. A práxis é o único critério para se determinar o modo correto de seguir uma regra, para assegurar o significado dos signos. Isso significa que nada há para ser compreendido (ou dizível), fora das interações comunicativas; o aprendizado de uma linguagem é um treinamento social. Todos os conceitos internalizados por meio de uma língua também são conceitos sociais, por exemplo, não há nada significativo para além do uso que atribuímos a termos como ñviverò, ñquererò, porque não existe linguagem privada, aceitar a linguagem privada implica a dificuldade da prova de conceitos *a priori* (ou seja, teríamos que aceitar as ideias inatas e o argumento de que tais ideias sejam o que determinam os comportamentos sociais). E que confere valor ao signo, daí, não haver nada como uma regra anterior à práxis que determina a compreensão de um modo de agir.

[127] Cf. FATTURI. A, In: Ludwig Wittgenstein Perspectivas. 2012, p.42-43.

CAPÍTULO 3

Ludwig Wittgenstein e o paradigma da Representação (Vorstellung) na Linguagem

Ao analisar a correlação entre existência e representação da realidade, consideramos que existem distinções fáticas entre linguagem e realidade (a do mundo, que cabe à linguagem descrever), do que não decorre que essas distinções também valem no plano conceitual, que elas ocorrem nele. Assim o procedimento metodológico implica tanto em procurar saber se a realidade antecede a linguagem ou vice-versa não é um problema apenas conceitual, como também em investigar se esse problema não exige considerarmos às ñgramáticasò de mundo e ñlinguagemò para apreendermos a realidade como mutável. Constatar isso pode significar apenas um jogo de linguagem referente ao modo de exposição quando se afirma que os nomes designam aquilo que é elemento da realidade, que não se deixa destruir, cabe questionar se já não se exprime uma representação determinada. As investigações compreendem um trabalho teórico, de estudo de conceitos e argumentos, a ser realizado considerando como base o pressuposto do estudo das partes, mesmo que mínimas.

> As marcas dos jogos de linguagem ficam nas formas de vida culturais, porque nos orientamos nos jogos não por novos fins (*PG* § 133), mas por hábitos, habilidades. O modelo de jogo de linguagem, as interações linguisticamente mediadas, são vinculados à noção de hábito. Em um contexto de ação, o que une os sujeitos falantes e agentes, é um *acordo* sobre regras devido ao *hábito*. A estrutura de um jogo de linguagem estabelece como se pode empregar orações em manifestações superficiais de consenso. Em uma práxis cotidiana comunicativa sobressaem traços interativos de jogos de linguagem regulados pela gramática. Manifestações suscetíveis de consenso podem se formar apenas pelo conjunto de regras que são, elas próprias, a gramática de um jogo de linguagem (*PU* § 54), por meio da qual se explora a dimensão de um saber referente a um mundo da vida compartilhado intersubjetivamente, que é portador das múltiplas funções da linguagem.[128]

[128] Cf. MARTINS. C, 2010b. p. 95.

Assim, uma realidade requer uma determinação referencial que indique sobre quais tipos de coisas se está disposto a considerar um elemento de trabalho simples ou composto desta realidade (tais como realidade, representação, significado, denominação) derivando das indicações de Wittgenstein quanto aos problemas relativos à acepção da linguagem na realidade.

Nas *Investigações Filosóficas*, fica evidente o caráter de dependência da linguagem, compreender uma linguagem vai muito além da simples elucidação ostensiva, depende por um lado do uso que emprega seu significado, e por outro, das circunstâncias. As palavras designam os objetos, mas estas não são os objetos e nem ao menos estão em contato com os objetos. Se a linguagem designa os objetos, por um lado, podemos especular qual seria o elemento que subjaz à representação, qual o aspecto que mantém a correspondência entre a linguagem e a realidade, pois a ideia de uma forma lógica não sustenta a sua própria funcionalidade. A linguagem, também nada mais é que unicamente uma atividade descritiva, mas a Filosofia não pode descrever a realidade, não pode enunciar nada acerca do empírico, pois pode demarcar limites que evitem que tal busca pela elucidação dos fatos ou pela compreensão procure também encontrar uma forma proposicional geral que poderá descrever a linguagem e suas funções com uma exatidão matemática.

Nas *Investigações*, § 39 é questionada a validade dos *nomes*; teria significado um nome que por sua vez tem seu objeto destruído, ou ai invés disso: quando um nome denomina um objeto simples como poderia denominar também os objetos complexos. A respeito do que seja o nome, Frege aponta os nomes próprios como a expressão de sentido ao qual se referem a um objeto, mas as palavras ou conceitos dizem respeito a um sentido e se referem a um conceito. Notoriamente para B. Russel, em sua teoria das descrições, os nomes funcionam como decorrentes do que é *simples* (qualidades e relações) e caracterizam-se por:

> 1. seu significado é um objeto cuja existência não está sujeita a dúvida, e ao qual não se pode atribuir nem existência;
> 2. resistem à análise lógica, sendo, nesse sentido, ñsímbolos simplesò;
> 3. compreender um nome próprio lógico não é algo que envolva um conhecimento por descrição, basta que haja uma relação de familiaridade com seu significado.[129]

[129] Cf. GLOCK. H, 1998. p. 259.

Para Wittgenstein, a linguagem pode denotar qualquer representação da realidade, desde que os signos não sejam passíveis de análise. Daí surgem palavras que denominam o simples, chamadas justamente de nomes propriamente ditos.[130] Segundo ele na *Gramática Filosófica* § 71, são as linguagens que aprendemos que nos levam ao conceito de linguagem. Com elas e a partir delas somos capazes de estabelecer novas linguagens, destarte, este novo processo de construção é pertencente ao conceito de linguagem.[131]

Segundo Arley Moreno (1995, p. 84)

> 1. os nomes comuns não indicam propriedade de objetos como se fossem eles seus ingredientes empíricos;
> 2. o uso do nome comum não é um objeto que coexiste com o signo, como se para cada substantivo, por exemplo, existisse a substância correspondente;
> 3. o fato de que alguns nomes comuns designam objetos materiais, como por exemplo, ñcadeiraò, não implica que os nomes comuns que não designam objetos materiais, devam designar objetos etéreos.

No *Tractatus Logico-Philosophicus* apenas fatos complexos podem expressar um sentido acerca da realidade, destarte, os fatos complexos correspondem às proposições complexas, e para compreender tais fatos complexos, é necessário que se compreenda a complexidade da linguagem usada para expressá-los.

Com conteúdo expresso no segundo período o das *Investigações Filosóficas* não temos apenas um modo de dividir o que é composto no mais simples, pois expressões como ñsimplesò e ñcompostoò não são absolutas, não tem significado estático e são dependentes de determinado contexto. Wittgenstein indica como ideia metafísica compreender estados de coisas existentes independentes da linguagem, ño mundo não está, ómesmoô, dividido desta ou daquela forma e nem a linguagem descreverá (verdadeiramente ou falsamente) essa divisãoò.[132] Ao contextualizar os conceitos de simplicidade e complexidade temos uma substituição do *absolutismo* por concepções

[130] Cf. SILVA, M. 2012. p. 84.
[131] Ibid., p. 86. ñPor isso, quando se diz em *expandir* a linguagem, nós já sabemos o que isso significa e podemos especificar. Porém, como pensar em *algo* que só existe em forma de cópias ou imagens? Como podemos, então, *expandir* ou transcender meu pensamento? Novamente estamos diante dos limites impostos da gramática. E da gramática não podemos fugir, pois ñ*nenhum signo leva além de si mesmo e tampouco nenhum argumento.***ò**
[132] Cf. STEGMÜLLER, 1976, p. 433.

relativistas, o que faz-nos perder a imagem em relação ao *atomismo*, não há sentido em falar ñ*pura e simplesmente simples*ò (s*chlechthin Einfaches*).

Em relação ao ñusoò é indispensável inserir na gramática a condição necessária para uma possível comparação das proposições com a realidade, considerando o ñtodoò e que o contexto (real) não seja interpretado de forma estática, o que impediria a interpretação das *proposições* (*Sätze*). A exatidão absoluta é concebida nas *Investigações Filosóficas* como um mito lógico, o dito correto pelas regras da razão é dependente de circunstâncias ligadas às situações interpessoais relativas. Segundo a tradição filosófica a palavra designa o nome de objetos, o que constitui a palavra enquanto palavra, assim a significação das expressões linguísticas são os objetos designados ou propriamente sua essência, a significação enquanto palavra é empregada de modo impróprio, de acordo com Wittgenstein existe uma confusão entre a *significação de um nome* (*Bedeutung des Namens*) com seu portador, se o sujeito de nome determinado morre, morre o portador do nome (*Namesträger)* e não o significado do nome.

De acordo com Wittgenstein, nas *Investigações* existe a distinção entre a *Gramática superficial* (*Oberflächengrammatik*) e uma *Gramática profunda* (*Tiefengrammatik*). A gramática superficial é o que normalmente entendemos como a construção frasal correta e na gramática profunda a expressão ñgramáticaò é o desordenado.[133] O que diz respeito ao aspecto ñlinguísticoò ou gramatical, constitui um determinado jogo de linguagem e critérios para o emprego correto das palavras. O ñ*uso*ò da palavra não significa nem um uso arbitrário nem o simples uso em conformidade com a uma ñgramática superficialò. Wittgenstein considera o uso num determinado *jogo de linguagem* (*Sprachspiele*), as regras para o uso são as regras do jogo de linguagem para as possíveis atividades discursivas. Assim, o que é identificado na realidade é o ideal que nós mesmos propomos, pois somos nós que representamos a realidade intelectivamente, compreendemos que a realidade é algo objetivo e independente, seria a mesma sensação de que os olhos não fazem parte da visão porque não os vemos no nosso campo visual. Mas, se a linguagem por um lado é um empecilho ao nosso conhecimento, por outro ela é a própria condição do nosso conhecimento.

A realidade e sua representação não se impõem à linguagem e ao humano (indivíduo falante), pelo contrário, é a linguagem que apreende a realidade e a

[133] Cf. MARTINS. C, 2010b. p. 96.

representa através de suas regras e atribui-lhe sentido por meio de situações de uso e significado. Por esta razão se apreendo a realidade através da linguagem e como linguagem, é natural que possa atribuir características linguísticas a toda realidade empírica. Mas essas características não são propriamente atribuições individuais, ainda que possa pensar assim, e sim atribuições oriundas do sentido que esta realidade tem como membro de um contexto ou comunidade linguística. Por esta razão se apreendo a realidade através da linguagem e como linguagem, é natural que atribua características linguísticas a toda realidade empírica.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* traz a ideia de que as regras da linguagem refletem a estrutura da realidade, já o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* sustenta que a linguagem é autônoma, e, consoante a isso, a gramática, (as regras da linguagem), não justificam uma realidade empírica de significados.[134] As afirmações e expressões seguem regras gramaticais diferentes e também transformam formas diversas de objetos na medida em que tais objetos são condições imprescindíveis para se seguir e entender as regras gramaticais. Embora rejeitasse a ideia de que a gramática tem fundamentos metafísicos, Wittgenstein reconhecia que ela está sujeita a restrições pragmáticas e que o sentido daquilo que é expresso pode surgir de um âmbito não empírico, pois não existem proposições elementares logicamente independentes ou nomes próprios indefiníveis, nos quais a análise deva acabar.

Da linguagem apresentada no § 2 das *Investigações* trata da linguagem ordinária utilizada pelos indivíduos. Tal linguagem é resumida num comportamento de ação e reação quando apresentado as palavras, diz respeito a um sistema linguístico no qual a expressões adquirem uma compreensão sedimentada pelo treinamento, de maneira divergente do ensino ostensivo que é um treinamento pelo qual a própria mente procure a representação da palavra, exemplificamos com uma atividade o jogo de linguagem. O ensino ostensivo estabelece uma ligação associativa entre a palavra e a coisa. Da teoria da *denominação* aponta que a ligação associativa realiza uma designação entre a palavra e a coisa. Desta teoria (agostiniana) infere que acerca dos processos mentais ocultos e incontroláveis poderíamos estabelecer uma transição da linguagem para a realidade. [135] É importante deixar claro que o ensino ostensivo que é a maneira das pessoas

[134] Cf. IF. § 124.

[135] Cf. SILVA, M. 2012. p. 93. ñ...mesmo com objetos físicos (poltrona e árvore) esta relação de univocidade não se estabelece, quanto mais com objetos não físicos, mas os adeptos da linguagem agostiniana da filosofia buscam solucionar o problema dizendo ser o objeto de ordem espiritual.

aprenderem uma língua, não trata da definição ostensiva das palavras, porque o que aprendemos quando aprendemos uma linguagem é o *uso* das palavras.

O ñargumento da linguagem privadaò desenvolvido nas *Investigações Filosóficas* entre os §§ 243 e 315, traz uma análise acerca do funcionamento da linguagem até então disposto pela tradição filosófica, considerando propostas que tratam de concepções confusas, e que propõem expressões da linguagem no estabelecimento de certa ñligaçãoò entre os termos e os objetos denotados.[136] Ludwig Wittgenstein vai em direção à refutação de certo solipsismo, e, com isso, demonstra a impossibilidade de expressões que denotem uma experiência interior, numa possível linguagem privada.

Compreender a unidade da proposição para refutar este caráter privado, requer que se intitule como um objeto denotado na linguagem utiliza determinado *jogo de linguagem* em seu *uso normativo*.[137] Além disso, na proposição questionamos acerca de quais partes proposicionais existe a impossibilidade de representar uma situação, pois, seria necessário mostrar como as partes proposicionais se relacionam com a realidade, ou ainda, quais conteúdos consistiriam na unidade proposicional, distintos de outros entes ou sinais equivalentes, também presentes e comparáveis no contexto gramatical da linguagem. Para isso, analisar a experiência interior, ou o que diz respeito a uma ñligaçãoò estabelecida entre termos denotados, requer questionar como estariam dispostas as palavras empregadas para designar sensações em determinado uso contextual. O uso proposicional de viez psicológico na primeira pessoa e os objetos constituintes das sensações sustenta uma ñligaçãoò recíproca, estabelecida no âmbito da experiência privada dos indivíduos, e daria origem à ideia do indivíduo falante de uma linguagem privada. [138]

As proposições são tomadas como sínteses logicamente anteriores na representação, propostas como um fato mental. Assim distinguem-se funções *representativas* da síntese proposicional ï que remetem as coisas enquanto uma síntese que possivelmente podem estar no mundo. Nessa interpretação, não pertinente à função

[136] Cf. SILVA, M. 2012. p. 100. ñWittgenstein em IF,§17 diz na linguagem (IF, §8) que há diferentes *espécies de palavras*. Há palavras semelhantes e outras não. A reunião de palavras conforme as espécies vai depender da finalidade da repartição. E é o gesto ostensivo, o apontador, que vai ter diferentes finalidades para repartição. Esse gesto ostensivo que vai associar paradigmas (amostras) e palavras, ou associar um objeto nomeado a uma ação (construtores), sempre é feito dentro de uma prática do uso desse gesto.ò

[137] Cf. HINTIKKA, 1994, p. 315.

[138] Ibid., p. 319.

apresentativa, a questão da representação é situada no contexto proposicional, e as apresentações mantêm que a representação integra a realidade, ou seja, equivale a uma determinada situação contextual, o que por sua vez permite o desenrolar de um jogo de linguagem.

Considerando a forma proposicional, é possível questionar em que sentido deve ser entendido o termo ñprivadoò relevante ao problema da possibilidade ou impossibilidade de uma linguagem privada. Ela pode ser compreendida em duplo sentido: como significado das experiências interiores às quais as expressões da minha linguagem privada dizem ñdas minhas experiênciasò, ou ainda, em relação ao acesso restrito do que é significativo e determinado pelo que o indivíduo pode ter acesso às experiências interiores a que por sua vez a linguagem privada permite.[139] A exterioridade da forma de apresentação se reduz à perspectiva do eu transcendental: a forma lógica absorve a forma de *apresentação*, a notação simbólica, então, exprimi uma mesma forma lógica do mundo, toda proposição possui uma forma geral que mostra como suas partes se combinam para *representar*. A proposição se forma quando, por exemplo, uma função tipo ñx é mortalò tem sua variável substituída por nome de um argumento, o que sugere que a própria função seja um aspecto que varra múltiplos objetos.

Ora, Wittgenstein em suas *Investigações Filosóficas* rejeitaria uma gramática possivelmente limitada, diante disso, com esta gramática, se entende que antes de se exteriorizar a intenção do sujeito falante, este mesmo vivência-a na sua interioridade (a subjetividade no aspecto privado da linguagem). A subjetividade, frente a gramática, antecederia a comunicação do símbolo linguístico, e consoante a isso, recorre aquela vivência que, em última instância, permite o significado de tal signo utilizado em determinada expressão da linguagem. Temos, uma evidência para defender noções como *acordo*, *convenção*, *forma de vida* e *jogo de linguagem*.[140] Contudo, admitir uma gramática subjetivamente restrita ao aspecto privado, questiona e coloca em evidencia uma legitimidade conceitual, como regra prática do funcionamento ñpsíquicoò da linguagem.[141]

---

[139] Cf. ZILHÃO, 1993, p. 65.

[140] Cf. SILVA, M. 2012. p. 102. ñOs adeptos do paradigma da linguagem agostiniana dizem que não se precisa de nenhum jogo de linguagem para se compreender uma definição ostensiva, pois cada **nome** corresponde a um **objeto** físico. Assim sendo, se alguém que aponta uma cadeira, um objeto físico e singular, saberei reconhecê-lo. Essa concepção é refutada por Wittgenstein em IF, §33...ò

[141] Cf. HINTIKKA, 1994, p. 322.

Para Wittgenstein, o ideal de perfeição na linguagem deve ser buscado na própria realidade onde é possível surgir o sentido da existência transmitida pela linguagem, na qual recorremos aos conceitos normativos da gramática enunciada nas *Investigações Filosóficas*. O que se pode dizer, da existência da realidade pela gramática, diz respeito à representação que dela fazemos, corrobora com a afirmação do próprio Wittgenstein: ño ideal está instalado definitivamente em nossos pensamentos. Você não pode se afastar dele. Deve voltar sempre a eleò. [142] Com isto, retomamos o questionamento acerca da possibilidade de uma linguagem privada, pautada pelas ñvivências interioresò, onde a realidade é constituída pelos pensamentos traduzidos em forma de linguagem, concomitante ao ideal que buscamos pela análise da linguagem no ato de representarmos a realidade intelectivamente. Desse modo, desenvolvemos nossa análise, nas *Investigações Filosóficas*, em relação às vivências privadas, e expressões que designam e se referem aos elementos da existência.

Expressões utilizadas pela gramática que se referem aos objetos e fenômenos estão na linguagem pública, com efeito, serão formuladas e compreendidas em análises semânticas e também epistemológicas. Destarte, a funcionalidade da linguagem insere a possibilidade da relação entre representação da realidade e existência, mediada pela forma gramatical da linguagem. Segundo Wittgenstein, na teoria da linguagem tratamos de seu aspecto público e normativo, não podemos conferir ao próprio pensamento a possibilidade de uma linguagem outra que não seja a pública. Para o segundo Wittgenstein, há sentido em defender noções como acordo, convenção, e mesmo noções como *forma de vida* (*Lebensform*) e *jogo de linguagem* (*Sprachspiel*), pois ao apresentar estes conceitos mostra-se uma legitimidade conceitual, e o acordo sobre a forma de vida não se refere apenas a uma razão prática instituída para o controle de uma vivência psíquica da linguagem. Nas *Investigações Filosóficas*, o desenvolvimento das vivências privadas é estabelecido na linguagem pelos jogos de linguagem públicos, com isso, o pensamento wittgensteiniano insere um questionamento sobre os próprios jogos de linguagem, acerca da validade das vivências privadas, aqui, apenas inferimos que não podemos responder os questionamentos das vivências privadas apenas pela transposição de um modelo da linguagem pública caracterizado pelo um mundo físico.

As concepções que propõem o falar e o escrever como processos físicos, situados no mundo externo e público, são aqueles acompanhados por processos

[142] Cf. IF. § 103.

psíquicos paralelos ao ato de pensar. Tais processos têm lugar nos mundos privados da consciência dos indivíduos participantes da comunicação linguística, é daí que, dos processos subjetivos podemos dizer que são ñprivadosò, quando são diretamente acessíveis apenas ao indivíduo consciente. Quando esses processos ocorrem em outras pessoas, podemos de alguma maneira notá-los indiretamente, a partir de sintomas externos, sem vivenciá-los. Segundo Wittgenstein, nesta concepção ñprivadaò, surge um conjunto de ñfalsas imagensò. A gramática das expressões ñpensarò, ñter em menteò ou mesmo o ñcompreenderò, pode demonstrar semelhanças com expressões do tipo ñandarò ou ñobservarò. A linguagem nos leva a deduzir que exista uma atividade corporal por trás dessas expressões, mas ñnão encontrando tal atividade, dizemos tratar-se duma *atividade espiritualò*.[143] A posição crítica de Wittgenstein consiste em defender a concepção de jogos de linguagem contra essa concepção da linguagem e de seu funcionamento ñespiritualò ou ñmentalò, que utilizam como argumento a ideia de que o uso de expressões linguísticas, segundo regras determinadas, não atinge as questões linguísticas.

Das possíveis interpretações do *ter em mente* (*Meinem*), não pode constar a produção de imagem mental, pois fica completamente em aberto a questão de saber se tais imagens às vezes, sempre, ou jamais acompanham, segundo os indivíduos, as palavras pronunciadas. O critério objetivo para saber o que alguém tem em mente ao servir-se duma palavra (o significado que ela tem para esse alguém) é o uso que dela faz. Essa formulação também não se acha, é claro é isenta de mal-entendido, dá apenas a direção em que se há de procurar a resposta.

Essa concepção ter em mente (*meinem*) consta nas *Investigações* como natural, mas, notemos a diferença ao pronunciar uma palavra, frase (sem ter em mente algo) e atribuir significado a uma expressão. Para tais concepções as palavras representam ñsignos arbitráriosò, ligados ao ato espiritual por mera convenção falível, assim, os *atos de significação* (*Akte des Meinens*) poderiam associar-se as palavras e símbolos com total independência linguística. Seria errôneo caracterizar o ter em mente (*das Meinens*) como uma atividade espiritual, pois nós ñcalculamosò com as expressões.

Consideremos que a imagem de um objeto colorido, deve estar na mente de uma pessoa de determinada maneira, e a maneira como ele está na mente depende de como a palavra ñcoloridoò é usada. Segundo Wittgenstein, esse resultado não é surpreendente,

[143] Cf. IF. § 36.

ñO ter em mente (*Meinen*) não é um processo que acompanha a palavra; pois, nenhum *processo* poderia ter as consequências do ter em mente (*Meinen*)ò,[144] pois, diante de quem emprega significativamente uma palavra ou frase, está o ouvinte que compreende as expressões, a suposição de que existem atividades espirituais para Wittgenstein, deriva de falsas imagens geradas pela gramática da linguagem cotidiana, a ideia do espírito como um segundo mundo, posto ao lado da realidade corpórea visível,

A essa imagem ficamos presos, daí a incompreensão que cerca a afirmação de Wittgenstein de que naqueles processos e atividades espirituais nada mais há do que ficções gramaticais.[145] Não devemos transformar as dificuldades em um ñproblema semânticoò, indagando qual seria o significado da ñdorò ou qual o uso da expressão ñdorò. Pois, a tendência essencialista, que se manifesta na utilização do artigo definido (o significado, o uso), nos desnortearia mais uma vez: não existe apenas uma forma de usar essa palavra ou as expressões aparentadas. ñVocê aprendeu o conceito de ódorô com a linguagem. [146] Devemos libertar-nos ao mesmo tempo da suposição de que a expressão ñdorò tem sempre, em todos os contextos, um e o mesmo emprego. A ñgramática superficialò e a ñgramática profundaò se divorciam, em particular, há uma diferença básica entre as situações nas quais, ñdorò ou uma expressão aparentada aparece como predicado de uma sentença na primeira pessoa do presente e em outras espécies de situações. Logo:

> Pelo contrário, trata-se de considerá-la em seu funcionamento interno, sem referência obrigatória e privilegiada aos fatos, ainda que de maneira puramente formal; trata-se de analisar sua ñgramática profundaò e não confundi-la com sua ñgramática de superfícieò. Esta última fornece as regras formais que contribuem no encadeamento e na construção das proposições; aquela, que agora vai interessar exclusivamente ao filósofo, fornece as regras do uso que fazemos das palavras e dos enunciados, enquanto estão inseridos no interior de formas de vida (IF. § 664). [147]

A linguagem privada, ou particular, de fato não é uma linguagem que seja falada e compreendida, é desenvolvida em princípio, por todo aquele que compreenda uma linguagem pública. Ainda consideramos que, da impossibilidade da linguagem particular decorre que, para a introdução de nomes na linguagem não necessito, de nada mais do que voltar minha atenção para uma determinada vivência, nomear tal vivência e

---

[144] Cf. IF. § § 139-141.
[145] Ibid. § 36, § 115.
[146] Ibid. § 384.
[147] Cf. MORENO. A, 2000, p.79-80.

gravar em mim a ligação estabelecida entre o vivenciado e sua designação.[148] Ao tratar da existência da linguagem privada, duas inferências recaem sobre representações duvidosas acerca do funcionamento da linguagem, e, em parte, sobre as ideias incorretas acerca do emprego de palavras que designam sentimentos, enganos provocados por imagens sobre fenômenos psíquicos.

Termos da linguagem privada são estabelecidos na associação semântica com os ñobjetosò da experiência exterior, a associação seria independente de comportamentos ou exteriorização dos indivíduos da linguagem privada das suas sensações.[149] Para que as palavras possam designar as sensações, estas são supostas, denotam as sensações enquanto tais e não os comportamentos provocados. Wittgenstein entende que, sem o estabelecimento de uma ligação entre o comportamento associado a uma sensação e a palavra, seria impossível ensinar a uma criança o significado de palavras ou expressões.[150] Com efeito, essa perspectiva é deixada de lado, e o problema da aprendizagem da linguagem privada foca-se na violação à formulação das proposições usadas, pelo proponente da teoria filosófica, das normas da gramática profunda da nossa linguagem vulgar.

O argumento da linguagem privada constrói a linguagem de forma que, os nomes seriam peças linguísticas fundamentais e primitivas, que assegurariam a ligação entre a linguagem e a realidade descrita. Wittgenstein refuta, pois, que o nome segue como um representante da linguagem acerca do objeto denotado, porque a utilização de nomes é uma técnica complexa, que parte de nossas linguagens, e o ñusoò pressupõe a caracterização de uma linguística prévia.

A referida ligação semântica entre os nomes da linguagem privada e os objetos da experiência interior representados, seria estabelecida numa definição primitiva privada, teríamos uma ostensão privada do indivíduo da linguagem privada, numa associação estabelecida entre um nome e uma sensação, uma associação em si mesmo, Ou seja, se eu não posso distinguir entre a minha representação da denotação dada a um termo na minha definição ostensiva privada e a denotação, então efetivamente dada a esse termo, nunca poderei distinguir entre um uso correto e um uso incorreto desse mesmo termo. Quando o critério que eu forneço para avaliar essa correção ou incorreção é precisamente a possibilidade que afirmo ter de confrontar a minha

[148] Cf. ARAÚJO. I, L, In: Ludwig Wittgenstein Perspectivas. 2012, p. 24.
[149] Cf. IF. § 243.
[150] Ibid., § 257.

representação da denotação correta do termo com a denotação efetivamente correta do mesmo. [151]

Segundo Wittgenstein, a atribuição de sentido a um termo como associação entre esse termo e o objeto representante, define um critério de correção para o ñusoò desse termo, diz do acordo entre esse uso e o sentido que lhe foi atribuído na definição primitiva.[152] Na medida em que a atribuição de sentido foi privada, os critérios de correção terão que ser privados, para julgar se utiliza um dado termo corretamente, de acordo com a definição ostensiva que lhe foi particularmente atribuída.

O modo como uma definição ostensiva atribui sentido a um termo, trata de uma forma de estabelecimento da associação semântica com o objeto que passa a constituir a denotação. Questionamos a possibilidade de utilização dos termos, do seu uso correto com a comparação entre o objeto em associação com o qual ele foi colocado na sua definição primitiva e a constatação da identidade de ambos. [153]

Os nomes apenas podem ser explicados com proposições que contenham sinais simples. Para Wittgenstein a definição ostensiva não apresenta uma ligação entre a linguagem e a realidade:

> Também não há conexões semânticas entre a linguagem e o mundo. Porém, as proposições empíricas referem-se a coisas que são independentes da linguagem e que podem ser verificadas ou falsificadas em função do modo como as coisas estão.[154]

Numa definição privada de uma linguagem privada,[155] os correlatos em ñcausaò seriam o objeto privado no momento do uso do termo com que designo, e o objeto privado da forma como surge no momento da definição ostensiva privada. Assim:

---

[151] Cf. ZILHÃO, 1993, p. 70

[152]Cf.GLOCK, H. 1998, p. 193. Wittgenstein usa o termo *gramática* para designar tanto as regras constitutivas quanto a organização filosófica destas regras. Ele também utiliza os termos *lógica* ou *lógica da linguagem* com esses mesmos sentidos. A ideia básica é que as questões lógicas são, na verdade, questões gramaticais, dizem respeito a regras para o uso das palavras.

[153] Cf. FATTURI. A, In: Ludwig Wittgenstein Perspectivas. 2012, p. 46-47.

[154] Cf. GLOCK, H. 1998, p. 122-3.

[155] Cf. IF § 35. Aqui Wittgenstein aponta que não ha uma coisa igual à outra, mas as expressões e palavras parecem uniformizá-las. Existem vivências específicas que apontam determinada *forma*, contudo, não acontece em todos os caos em que *tenho em mente a forma.* Ora, somos tendenciosos e associamos para cada caso do apontar algo, um *processo mental particular*.

> Uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras. ï Falta carácter panorâmico à nossa gramática. ï A representação panorâmica permite a compreensão, que consiste justamente em ñver as conexõesò. Daí a importância de encontrar e inventar *articulações intermediárias*.[156]

Ao considerar atos de identificação interior como pressuposto semântico para a possibilidade de uma linguagem, torna-se necessário o sentido ao falar das identificações corretas e falsas e de critérios que permitam distinguir umas das outras, mesmo que os seres tenham memória infalível. Se uma palavra tem sentido, pertence à linguagem pública, como também, numa linguagem pública a identificação dos objetos privados não desempenha qualquer papel na determinação do sentido de uma palavra, nem mesmo como constituindo o segundo sentido que particularmente é acessível. [157]

Wittgenstein exclui a ideia de atribuição de sentido privado como paralelo ao público, posto que a linguagem esteja entre a sensação e a exteriorização. O uso de palavras para as sensações supõe uma exteriorização pelo comportamento, relação entre as sensações e suas exteriorizações e comportamentos associados a uma relação que não admite um processo cognitivo intermediário.

Utilizamos da linguagem para falar sobre as sensações, uma associação entre, sensação/exteriorização/comportamento indissociavelmente, como possibilidade de expressão:

> Consideremos a proposição: óIsto está assimô- como posso dizer que esta é a forma geral da proposição? - Antes de tudo, *ela própria* é uma proposição, uma proposição da língua portuguesa, pois tem sujeito e predicado. Ma como esta proposição é empregada na nossa linguagem cotidiana? Pois apenas *por isso* tomei-a. (...) Dizer que esta proposição concorda (ou não concorda) com a realidade seria um absurdo evidente, e ela ilustra, pois, o fato de que *uma* marca característica de nosso conceito de proposição é o *som da proposição*.[158]

---

[156] Cf. IF § 122.
[157] Cf. GARVER. N, In: *The Cambridge Companion to Wittgenstein. Philosophy Grammar*. 2006, p. 151-153.
[158] Cf. IF. § 134.

A dúvida acerca da existência de algo ao designar expressões, sobre a sensação não significa defender a tese de que nada há senão comportamento exterior.[159] O que é estigmatizado, segundo Wittgenstein, seria a ideia das sensações como objetos privados identificáveis, classificáveis e denomináveis por meio de uma observação interior, à imagem da observação das coisas do mundo físico interiormente. A ideia da ñexperiência privadaò seria uma desconstrução da gramática, comparável às tautologias e às contradições contestadas.

Conforme Wittgenstein seria um mal entendido compreender que a ideia do jogo de linguagem acerca das dores pertence à imagem da dor juntamente com a palavra ñdorò. É aceitável, em certo sentido, falar da *representação* da dor, mas não como imagem que *represente* a denotação da palavra. A linguagem privada, na qual os objetos de determinada experiência interior constituem e denotam expressões particulares, parece ser apenas uma ficção empírica e lógico-semântica.

Nas *Investigações Filosóficas* há o estabelecimento da relação de equivalência, entre a pergunta pela conexão entre nome e sensação e a interrogação acerca do modo como o indivíduo apreende o sentido dos nomes para as sensações.[160] Em função da experiência interior atribuímos um sentido às asserções sobre sensações, estados e processos psicológicos, sendo uma semântica prioritariamente epistemológica:

> Na abordagem de Wittgenstein os conteúdos intencionais da língua são tratados com independência das vivências intencionais: na linguagem mesma se conjugam intenção e cumprimento da intenção, e isso nada tem a ver com momentos internos da subjetividade humana. Um sujeito isolado monadicamente não pode empregar uma expressão de modo idêntico no que se refere ao significado. Por esse caminho, Wittgenstein introduz o nexo interno entre significado e validez.[161]

Wittgenstein aponta que as expressões pelas quais a experiência interior é exteriorizada pela linguagem, pressupõe a existência de uma linguagem pública de acordo com um mundo físico. As expressões utilizadas que se referem aos objetos e fenômenos (e não as expressões acerca da experiência interior) estão na linguagem pública que é formulada e compreendida de caráter semântico e prioritariamente epistemológico.

---

[159] Cf. SPANIOL, 1989, p. 69. ñNem sempre é necessária uma vivência característica toda vez que temos em mente algo.ò
[160] Cf. IF. § 144.
[161] Cf. MARTINS, 2010b, p. 93.

3.1 O aspecto público e normativo da linguagem para Wittgenstein

Expor o aspecto público e normativo da linguagem requer uma retomada de alguns dos principais pontos da interpretação acerca do argumento da linguagem privada, bem como concordar com as indicações de Wittgenstein acerca da possibilidade desta hipotética linguagem privada, focando suas considerações a partir do § 283 das *Investigações Filosóficas* no qual ñnenhuma palavra nomeia uma sensaçãoò. Podemos supor que a compreensão ñnaò e ñpelaò linguagem ocorre no movimento pendular de uma referência privada a uma referência pública. Inferimos que os signos linguísticos podem oscilar entre a subjetividade, daquele que o compreende e lhe confere uma significação mediante a *representação* e a *intersubjetividade*, da parte da comunidade linguística que, dentro de um acordo, ao estabelecer regras para o uso desta ou daquela palavra, determina uma significação.

> A ñlinguagem privadaò que Wittgenstein convida a imaginar no parágrafo 243 das *Investigações* não é uma espécie de código traduzível para a linguagem ordinária. Não seria, por exemplo, como a linguagem de uma comunidade de pessoas que se comunicassem somente por meio de monólogos. Uma linguagem deste tipo, como observa Wittgenstein, embora constituída apenas de monólogos, poderia ser compreendida por um observador estrangeiro: um estranho à comunidade poderia compreendê-la à medida que observasse o modo como os nativos integrassem seus monólogos ao conjunto de todas as suas outras atividades, às suas práticas cotidianas, aos seus gestos e comportamentos característicos. [162]

Não se nega o aspecto psíquico da compreensão, mas o questionamento surge ao saber que esse aspecto, ao acompanhar o uso empírico da linguagem, pode ser considerado uma ñpelículaò, passível de outro tipo de descrição, ñMas não *queremos dizer (meinen)*, então, pelo menos alguma coisa bem determinada quando olhamos para uma cor e denominamos a impressão de cor?ò. [163] Questionamos se conceder autonomia a essa possível película seria voltar à linguagem privada; se sim, então neste caso a descrição do uso psicológico da linguagem, portanto, privado, determinaria ou faria dependente de si, a descrição do uso normativo da linguagem. Para Faustino (1995), a ñlinguagem

[162] Cf. FAUSTINO, 1995, p. 39.
[163] Cf. IF. § 276.

privadaò tem a ver com a ficção advinda erroneamente das proposições psicológicas que tratam de representar processos internos. Esse modo de interpretação torna mais compreensível as palavras, ñnão será você um behaviorista disfarçado? Você por acaso não diz que, no fundo, tudo isso é ficção, a não ser o comportamento humano?ò ï Quando falo de uma ficção, falo de uma *ficção gramatical***ò**. [164]

Wittgenstein apreende a funcionalidade da linguagem ao inferi-la da possibilidade da relação entre representação da realidade e existência. Desde essa forma pela qual trata do aspecto público e normativo da linguagem, ele questiona se não estaríamos conferindo ao próprio pensamento a possibilidade de ser ou configurar uma linguagem outra que não seja a pública, ou seja, ñuma ñficção gramaticalò é uma fantasia, uma invenção, uma criação que resulta pura e simplesmente de uma concepção equivocada do funcionamento da gramáticaò.[165]

De acordo com o § 304 das *Investigações Filosóficas*, a representação parte de uma gramática que concebe a linguagem como oriunda, mas também anterior à atividade psicológica do sujeito pensante, e ainda, anterior à própria atividade normativa. Nesse parágrafo Wittgenstein afirma rejeitar a gramática baseada na ideia de que a linguagem funciona sempre de um modo, transmitir pensamentos ï sejam estes pensamentos sobre objetos, dores e sentimentos. O aspecto público e normativo da linguagem, apresenta uma concepção consensual e não questionada do funcionamento da linguagem, acompanhada por processos psíquicos neste processo normativo da linguagem.

A argumentação do aspecto psíquico da compreensão introduz o uso empírico da linguagem, o que é passível de outro tipo de descrição. Os objetos da experiência interior tornam-se impossibilitados tanto empiricamente quanto no aspecto lógico-semântico. O movimento pendular de uma referência privada a uma referência pública confere, ao próprio pensamento a possibilidade de ser, ou configurar uma linguagem que não seja pública, e implica avaliar as condições lógicas para um estatuto normativo, assim:

> A linguagem comum é, então, frequentemente imprecisa ï e, nesta exata medida, é, num certo sentido, *inverificável* - por não expressar integralmente seu sentido (e, assim sendo, ela não obriga o mundo a responder por um ñsimò ou um ñnãoò). No entanto, se ela necessita ser

[164] Cf. IF § 307.
[165] FAUSTINO, 1995, p. 40.

> complementada de forma a tornar-se precisa, essa complementação não pode ser feita ñde uma vez por todasò: se eu não sei o que quer dizer em geral ñestar sobre a mesaò, não é por ignorância, mas porque o modo pelo qual essa proposição deve ser comparada com a realidade não pode ser inteiramente definido.[166]

Na gramática advinda de uma atividade psicológica, se entende que antes de se exteriorizar a intenção o sujeito falante vivencia-a na sua interioridade, logo a subjetividade parece anteceder a publicidade e a comunicação do símbolo linguístico, certamente tal vivência assegura em última instância o significado do signo. Se Wittgenstein concordasse com essa gramática não haveria sentido em defender noções como acordo, convenção, e mesmo noções como forma de via (*Lebensform*) e jogo de linguagem (*Sprachspiel*), pois não teriam legitimidade conceitual.[167] Somado a isso, a regra prática do funcionamento ñpsíquicoò da linguagem não tomaria forma mediante o jogo de linguagem da exteriorização, e o acordo sobre a forma de vida não seria o acordo sobre a forma de uma razão prática, instituída para controlar a vivência psíquica da linguagem, antes pelo contrário, essa é que controlaria e determinaria um acordo.

Consideramos o argumento da linguagem privada tal como surge nas *Investigações Filosóficas*, mais especificamente entre os §§ 243 e 317. Nessas passagens, Wittgenstein refuta o chamado solipsismo ou solipsismo metodológico. Seu argumento segue em direção à demonstração da impossibilidade de que expressões que denotam experiências interiores, e as quais fazem referência às sensações ou estados psicológicos, possam ter qualquer sentido numa hipotética linguagem privada, isto é, fora do quadro de uma linguagem pública comum, ou capaz de ser comum, a um determinado grupo.

Assim, o caráter público da prática da linguagem discute a possibilidade das elucidações expressas com a correspondente compreensão do outro, em outras palavras, o funcionamento da linguagem pública diz respeito às experiências subjetivas que possam ter um significado privado. O conceito de representação integra as análises gramaticais de Ludwig Wittgenstein. Existem, porém, contradições que persistem ao longo de questões como a da própria subjetividade. As questões da linguagem alhures podem esclarecer acerca da própria crítica filosófica vinculada ao longo do tempo a uma tradição filosófica. Das numerosas correntes filosóficas existentes, a possível discussão

[166] Cf. PRADO NETO, 2003, p. 80.
[167] Cf. MARTINS, 2010b, p. 94.

acerca de certa ñessênciaò aparece na análise normativa da linguagem, como uma espécie de fuga para o irracional, deixando questões propostas em aberto, seja na teoria do conhecimento na perspectiva idealístico-transcendental, por exemplo, o ponto de vista dos universais, seja em relação às teorias materialistas da realidade que mostram divergências implicadas já nesta segunda fase da filosofia de Wittgenstein. O que está contido nas *Investigações Filosóficas* evidencia que no dizer de certa doutrina filosófica a mesma não trata de uma teoria, e sim de uma terapia na qual tem determinada finalidade.

Das concepções de Wittgenstein podemos apontar diretamente as interpretações da linguagem, as quais aplicam confusões linguísticas de ordens diversas e ainda tendências generalizantes que indicam uma base essencialista. No âmbito da linguagem, tratar de confusões linguísticas significa trazer à tona, evidenciar uma sequência de erros nos apontamentos filosóficos das teorias correntes, e, sobretudo, encontrar a linguagem interpretada de maneira simplificada. De acordo com Wittgenstein existem interpretações que tratam de falsas imagens, estas por sua vez reduzem a perspectiva gramatical e direcionam uma falsa imagem da própria linguagem, ao trazer um plano linear no aspecto externo (público) das expressões linguísticas e na errônea formulação do aprendizado da linguagem.

Com a teoria da afiguração exposta no *Tractatus Logico-Philosophicus*, o sentido relativo ao significado proposicional insere a discussão da linguagem formal, mas abrange variadas perspectivas de determinada ñimagemò na qual é enunciada. Faz-se necessário ter clara a ideia de que certas imagens são abrangentes até mesmo em expressões filosóficas, nas quais significativas expressões podem tratar dos significados mesmos ou de certas indicações dos objetos aos quais as palavras correspondem. Trata-se de uma análise fenomênica, o fenômeno do conhecimento que difere em questionar a relação entre conhecimento e realidade, e pode caracterizar ou não imagens análogas, enunciadas em um determinado momento contextual. O conceito de imagem (*Bild*), para ser compreendido não deve estar limitado à teoria da figuração (*Bildtheorie*) relativo à primeira fase da filosofia de Wittgenstein, ou apenas a uma imagem mental reivindicada pelo sujeito falante. A referência a estados mentais, independentemente de qual fonte provêm, é tão irrelevante quanto o uso em si mesmo de expressões linguísticas. O que torna alguma expressão significativa está na maneira em que é tanto usada como contextualizada, assim adquire um sentido.

A linguagem cotidiana frequentemente é modificada pelas imagens falsas, de maneira que ao falar de uma gramática superficial esta se mantém em equivalência as diferenças contextuais. O que, por sua vez, nos leva a enunciar falsas semelhanças em discussões pouco conclusivas ou contraditórias que promovem o surgimento de pseudoproblemas. Tais problemas oriundos desta gramática superficial, nada mais demonstram do que a tendência essencialista no tratamento da linguagem. Segundo Wittgenstein estes problemas seriam interpretações erradas ou falsas de uma linguagem diária. Contudo, as correntes filosóficas que discutem certo essencialismo questionam a postura de eliminar as falhas contidas na linguagem. Na consideração dos problemas da própria filosofia, existe a análise que reduz fenômenos e eventos particulares numa forma regulativa geral, e a qual, para Wittgenstein, não passa de mais uma forma ou tendência do estudioso de filosofia em promover confusões, pois a procura de essências da verdade, do conhecimento ou mesmo do tempo remete a uma procura por fantasmas recorrentes.

Segundo as *Investigações Filosóficas*, a utilização de expressões como ñjogoò ou ñnúmeroò, por exemplo, são totalmente livres de qualquer rigidez com a qual se queira empregar ao significado de um termo, seja este disposto em um ou outro contexto. Talvez esta análise essencialista não pudesse dispor de um significado em determinado contexto sem antes considerar certa essência, admitida pelos termos utilizados, devido ao que então se pode esperar que, antes de obtermos o significado da expressão, tenhamos primeiro à disposição tais essências, algo que para Wittgenstein exige que na gramática utilizemos uma forma que nos ajude, facilite o uso de expressões como ñjogoò, para que estas contenham algo que se possa chamar de ñjogoò, e não as mantenha estáticas dentro do uso normativo e circunstancial da linguagem. Destarte, o próprio Wittgenstein alude que a busca do filósofo não se pauta ao papel de descobridor de traços gerais que sempre globalizem uma situação gramatical, mas deixe em aberto uma postura investigativa que combata o que é sempre dado, visto ser necessário que este atente para as diferenças e multiplicidades dos fenômenos linguísticos.

Nas análises wittgensteinianas, são combatidas expressões interpretadas a partir de nossas impressões particulares, que nos direcionam para fenômenos que necessariamente não são válidos, a partir de inferências erradas ao dizer de conceitos como ter em mente (*Meinen*), o pensar (*Denken*) ou compreender (*Verstehen*). Tais questionamentos remetem às essências que não podem ser respondidas. O que não

encontramos em Wittgenstein é essa busca necessária por uma resposta, uma definição correta de tais concepções, sua crítica invade essas variadas imagens de expressões que são inseridas para um encontro posterior de determinado significado.

A admissão de significados propõe certo jogo do interlocutor, este deve admitir o conceito de realidade em constante dúvida, porque a análise enviesada em especulações metafísicas acerca do conhecimento e da realidade adquire novamente uma forma muito geral e até remota. Antes, deve-se admitir uma forma contextual em que o conceito de realidade[168] é empregado. Precisamente esse procedimento metodológico é o que parece sugerir Wittgenstein (IF § 116) quando diz: ñreconduzir as palavras de seu emprego metafísico ao seu emprego cotidianoò. Ao dizer de uma gramática, agora da gramática profunda, Wittgenstein não substitui uma teoria do conhecimento pelos jogos de linguagem, o que é apontado trata de não eliminar as análises lógico-linguísticas e as investigações da filosofia da ciência. Não restringir conceitos existentes e usados em específicas áreas de estudo, remete à tese wittgensteiniana de que o significado está no uso, para posteriormente conceder significados aos conceitos pelas expressões.

No concernente as atividades ou atos espirituais, Wittgenstein apresenta uma postura cética frente a tais fenômenos, o autor considera que são associadas a estas formulações linguísticas (ouvidas e faladas) uma falta de significação. A naturalidade em que estas concepções já aqui mencionadas discutem critérios filosóficos traz consigo o vício da linguagem ordinária. Para o filósofo austríaco, necessitamos de maior cautela, seja em nos critérios gramaticais,[169] seja na esquematização frequente em que tais concepções apresentam ideias aparentemente embasadas, haja vista que as expressões apresentadas apenas se tornam palavras com significados ao incutir determinado ñespíritoò, muitas vezes independentes daqueles que fazem uso da linguagem. Ocorre uma associação entre pensamentos e atos,[170] como pensar ou emitir juízos o que leva o sujeito simplesmente a usar ou pronunciar as palavras sem asseguradamente questionar

[168] Cf. STEGMÜLLER. 1976, p. 469. ñQuestionar a ñrealidadeò daquilo que se pretende ter reconhecido só tem sentido quando há suspeita concreta e específica, justificadora da dúvida.ò

[169] Cf. FAUSTINO, 1995, p. 63. ñPor essa razão, compreender a gramática da exteriorização torna-se fundamental, não apenas para esclarecer o processo de formação dos conceitos psicológicos, mas também ï e sobretudo ï para descrever o processo de aquisição da linguagem em geral. Pois, como se verá, explicitar o conceito de óñexteriorizaçãoòô é o primeiro passo para compreender o que Wittgenstein chama de óñacordo sobre a forma de vidaòô (IF, § 241), viga-mestra de sua concepção da linguagem como atividade essencialmente normativa.ò

[170] Cf. STEGMÜLLER. W. 1976, p. 475.

sua significação em determinado contexto. Para Wittgenstein, sua defesa frente às concepções de ñprocessos psíquicosò da linguagem é concretizada com a caracterização dos jogos de linguagem. Entrementes, ainda encontramos teorias as quais defendem que certas expressões linguísticas não comprometeriam o próprio desenvolvimento linguístico, e, em relação ao ato de ter em mente algo, necessariamente temos o fato do sujeito falante possuir certa imagem mental do objeto.[171]

Diante disso, os enganos contidos em determinadas frentes teóricas a respeito da linguagem, estão em certa tendência interpretativa, por exemplo, quando um fenômeno é entendido por uma perspectiva ñespiritualò acompanhada de processos externos ou físicos. Frequentemente é possível admitir um erro, ao equacionar todas as possíveis manifestações do ñter em menteò e os decorrentes ñatosò dos sujeitos falantes como partes integrantes das expressões. Admitimos outro erro ao direcionar a ñatençãoò para uma experiência psíquica por meio da falsa imagem. Da reprodução de ñimagem mentalò, não podemos associar a expressão ñter em menteò, pois, tais imagens podem constantemente acompanhar as palavras pronunciadas pelos falantes, de maneira que as falsas imagens continuamente reincidem, admitindo apenas o papel de mera ilustração de uma expressão linguística da gramática.

Para Wittgenstein, as palavras devem ser interpretadas em determinados jogos, aos quais recebem um significado relativo a uma referencia, com efeito, nenhuma imagem mental ou qualquer outro. Unicamente o uso de determinada palavra pode estabelecer um significado. Logo, indicar um ñcritério objetivoò para estabelecer o que um sujeito tem em mente ao utilizar uma expressão, corresponde à analisar o uso contextual que também é propício a erros. A objetividade, com isso, pode tornar-se um propósito que desconsidera o mais relevante: considerar todo e qualquer ñcomportamento linguístico e extralinguísticoò.

Nas *Investigações Filosóficas* encontramos considerações relativas a determinadas situações momentâneas gerais ou as experiências adquiridas, paralelas a comportamentos futuros. Relacionar tipos de ações aos processos ou funções psíquicas não é pertinente desde a perspectiva wittgensteiniana, pois ao contrário do que ocorre no mundo público, tais funções não possuem uma atividade física, estão concentradas em grupos privados, ou seja, mantêm um acesso direto somente ao sujeito falante e, em

[171] Cf. IF. § 33.

relação a uma realidade de esfera pública, trata-se de um segundo plano, como que paralelo ou mesmo até alheio a ela.

Os ñatos espirituaisò nada informam sobre os fenômenos do mundo da vida, como os ñsentimentosò ou mesmo as ñsensaçõesò. Para esclarecer acerca destes atos espirituais, devemos analisar a relação entre linguagem e vivências internas, contudo, encontramos problemas na enunciação destas vivências as quais estão concentradas no sujeito. Um exemplo diz respeito ao tema das ñdoresò, para as quais são empregues concepções de vivências ou experiências privadas de maneira naturalizada, o que inicialmente é de fácil aceitação. Trata-se, da conceituação das vivências alheias quando estas estão numa situação contextual indireta baseada em sintomas físicos.[172]

Da transferência de certa sensação particular a instância pública, em primeiro lugar é necessária uma expressão na linguagem pública, dotada de significado para os sujeitos falantes, que por sua vez também realizam associações daquelas representações privadas das expressões. Ora, a evidência desta percepção interior (se tenho ñdoresò ou ñsentimentosò) é aceita apenas como uma manifestação de hipóteses acerca da ação dos outros. Contudo,

> Pode dizer-se ñEle acredita nisso, mas não é assimò, mas não ñEle sabe isso, mas não é assimò. Será isso o resultado da diferença entre os estados mentais de crença e de conhecimento? Não. ï Pode, por exemplo, chamar-se ñestado mentalò àquilo que é expresso pelo tom da voz ao falar, pelos gestos, etc. Seria, pois, *possível* falar de um estado mental de convicção e esse seria idêntico quer se tratasse de conhecimento ou de crença errônea. Pensar que as palavras ñcrerò e ñsaberò têm de corresponder estados diferentes seria como se uma pessoa acreditasse que pessoas diferentes têm de corresponder à palavra ñeuò e ao nome ñLudwigò porque os conceitos são diferentes.[173]

Nem todas as ideias enganosas (falsas imagens) nos levam a imagens distorcidas dos fenômenos psíquicos. Diante disso podemos caracterizar quadros gerais de análise, mencionados como críticas referidas pelo próprio Wittgenstein. Uma possível crítica conduz as vivências particulares como fonte de entendimento na compreensão a respeito das ñdoresò, numa perspectiva de pressuposição. Outra crítica relaciona aquele conhecimento pressuposto a respeito das ñdoresò a um terceiro sujeito participante da situação comunicativa, e, por fim, temos a introdução do conceito de ñdorò na linguagem pública correlata a significação privada do sujeito.

---

[172] Cf. IF. § 2
[173] Ibid. § 42.

A tematização da dor permite compreender que, mediante o conteúdo desenvolvido nas *Investigações Filosóficas*, encontramos a rejeição ao que se entende comumente como linguagem privada. Para Wittgenstein, a mencionada linguagem não pode e não é compreendida pelas outras pessoas (dentro da situação comunicativa da linguagem, vivenciada pelos interlocutores), mas existe apenas para o próprio indivíduo detentor de suas próprias impressões (individuais e intransferíveis). Com isso, ao mencionar uma ñrealidade do mundo exteriorò nos referimos à problemática da linguagem privada, do mesmo modo em que há uma procura pela solução.

Nem toda justificação pautada pela objetividade trata de impressões acerca dos fatos. Seria isto correto se pudéssemos utilizar certa justificação subjetiva por meio de outra explicação recorrente. Como essa alternativa está excluída, estamos então diante de uma ñpseudojustificaçãoò. Toda a verificação e confirmação do posicionamento wittgensteiniano questiona se qualquer usuário X da linguagem privada não possua critérios que permitam uma correta observação das regras dessa linguagem; mais ainda: Wittgenstein questiona se de fato ocorre uma observação deste usuário X, acerca dessa linguagem privada.

Isto parece uma discussão encerrada na própria consciência do sujeito solipsista. Neste caso seria possível indicar a posição de igualdade entre as próprias vivências de um sujeito e as vivências de outras pessoas, como possível solução para a insuficiência do caráter das ñvivências internasò introduzidas na linguagem.

Wittgenstein, pelo contrário, nas *Investigações Filosóficas*, entende que um desenvolvimento das vivências privadas é estabelecido na linguagem pelos jogos de linguagem públicos. Neste ponto, encontramos um amadurecimento em relação a sua rejeição das linguagens fenomenológicas, já mencionadas em sua primeira filosofia. O que parece ficar disso neste segundo período do pensamento wittgensteiniano concerne ao questionamento direto dos jogos de linguagem que veiculam validade as vivências privadas.

Significativamente trazer um modelo da linguagem pública de um mundo físico, para em fase posterior permitir descrições a respeito das sensações, inevitavelmente possibilita a veiculação de falsas imagens (dominantes em interpretações dos fatos descritos no ñmundo da consciênciaò). Para Hintikka:

> Por enquanto, basta salientar que, quando o paradigma semântico errado é aplicado à terminologia da nossa sensação, ele resulta em

> relegar as supostas relações representativas entre sensação-linguagem e sensações inteiramente ao domínio do privado, tornando essas relações, conseqüentemente, inúteis. É a privacidade dessas relações semânticas, e não a privacidade do que é representado pelos seus meios, que Wittgenstein está criticando. (*As sensações* são privadas; a *linguagem das sensações* não pode sê-lo.) Esse modelo incorreto é a fonte original dos problemas que se manifestam como uma linguagem aparentemente privada.[174]

Para compreender a ñ*gramática superficial*ò e a ñ*gramática profunda*ò, é fundamental encontrar seus problemas mediante a linguagem pública. Wittgenstein questiona a mudança do paradigma da linguagem proeminente; existe uma diferença básica entre as situações nas quais ódorô ou uma expressão aparentada aparece como predicado de uma sentença na primeira pessoa do presente e em outras situações.

A posição de Wittgenstein não é especificamente de rejeição a determinado objeto associado como privado em nossa linguagem. Desde seu ponto de vista, apenas não devemos excluir esses objetos (os nomes dados em expressões) das formas de vida. Devemos compreender as ñimagensò que esses objetos privados apresentam nos jogos de linguagem e quais destes jogos não designam apenas o ñprivadoò.

A importância das vivências privadas recaem sobre a necessidade de uma linguagem pública que possa explicar estas vivências de maneira fundamentada, como a própria necessidade dos jogos de linguagem públicos representantes de diversas instâncias dentre os falantes que participam de uma determinada comunidade portadora de regras. A linguagem deve servir as diferenças que existem entre situações reais, dotadas de sensações, muitas vezes recorrentes numa linguagem interpessoal, que não podem ser simplesmente excluídas da linguagem pública. Com a noção de jogos de linguagem Wittgenstein repensa esta condição da filosofia, passando para uma concepção que defendera na *Conferência sobre ética* (1930) de que a linguagem humana, e, portanto, o próprio humano, não pode descrever nada que esteja além dos limites dos juízos empíricos.

A filosofia do *Tractatus* também não podia descrever nada que se encontra além de juízos empíricos, contudo, ela poderia tratar da possibilidade de tais juízos ocorrerem na realidade e numa figuração, e como que uma linguagem fenomenológica. Já nas *Investigações*, tal possibilidade de um juízo P descrever um objeto P não pode mais ser

[174] Cf. HINTIKKA. 1994, p. 325-326.

prevista como era pressuposto no *Tractatus*, pois a subsistência de um dado objeto da realidade e seu sentido imediato na linguagem apenas acontecera a partir de uma necessidade. Esta necessidade advém do uso que se empregara para este objeto num determinado momento (relação estritamente necessária entre o sentido e o tempo). Portanto, o sentido de uso e o contexto (relação estritamente espacial) em que cada frase e utilizada e o que determina o que esta frase significa.

Evidentemente existem as necessidades dos falantes a serem supridas por determinados jogos de linguagem, que possam dar algum significado as expressões utilizadas da gramática, sejam da esfera pública ou privada da linguagem. Nas *Investigações Filosóficas*, os jogos de linguagem sustentam possíveis construções semânticas, livres de um modelo rígido imposto pela gramática. Assim:

> O modelo errado é sem dúvida alguma o do ñobjeto e *Bezeichnung*ò, isto é, o modelo de referência não mediada por nenhum jogo de linguagem ou, como se poderia dizer, o modelo do objeto e designação. É um modelo no qual um nome se refere diretamente ao seu objeto, sem a mediação de um esquema público. É com relação a esse modelo que Wittgenstein afirma na seção 293 que, *quando* a gramática da expressão da sensação é traduzida segundo o prescrito por ele, as sensações caem fora como irrelevantes.[175]

À luz destas observações, compreender certa rejeição ao caráter da linguagem privada, bem como a influência que determinadas expressões carregam dentro da gramática, permite que pensemos em outras perspectivas inferidas por Wittgenstein ao longo de suas citações. Podemos, por certo, compreender o caráter público da linguagem reivindicado nas *Investigações Filosóficas*, com efeito, é notável e sutil a perspectiva histórica a que se concentra o autor pesquisado ao longo desta sucinta pesquisa. O modelo idealizado presente no *Bezeichnung* opõe todo o possível aspecto crítico e argumentativo de Wittgenstein, a posição ao caráter fenomenológico se estende ao anunciar a ostensão no ato nominalista ou mesmo ao discutir as *formas de vida* pelos jogos de linguagem.[176]

Desse modo, compreendemos que a recorrência ao caráter público não elimina quaisquer manifestações das vivências privadas, nem ao menos que estas mesmas

[175] Cf. HINTIKKA. 1994, p. 331.
[176] Cf. IF. § 243.

vivências sejam falsas, inexistentes ou que não possamos designá-las dentro de um uso normativo da gramática. Wittgenstein não suprime ou mesmo nega a realidade destas sensações, visto elas possuírem um papel importante na compreensão da semântica das manifestações destas sensações.

3.2 Forma de vida (*Lebensform*): visão de mundo e linguagem

Wittgenstein faz uso do termo *forma de vida* (*Lebensform)* apenas em seis passagens no decorrer do texto das *Investigações Filosóficas*, enfatiza o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem, esta última busca pelo mundo, assim como o mundo objeta pela cultura, e os termos relativos às culturas assumem na obra o que é chamado de lugar de evidência. Segundo Marconi (2012, p. 120), é no § 19 das *Investigações* que aparece pela primeira vez essa expressão *forma de vida*. Assim:

> Pode-se representar uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. ï Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. ï E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida.[177]

A necessidade de comunicação entre os homens originou o desenvolvimento da linguagem e foi determinante para o comportamento comum da comunidade, isso é o que caracteriza a *forma de vida*, fundamento necessário a toda linguagem.

Há um fundamento presente já na manifestação da forma de vida humana em que se pode edificar o conhecimento, em que todas as partes do conhecimento podem ser substituídas, desde que a base, que para Wittgenstein é a *Lebensform* representada na linguagem, fique à tona o suficiente para que não nos afundemos. Wittgenstein mostra que o conceito de forma de vida deve ser visto como um todo, que corresponde e serve de base à arte literária, desse modo ele emprega o termo quando o relaciona com a linguagem, e representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida.

[177] Cf. IF § 19.

Segundo as *Investigações* (§ 241), a forma de vida, em sua inserção, é que se fundamentam as competências linguísticas por meio das quais formulamos juízos, verdadeiros ou falsos, mediante a comparação com o mundo e não por acordo de opiniões ou consensos. [178] E até mesmo a aceitação implícita de um sistema de convenções e também seu uso, que nos possibilita formular proposições a respeito do mundo, igualmente não tem a ver com acordos ou consensos de opiniões, mas com caráter concordante do conjunto de competências linguísticas baseadas numa *Lebensform* na qual seguir regras expressa a inserção prévia no interior do contexto (linguístico) no qual cada um se desenvolve como seguidor autônomo de regras, que, no entanto segue-as *cegamente* (IF § 219). *Seguir uma regra é uma práxis* (IF § 202) que,

> Assim como só entendemos os ñsignificadosò das diversas figuras do jogo de xadrez, se conhecemos as regras do jogo de xadrez ï portanto, as regras que valem para a movimentação de cada peça ï da mesma forma só compreendemos os significados de expressões linguísticas, se aprendemos as regras segundo as quais nos é permitido operar com as expressões nos particulares jogos de linguagem.[179]

A expressão dos *jogos de linguagem (Sprachspiele)* caracteriza a nova imagem da linguagem para Wittgenstein. Nas *Investigações Filosóficas* o *jogo de linguagem* é a unidade entre o uso da língua, a práxis e a interpretação de uma situação, ou seja, tem a ver com a forma de vida. Precisamente por isso o conceito de jogos de linguagem é relevante, por meio dele temos uma volta à linguagem imediata do dia-a-dia. Entre os mais diversos jogos de linguagem possíveis; o que talvez pudesse ser considerado elemento comum seria o uso normativo de símbolos linguísticos num processo de internalização de normas e papéis dentro de outro processo, que é o comunicativo intersubjetivo da interação social.

Wittgenstein recusa-se a dar uma definição do que seja jogo de linguagem, pois estaria incorrendo em essencialismo (IF § 65) e isso contradiz a intenção básica da segunda fase de sua filosofia, que elimina o sentido metafísico dado às palavras (IF

[178] Cf. IF § 241. ñAssim, pois, você diz que o acordo entre homens decide o que é correto e o que é falso? ï Correto e falso é o que os homens *dizem*. Não é um acordo sobre opiniões, mas sobre o modo de vida.ò
[179] Cf. STEGMÜLLER, W. 1976, p.450.

116), não há uma redução dos jogos a uma unidade mítica, mas uma ligação por semelhanças.[180]

Seguindo as mesmas regras ninguém joga do mesmo modo, e isso ocorre analogamente com a linguagem, o que justifica a categoria ñjogos de linguagemò (IF § 449), o fato de as regras serem reconhecidas: não significa que sua aplicação decorra de modo mecânico, porque implica reflexão e decisão ao assumir no caso concreto o uso comum.

A linguagem é a categoria suprema pela qual nós representamos a realidade que não se impõe à linguagem e ao humano, pelo contrário, é a linguagem que aprende a realidade e a representa através de suas regras e atribui-lhe sentido por meio de situações de uso e significado que emergem de uma *Lebensform*. Se eu apreendo a realidade através da linguagem e como linguagem, é natural que eu possa atribuir características linguísticas, a toda realidade empírica, contudo trata-se apenas do humano inserido em sua condição cultural e social, que é a condição da relação prática e operativa entre o homem e a realidade.

Temos a linguagem como instrumento social, uma práxis, cuja origem e desenvolvimento ocorre para atender as atividades de uma comunidade. Somente na interação entre indivíduos, é que a linguagem adquire função. Seria absurdo falar de uma linguagem suspensa porque toda compreensão se dá no uso da linguagem. Existe um processo de treinamento ininterrupto e em constante modificação; por ele o indivíduo é habilitado a utilizar uma linguagem, é inserido numa tradição de hábitos e costumes sociais, assimilando uma interpretação compatível com a dos demais indivíduos de sua comunidade só quando recorre a estes comportamentos linguísticos adquiridos socialmente. Assim é que ele tem certeza de que se age de acordo com *as regras comportamentais da comunidade*, regras que são ensinadas de modo explícito, que são de um modo particular de descrição da práxis e como tal determinam o modo de agir.

Quanto à práxis, temos nela o único critério para se determinar o modo correto de seguir uma regra para assegurar o significado dos signos. Isso; significa que nada há para ser compreendido (ou dizível) fora das interações comunicativas. Assim o

[180] Cf. IF §65. ñEm vez de mostrar o que é comum a tudo o que chamamos linguagem, digo que esses fenômenos não têm, em absoluto, alguma coisa em comum, com base na qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas que são aparentados uns com os outros de muitos modos diferentes. E graças a esta parentela, ou a estas parentelas, a todos eles chamamos ólinguagemôò

aprendizado de uma linguagem é um treinamento social, todos os conceitos internalizados por meio de uma língua também são conceitos sociais, porque não existe linguagem privada. Aceitar uma linguagem privada implica a dificuldade da prova de conceitos *a priori* (ou seja, teria que se aceitar as ideias inatas e o argumento de que tais ideias são o que determina os comportamentos sociais). A linguagem, por assim dizer, opera sobre limites inexatos, não há um sentido previamente determinado.[181]

Em sua fase inicial, Wittgenstein busca determinar a natureza da representação e daquilo que é representado, o mundo, e o faz estabelecendo a essência de suas formas lógicas, que podem ser descobertas pela aplicação da lógica. Entretanto, essas proposições possuem algo em comum; a forma proposicional geral é a essência das proposições *a priori* para que uma proposição seja considerada como tal. O fato de que podemos aprender outros idiomas também é uma característica da existência da forma proposicional geral, que subjaz e unifica todas as línguas, nas quais vários tipos de proposição se diferenciam quanto a suas formas lógicas, que devem ser descobertas pela aplicação lógica.

Nas *Investigações Filosóficas* a lógica mantem-se enquanto investigação fenomenológica. Para a concepção de *Sprachspiele* - ela eleva a linguagem ao âmbito da fenomenologia, pois não há nenhum sentido conceitual que possa ser fixado a objetos empíricos e que se mantenha inalterado perenemente. Tal como o humano, os jogos de linguagem são contingentes no mundo empírico e podem sofrer alterações a partir de fatores insondáveis que não podem ser classificados como pertencentes a um outro âmbito. Sobre a forma proposicional geral, agora Wittgenstein entende que, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, ela foi concebida como um estatuto *à priori* que garante a correspondência fiel entre a imagem e um fato, e que valida a teoria da afiguração.

A fórmula em si é uma proposição. Uma variável proposicional, pode ser substituída para encontrarmos uma essência subjacente à linguagem. Não podemos utilizar a linguagem como instrumento para esta empreitada se houver uma essência da linguagem, a qual transcende a linguagem. Como a lógica atomista do *Tractatus* foi

[181] Cf. IF § 88. ñ...ó*inexato*ô é propriamente uma repreensão e ó*exato*ô um elogio. Um ideal de exatidão não está previsto, não sabemos o que devemos nos representar por isso ï a menos que você mesmo estabeleça o que deve ser assim chamado.ò

refutada como sendo ineficiente, quando utilizamos as proposições não temos como saber se estamos utilizando a proposição certa, os jogos de linguagem não podem determinar uma essência, apenas um uso, é impossível saber o que é linguagem sem dizer nada, sem usá-la. Para determinar uma essência da linguagem seria necessário buscar outros meios metalinguísticos, e assim não diríamos nada, mas não dizendo nada não podemos dizer o que é a linguagem. Não existe uma essência subjacente à linguagem, por isso a *forma proposicional geral* perde seu estatuto, e cede espaço para uma linguagem multifacetada e por isso mais complexa de ser descrita por alguma forma geral, que varia de acordo com o uso que lhe é empregado, a significação das palavras emana do jogo de linguagem que é utilizado e a consistência dessa linguagem múltipla consiste justamente em sua multiplicidade.[182] Isso implica, por sua vez, que toda observação, toda análise dessa multiplicidade é também uma análise *parcial* de determinada forma de vida.

Ora, falar uma língua é, entre outras coisas, tomar parte em uma atividade guiada por regras (gramaticais), um jogo. Wittgenstein, no *Tractatus*, associava a linguagem a um cálculo e nas *Investigações* sua analogia passa a ser representada por jogos, os jogos de linguagem. Compreender uma língua é algo que envolve o domínio de técnicas relativas à aplicação de regras.

Um padrão de comportamento comunitário introduz de forma a legitimar regras que trazem pressupostos de relações intersubjetivas, as crenças como qualquer proposição depende de certo contexto, expressão de determinada época e cultura. Todavia as inúmeras espécies de jogos de linguagem e as circunstâncias pragmáticas tornam as formas de vida meio possível para compreensão da linguagem a que se serve, determinando critérios de convivência sem serem verificáveis a si mesmos; nas formas de vida as ideias são transferidas em ações que deduzem os jogos de linguagem. ñA filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagemò (IF § 109). Um dos fatores do ñenfeitiçamento do nosso entendimentoò reside no fato de que muitas vezes usamos as palavras de maneira desconexa e descontextualizada. Representamos a realidade em nosso intelecto e *re-apresentamos* esta realidade mediante a linguagem; aquele que possui um domínio

[182] Cf. IF § 67. ñE a robustez do fio não está no fato de que uma fibra o percorre em toda sua longitude, mas sim em que muitas fibras estão traçadas umas com as outras.ò

superior da linguagem tem, consequentemente, uma melhor compreensão da realidade, a filosofia não deve criar outro idioma. Consoante a isso Wittgenstein aponta que:

> a filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está. [183]

O trabalho do filósofo não é criar uma linguagem nova, mas o de conhecer o que já existe na linguagem para bem empregar este conhecimento. Não é a linguagem que acarreta problemas para a filosofia, mas sua ausência. O mal-entendido da filosofia: é não poder enunciar uma questão que se sabe ser um problema gramatical e de estrutura lógica. Portanto, os mal-entendidos da filosofia podem ser desvendados através da substituição das formas de expressões, analogamente a uma decomposição. ñAfastamos mal-entendidos ao tornar nossa expressão mais exataò (IF, § 91). E o adjetivo aqui ñexatoò não tem significado de ñlógicoò, mas de ñclaroò. A filosofia não é uma disciplina cognitiva, mas uma atividade que tem como ideal a noção de clareza (*Klarheit*). Nas *Investigações* ñnão há nada a elucidarò (IF, § 126), o sentido da clareza se mantém como possível apenas no interior da própria linguagem, a partir da análise da palavra (IF, § 133, 122), sem, contudo ser alcançada pela explicação sistemática.

Trata-se não de uma teorização, de conjecturas ou de explicações, mas da constatação e descrição de fatos linguísticos em diversas formas de vida, aos quais se podem chegar mediante o olhar, que busca a perfeição que está lá, na gramática, à espera de nossa compreensão. Essa perfeição, que se deve buscar para a gramática, não está oculta sob a forma subjacente de uma essência da linguagem, mas se encontra já na ordem gramatical, pois todas as frases gramaticais aparentam possuir esta ordem, segundo Wittgenstein: parece claro que onde há sentido, deve existir ordem perfeita. ï Portanto a ordem perfeita deve estar presente também na frase mais vaga. [184]

Logo, nas *Investigações Filosóficas* com a noção de clareza (*Klarheit)*, não se trata mais de buscar a estrutura última da linguagem, a ordem *a priori* do mundo que a lógica poderia representar. Agora se busca apontar os limites da linguagem, distinguir seus diferentes usos e considerar a variação significativa que cada palavra possui, posto que sempre dependentes de contexto (IF, § 132).

---

[183] Cf. IF § 124.
[184] Ibid., § 98.

O ideal que buscamos e que será encontrado na realidade é o mesmo ideal que nós mesmos propomos, pois somos nós que representamos a realidade intelectivamente. A impressão que temos de que a realidade é algo objetivo e independente é a mesma sensação que temos de que os olhos não fazem parte da visão porque não os vemos no nosso campo visual: ñNão há nenhum lá fora; lá fora falta o arò (IF, § 103). Mas, se a linguagem por um lado é um empecilho ao nosso conhecimento, por outro ela é a própria condição do nosso conhecimento.

Wittgenstein denomina linguagem a essa unidade entre *elementos linguísticos e modos de comportamento ligados à situação dos parceiros*, aqui se trata de uma linguagem primitiva, cujo fim se esgota na compreensão entre os parceiros, e é por isso que, não obstante ser primitiva, essa linguagem permite uma aproximação da verdadeira dimensão em que a linguagem humana se situa. Wittgenstein supera a concepção tradicional da linguagem, mostrando sua parcialidade em nossa linguagem. Não se trata apenas de designar objetos por meio de palavras: as palavras estão inseridas numa situação global a qual regra seu uso; neste caso, por exemplo, pela relação de objetos que devem ser trazidos, isto significa que a relação especifica a objetos resulta da situação da construção em questão, ou seja, a análise da significação das palavras não pode ser feita sem levar em consideração o contexto global da vida, no qual elas estão. ñUma causa principal das doenças filosóficas ï dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplosò (IF § 593).

A designação, cerne das considerações linguísticas da tradição, não é um jogo de linguagem, mas apenas uma preparação para isso (IF § 26, 49). Temos de saber como manejar, como usar designações para poder aplicá-las. Nós operamos nos diferentes tipos de linguagem com as palavras, mas de acordo com sistemas de regras diversos; a não consideração desses sistemas diversos de regras faz surgir inúmeros problemas, donde, uma das fontes de erro da filosofia: isolar expressões do contexto em que elas surgem, o que significa não compreender toda a dimensão da gramática da linguagem e restringir-se apenas à designação.

As investigações gramaticais verificam se posições filosóficas levam a tais absurdos ño que quero ensinar é: passar de um absurdo não evidente para um evidenteò (IF § 464). Tão somente o uso, isto é, o recurso a uma ação ou comportamento permite ajuizar se a compreensão do sentido de uma frase foi obtido ou não (IF § 29). Donde superar os paradoxos que apresenta o paradigma epistemológico clássico da linguagem

passa necessariamente por uma prática constituída pelo olhar abrangente sobre o contexto em que se desenvolve a ação linguística, uma ação que é necessariamente pública, dada sua impossibilidade de ser privada. Pelas noções de uso e de treinamento se comprova a impossibilidade da linguagem privada, a maneira de nos reportarmos ao uso das palavras ï é o significado delas (porque não há um processo específico que possa ser designado por significado), daí o significado ser uso, estar associado a interação (não há uso solipsístico).

A linguagem é entendida apenas como instrumento secundário do conhecimento humano, o que conhecemos do mundo reflete-se pela utilização de frases da linguagem. Nos *Zettel* ï ñAs palavras não são uma tradução de outra coisa que exista antes delasò (§ 191) ï quanto nos *BB* ou nas *PU* (§ 329), tudo o que acompanhar uma proposição nada mais é que um sinal. Não há duas linguagens, o pensar não pode ser considerado um processo mental independente de suas manifestações físicas, a saber, independente do discurso falado ou escrito. Para o segundo Wittgenstein, imagens mentais são outros sinais e o fato do indivíduo poder fazer uma tradução, uma interpretação, ou seja, exercer ñmeinenò, nada mais indica que o sistema de sinais com o qual ele se sente mais a vontade.

Existe uma relação entre linguagem e mundo, realizada mediante o caráter designativo da linguagem: as palavras são significativas na medida mesma em que designam objetos (IF 1, 27, 40), para saber a significação de uma palavra, temos de saber o que é por ela designado. Então perguntamos se as palavras têm sentido porque há objetos que elas designam como as coisas singulares ou essenciais.

Para a tradição a palavra seria a designação, o nome de objetos, e isso, constitui a palavra enquanto palavra, e na tradição a significação das expressões linguísticas são os objetos designados ou propriamente sua essência. A designação é o ato por meio do qual se faz a ligação entre um ato espiritual e um som físico, o efeito é que tal palavra designa um objeto do mundo, é um quase-batismo do objeto (IF § 38).

A designação e significação enquanto palavra é empregada de modo impróprio. De acordo com Wittgenstein existe uma confusão entre a significação de um nome (*Bedeutung des Namens*) com seu portador quando algum sujeito de nome determinado morre, o que morre é o portador do nome (*Namesträger)* e não o significado do nome. Daí ser possível formar frases em que os portadores dos nomes já tenham desaparecido. Entendemos, com Wittgenstein, que isso mostra a falta de fundamento da teoria

tradicional, e a última forma dessa teoria no ocidente é *a teoria da afiguração* elaborada no *Tractatus*. Com isso cai por terra um dos motivos básicos para a aceitação de uma indestrutível substância no mundo cujos elementos seriam as ñcoisasò simples: quando uma palavra atua na linguagem, não é necessário que o objeto por ela designado seja algo subsistente e imutável. O nome pode ser vazio, o que se dá quando nunca lhe correspondeu algo real. [185]

Consideramos que nas *Investigações Filosóficas* a linguagem é ação comunicativa entre sujeitos livres (diferente de processos mecânicos naturais). Nessa acepção de linguagem, as *regras* surgem num processo de interação social, e se distinguem agora das regras gramaticais da linguagem ideal do *Tractatus,* pois estes exprimem simplesmente conexões simbólicas no nível do símbolo puro. Nesse sentido, *as conexões simbólicas da linguagem comum não são puras*, pois só são inteligíveis num contexto de interação no qual a linguagem simbólica pura é também um jogo de linguagem específico e, portanto, *um processo de interação social*, embora em virtude de seu caráter artificial, possam causar a impressão de pureza, isto é, de separação de uma práxis social, e o fato de essas regras não serem regras estritas, como no caso da linguagem ideal, não significa que não tenham sentido.

A linguagem é um instrumento social, uma práxis, cuja origem e desenvolvimento ocorre para atender as atividades da comunidade. Somente na interação entre indivíduos é que a linguagem adquire função, torna-se signo com função, signo com uso, signo capaz de ser empregado em contextos comunicativos. Ter uso é ter significado, a significação de uma palavra é seu uso na linguagem (IF § 43). É absurdo falar de uma linguagem fora do uso ou suspensa, porque toda compreensão se dá no uso da linguagem. Em razão disso, todos os elementos que não pertencem a intersubjetividade são irrelevantes, não pertencem ao processo de compreensão de uma forma de vida.

[185] Cf. STEGMÜLLER, W. 1976, p.436.

Considerações Finais

Nesse estudo nos foi possível desenvolver uma análise na qual pudemos erigir pontos de apoio do primeiro período ao segundo período da filosofia de Ludwig Wittgenstein, pois da primeira fase em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, encontramos relações de objetos de vivências nos quais sua significação semântica é por si mesma solucionada. Já nas *Investigações Filosóficas* encontramos uma mudança categorial e metodológica, ainda mais emergente para a compreensão da mediação semântica dos objetos da gramática.

Dominar uma linguagem constitui conexões entre ações sociais, linguísticas e extralinguísticas, e desta forma a linguagem brota e emerge de todos os âmbitos do comportamento humano. A poética, a filosofia, a política e o comércio, todas estas atividades comuns à humanidade são representadas pela *Lebensform.* O conceito *forma de vida (Lebensform*) entra na filosofia de Wittgenstein quando este afirma que o termo *jogos de linguagem (Sprachspiele)* pretende salientar a ideia de que o falar da linguagem é parte de uma *forma de vida* (IF. § 23). Procuramos expor o conceito wittgensteiniano de forma de vida - como um conceito cultural, tanto dependente como também determinante da visão de mundo e da linguagem.

Os trabalhos realizados nas *Investigações Filosóficas* inferem acerca da proposição, que por sua vez, poderia ser entendida via *jogo de linguagem,* mas esta consideração não é suficiente para explicar as tautologias e mesmo as contradições que não nos indicam qualquer significado. Neste período não temos uma definição para o conceito ñproposiçãoò, este seria apenas indicado como uma *semelhança familiar*, a explicação é dirigida por meio de exemplos, aglomerando proposições psicológicas, proposições lógicas, ordens e etc., entretanto, do que havíamos tratado inicialmente, a doutrina da forma proposicional geral indica as proposições do cálculo proposicional pelas fórmulas que possibilitam bases das operações vero-funcionais, o que não infere que a proposição não possa apresentar o caráter conceitual de semelhança de família, neste segundo período da obra analisada.

Para Wittgenstein, o ideal de perfeição na *linguagem* deve ser buscado na própria *realidade* onde é possível surgir o sentido da existência transmitida pela linguagem, na qual recorremos aos conceitos normativos da gramática enunciada nas

Investigações Filosóficas. O que se pode dizer, da existência da realidade pela gramática, diz respeito à representação que dela fazemos, corrobora com a afirmação do próprio Wittgenstein: ño ideal está instalado definitivamente em nossos pensamentos. Você não pode se afastar dele. Deve voltar sempre a eleò. [186] Com isto, retomamos o questionamento acerca da possibilidade de uma linguagem privada, pautada pelas ñvivências interioresò, onde a realidade é constituída pelos pensamentos traduzidos em forma de linguagem, concomitante ao ideal que buscamos pela análise da linguagem no ato de representarmos a realidade intelectivamente. Desse modo, desenvolvemos nossa análise, nas *Investigações Filosóficas*, em relação às vivências privadas, e expressões que designam e se referem aos elementos da existência.

O pressuposto básico que norteou a pesquisa trata do não rompimento entre a primeira e a segunda fase de Wittgenstein, ainda que tenhamos inferido acerca de questões categorias (divergentes) dentre os dois períodos. Do pressuposto norteador da pesquisa, advém alguns objetivos que consistem em averiguar:

- é possível o questionamento sobre o significado de uma coisa se de antemão não se souber o emprego e o fim do que é simples ou composto na linguagem?
- é possível o questionamento sobre a simplicidade ou a complexidade de uma coisa se de antemão ignorar a localização deste questionamento na linguagem?
- e se não forem descritas suas funções em uma situação linguística, uma coisa poderá significar uma infinidade de coisas e a própria realidade se dissipar em inúmeras realidades?

Nesse modelo que ora objetamos, os nomes são construções linguísticas elementares. São expressos mediante a associação em sentenças, desejos e demais volições. Eles, os nomes, constituiriam as partes simples do discurso, isto é, ao que não pode ser reduzido a algo mais básico. O que Wittgenstein questiona é, como acontece dos nomes designarem o simples. Para tanto ele cita Sócrates no Teeteto (§ 46), e avalia que os ñelementos primitivosò de Sócrates equivalem aos ñindividuaisò de Bertrand

[186] IF. § 103.

Russel e aos ñobjetosò do *Tractatus*. Isso nada mais sugere que tanto Sócrates, quanto Russel e ele próprio, no *Tractatus,* concordam em três pontos:

> 1) para as partes mínimas das coisas não há uma explicação;
> 2) as coisas apenas deixam-se enunciar pelos nomes;
> 3) a linguagem é tão somente um entrelaçamento de nomes, os quais , por sua vez, não podem ser usados para explicar este entrelaçamento.

O equívoco do *Tractatus* foi não atentar para as diferentes espécies de palavras e a multiplicidade de situações nas quais elas se realizam, e na medida em que as diferentes classes de palavras eram ignoradas, por certo não se manteve o desconhecimento efetivo delas, mas a ideia de que seria possível reduzi-las a apenas uma casta de nomes.

Desse modo as *Investigações Filosóficas* constituem a dissolução de um modelo radicalizado no *Tractatus*, a saber, o da associação entre nomes e coisas. Agora o procedimento (metodológico) está apontado para a separação categorial: busca-se uma representação ampla dos comportamentos linguísticos (IF. § 122) projetando-se uma descrição filosófico-gramatical de sua pluralidade. Este é o novo norte de Wittgenstein é o desafio-problema básico desta pesquisa, a saber, reconstruir o modo como ela se coloca diante de tal norte e constitui (com possíveis respectivas implicações, aporias) uma específica forma de filosofar.

Das expressões utilizadas pela gramática que se referem aos objetos e fenômenos estão na linguagem pública, com efeito, serão formuladas e compreendidas em análises semânticas e também epistemológicas. Destarte, a funcionalidade da linguagem insere a possibilidade da relação entre representação da realidade e existência, mediada pela forma gramatical da linguagem. Segundo Wittgenstein, na teoria da linguagem tratamos de seu aspecto público e normativo, não podemos conferir ao próprio pensamento a possibilidade de uma linguagem outra que não seja a pública.

Para o segundo Wittgenstein, há sentido em defender noções como acordo, convenção, e mesmo noções como *forma de vida* (*Lebensform*) e *jogo de linguagem* (*Sprachspiel*), pois ao apresentar estes conceitos mostra-se uma legitimidade conceitual,

e o acordo sobre a forma de vida não se refere apenas a uma razão prática instituída para o controle de uma vivência psíquica da linguagem.

Nas *Investigações Filosóficas*, o desenvolvimento das vivências privadas é estabelecido na linguagem pelos jogos de linguagem públicos, com isso, o pensamento wittgensteiniano insere um questionamento sobre os próprios jogos de linguagem, acerca da validade das vivências privadas, aqui, apenas inferimos que não podemos responder os questionamentos das vivências privadas apenas pela transposição de um modelo da linguagem pública caracterizado pelo um mundo físico.

Esperamos, enfim, que o presente trabalho tenha contribuído para o esclarecimento e reflexão desta nova proposta crítica de Ludwig Wittgenstein, assim como ter aberto perspectivas para o pensamento e análise das questões gramaticais e também filosóficas proeminentes do contexto contemporâneo da linguagem.

Referências

ABRAMOVICH, L. S. *Ludwig Wittgenstein e a Teoria da Literatura*. Rio Grande do Sul: PUC-RS, 1999.

AGOSTINHO, S. *Confissões*. In: Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. *De Magistro.* Livro I. In. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

ARAÚJO, I. L. Wittgenstein: o ñconhecimentoò na relação entre linguagem e realidade. In: *Ludwig Wittgenstein Perspectivas*. Curitiba: CRV, 2012.

CONDE, M. L. L. *Wittgenstein: Linguagem e mundo*. São Paulo: Annablime, 1998.

COSTA, C. F. A. *Linguagem Factual*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CUTER, J. V. G. *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?* IN: Dois Pontos. Subjetividade e linguagem. Vol.3 numero 1, Curitiba/Sao Carlos: UFPR/UFSCAR, abril de 2006, p. 171-192.

DALLô AGNOL, D. *Ética e linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis: UFSC, 2005.

DIAS, M. C. *Kant e Wittgenstein ï Os limites da linguagem.* Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

FATURRI, A. *Conceito de ñJogos de Linguagemò nas Investigações Filosóficas*. In: Ludwig Wittgenstein Perspectivas. Curitiba: CRV, 2012.

FAUSTINO, S. *Wittgenstein ï o eu e sua gramática*. São Paulo: Ática, 1995.

GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Breves considerações sobre o método em Wittgenstein*. In: D. DALLô AGNOL (org.). Wittgenstein no Brasil. São Paulo: Escuta, p. 89-106, 2008.

GLOCK, H. J. *O que é Filosofia Analítica?* Porto Alegre: Penso, 2011.

_____. *Dicionário Wittgenstein.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HALLER, R. *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca: Questões.* São Paulo: EDUSP, 1990.

HANS, S. DAVID, G. S. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. United States: Cambridge University Press, 1996.

HINTIKKA, J. HINTIKKA, M. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994.

KUUSELA, O. *The Struggle Against Dogmatism. Wittgesntein and the Concept of Philosophy*. London: Cambridge Massachusetts, 2008.

MARTINS, C. *Sobre jogo de linguagem: Habermas e Wittgenstein.* In: *Revista de Filosofia*. Madri, 2010b, v. 39, p. 99-104.

MILLER, A. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Paulus, 2010.

MORENO, A. *Wittgenstein, os labirintos da linguagem. Ensaio introdutório*. Campinas: Unicamp, 2000.

_____. *Wittgenstein através das imagens*. Campinas: UNICAMP, 1995.

PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ROBERT, J. F. *Wittgenstein. The Arguments of the philosophers.* London: Routledge & Kegan Paul Ltd published, 1987.

SANTOS, L. H. L. *A essência da proposição e a essência do mundo*. In: Wittgenstein, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, p 11-112, 2010.

SCHIMITZ, F. *Wittgenstein*. São Paulo: Liberdade, 2004.

SILVA, M. O. *Wittgenstein. Para Além da Linguagem Agostiniana.* Recife: Universitária UFPE, 2012.

SPANIOL, W. *Filosofia e Método do segundo Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1989.

STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1976.

TARSKI, A. A concepção semântica da verdade. São Paulo: UNESP, 2007.

WALLNER, F. *A Obra Filosófica de Wittgenstein como Unidade.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosófica*. São Paulo: Nova Cultural, 1979.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus.* São Paulo: Edusp, 2010.

_____. *Gramática Filosófica.* São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Cultura e valor*. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. Cadernos 1914-1916. Lisboa. Ed: 70, 1998.

_____. *Observações Filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O livro azul*. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. *O livro castanho*. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1992.

_____.*Conferência sobre ética*. Florianópolis: Unisinos, 2005.

ZILHÃO, A. *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem - Estudos sobre Wittgenstein.* Lisboa: Colibri, 1993.